

IVONY LIDIA MONTEIRO SARAIVA

+ COOPERATIVA DE SISAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia - Área de Concentração em Economia Rural - do Centro de Humanidades, UFPb, para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador:

Professor Mestre

José Roberto Pereira Novaes

Campina Grande, Novembro de 1981

55
34:1



- S243c Saraiva, Ivony Lidia Monteiro.
Cooperativa de sisal sociedade anônima / Ivony Lidia Monteiro Saraiva. - Campina Grande, 1981.
190 f.
- Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1981.
"Orientação: Prof. José Roberto Pereira Novaes".
Referências.
1. Cooperativa de Sisal. 2. Sociedade Anônima. 3. Cooperativismo. 4. Economia - Dissertação. I. Novaes, José Roberto Pereira. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 334:633.526.23(043)



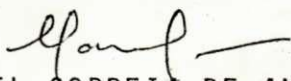
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

PARECER FINAL DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO - Ivony Lúdia Monteiro Saraiva

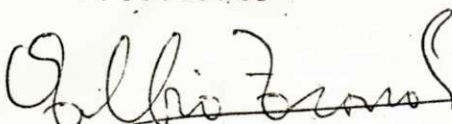
TÍTULO: "COOPERATIVA DE SISAL SOCIEDADE ANÔNIMA"

COMISSÃO EXAMINADORA:


CONCEITO:


MANUEL CORREIA DE ANDRADE - Doutor
- Presidente -

aprovado


ELBIO TROCCOLI PAKMAN - Doutor
- Doutor -

aprovado


JOSE ROBERTO NOVAES - M.Sc.
- Mestre -

aprovado

Campina Grande, 19 de abril de 1982.

Em contraposição ao adágio "o que os olhos não vêem, o coração não sente", Cláudio CASTRO diz: "o que o coração não sente, os olhos não vêem", no que estamos inteiramente de acordo. Por isso, antes velando para que o coração deles sinta, dedico este trabalho a

EFIGENIO,, companheiro de todas as horas;
FÁBIO ADRIANO, FLÁVIO ANDRÉ, FABRICIO ALBERTO
e FREDERICO AUGUSTO, . meus filhos.

e

ã amiga MARIA DE LOURDES RODRIGUES LUCENA , pois este trabalho é fruto do "suor conjunto" em pesquisa de campo, levantamento bibliográfico, leitura e discussão, etc, ainda dedicando estes versos que um dia ela me deu:

"Cale-se
Se tiver que calar, cale a boca
mas não cale o coração e a
mente.
Cale a ação
mas não cale a intenção
e fique de olho na oportunidade"

A meu pai, à memória da minha mãe, a Carlinda
e a Ritinha, com grande carinho!

"Um traço que deve caracterizar o ser humano, ainda não embrutecido pela própria fraqueza ou pela realidade tremenda, é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, à situação decepcionante, uma força contraditória. Essa força poderia chamar-se esperança; esperança de que aquilo que não é, não existe, pode vir a ser: uma espera, no sonho, de que algo se mova para a frente, para o futuro, tornando realidade aquilo que precisa acontecer, aquilo que tem de passar a existir.

Essa força talvez pudesse ser chamada, também, de força do sonho. Mas também esse seria um nome inadequado: acima de tudo, porque não somos nós que temos um sonho e, sim, o sonho que nos tem. (...)

Mas a imaginação necessária à execução daquilo que deve vir a existir não é a imaginação digamos comum, aquela que se alimenta apenas da vontade subjetiva da pessoa e se volta unicamente para seu restrito campo individual, detendo-se exclusivamente para propor coisas como montanhas de ouro. Tem de ser uma imaginação exigente, capaz de prolongar o real existente na direção do futuro, das possibilidades; capaz de antecipar este futuro enquanto projeção de um presente a partir daquilo que neste existe e é passível de ser transformado. Mais: de ser melhorado.

Essa imaginação exigente tem um nome: é a imaginação utópica, ponto de contato entre a vida e o sonho, sem o qual o sonho é uma droga narcotizante como outra qualquer e a vida, uma sequência de banalidades insípidas. ..." (Teixeira Coelho. O que é Utopia)

"Se um grande povo não acredita que a verdade deva ser encontrada em si mesma... se não acredita que ele sozinho se complete a si mesmo e esteja destinado a levantar-se e salvar a todo o resto pela sua verdade, imediatamente transforma-se em material etnográfico, e não mais em um grande povo... Uma nação que perde esta fé deixa de ser uma nação."

(F. Dostoiewsky, 1852 - citado por Eric Hobsbawn)

"Todo povo tem sua missão especial que ajudará no cumprimento da missão geral da humanidade. Esta missão constitui a sua nacionalidade. A nacionalidade é sagrada."

Ato de Fraternidade da Jovem Europa, 1834 (citado por Eric Hobsbawn)

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente, e não por formalidade, aos diretores, cooperados e funcionários da Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba Ltda - COOPERSISAL, pelo tempo dispendido na atenção que me foi conferida durante todo o trabalho, sem a qual teria sido bastante difícil levá-lo a termo.

É a partir dessa solicitude e do fato de termos ouvido do Dr. Normando Ribeiro, membro do corpo administrativo, quando do início de nossos trabalhos, que *"a realidade do cooperativismo era muito diferente do que se coloca nos livros"*, que retiramos a certeza de que a diretoria da COOPERSISAL saberá ler as inferências e conclusões aqui contidas, as quais representam o esforço para aliar teoria e realidade - base do conhecimento ciêntífico - na análise da organização das relações entre cooperados e cooperativa, e, portanto, do cooperativismo em si.

Com esta observação esperamos eliminar qualquer possibilidade de que este trabalho seja tomado como crítica à ação dos administradores dessa cooperativa - que, sob o ângulo empresarial estrito, é muito eficiente - já que, pelo prisma teórico que abraçamos, as características observadas na mesma se manifestam no cooperativismo em geral, dentro do sistema sócio-econômico capitalista, sendo provenientes do próprio modo de ser desse sistema com suas implacáveis leis de mercado.

Ao Prof. José Roberto Pereira Novaes, professor-orientador, pela paciência e dedicação que sempre demonstrou: minha gratidão. Ao Prof. Elbio Troccoli Pakman, pela orientação "descom-promissada" - na ausência do primeiro - que foi de grande valia, meus sinceros agradecimentos.

Também agradeço à amiga Luizalva Santos e Souza pelo serviço de datilografia, cuja qualidade exprime a maneira com que a mesma se dedica ao que faz.

A Maria de Jesus Farias Goncalves - grande idealista do cooperativismo pertencente ao quadro da Organização das Cooperativas da Paraíba (OCPb) - e a todos que fazem a Cooperativa Agrícola Mista do Curimataú Ltda - COAGRO, sediada em Cuité, Pb, pelo apoio e atenção que sempre me dispensaram: meus calorosos agradecimentos.

Ainda agradeço: às colegas Claudet Coelho Guedes, Margot Barbosa e a todos os colegas que participaram das discussões que empreendíamos sobre Cooperativismo, que muito contribuíram para que melhorássemos nossas reflexões sobre o tema: aos professores Oscar Betanzos Piñon, hoje no México, e Constantino Soares Souto, que ministraram as cadeiras Técnica de Pesquisa em Ciências Sociais e Análise Microeconômica, cujo método de ensino em pregado nos permitiu desenvolver um trabalho que culmina com a realização desta dissertação: e, finalmente, agradeço a todos os colegas pela "tortura psicológica" da pergunta: "quando vais defender?", que nos "forçou" a assumir algo que - pela nossa concepção de mundo, de ensino, de ciência, etc - a simples exigência formal de apresentação da monografia para obtenção do grau de Mestre, não era estímulo suficiente.

A meus filhos Fábio Adriano e Flávio André, meu obrigado pela mão-de-obra gratuita.

ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO-----	003
2. COOPERATIVISMO - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA -----	007
2.1. Controvérsia sobre o Surgimento -----	007
2.2. As Formas de Análise do Cooperativismo no Brasil-----	016
2.2.1. Análise Doutrinária -----	017
2.2.2. Análise Crítica -----	032
2.3. Hipótese de Trabalho e Metodologia Operacional --	046
3. A EXPLORAÇÃO DO SISAL NO NORDESTE E O PAPEL DA EXPORTAÇÃO -----	050
3.1. Sisal - Fases da Exploração -----	050
3.1.1. A Questão do Mercado Internacional -----	054
3.1.2. O Modelo Exportador Nordestino -----	058
3.2. O Sisal na Economia do Estado da Paraíba -----	062
3.3. A Produção de Sisal e o Mecanismo da Comercialização -----	069
3.4. A Nova Fase de Auge do Sisal e os Conflitos entre as Fações Dominantes -----	076
4. COOPERATIVA DE PRODUTORES DE SISAL SOCIEDADE ANÔNIMA -	082
4.1. A Cooperativa: Resultado da Atuação do Estado como "Mediador" -----	082
4.2. Objetivos e Área de Atuação -----	083
4.3. A Cooperativa e a Modernização da Cultura do Sisal na Paraíba -----	088
4.4. Relações Cooperado/Cooperativa -----	094
4.5. A Capitalização da "EMPRESA Cooperativa" -----	116
4.5.1. O Estado: "Paternalismo" Providencial! ---	121

4.6. Pocinhos e a Modernização do Sisal: Progresso para Quem? -----	126
4.6.1. Caracterização do Município -----	127
4.6.1.1. Características Geográficas -----	127
4.6.1.2. Organização Econômico-Social -----	130
1. Infra-estrutura -----	130
2. Educação -----	130
3. Saúde -----	131
4. Indústria - Comércio - Bancos -	131
4.6.2. A Produção de Sisal -----	131
4.6.2.1. Retrospectiva Histórica -----	132
4.6.2.2. As Condições Atuais -----	138
4.6.3. As Consequências da "Agricultura Moderna" -	149
5. CONCLUSÃO -----	152
6. SUGESTÕES PARA OUTRAS PESQUISAS -----	159
7. BIBLIOGRAFIA -----	160
8. ANEXOS -----	170

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o surgimento do cooperativismo, no início do século passado, trazia em seu bojo o objetivo de opor-se ao sistema sócio-econômico capitalista. Seus ideólogos esperavam - com a convicção de melhor caminho - que, com o exemplo e disseminação de experiências concretas, se conseguisse transformar, pacífica e gradativamente a sociedade. Entretanto, a evolução fantástica desse sistema sufoca as experiências e o ideal de um cooperativismo coletivista dentro da sociedade capitalista, propagado pelos chamados socialistas-associacionistas (BENEVIDES PINHO, 1966) ou, mais precisamente, socialistas utópicos. A sua idéia básica de transformação pacífica da sociedade é criticada pelos socialistas científicos, a partir de Karl Marx, que, sem relegar o cooperativismo como organização eficaz do trabalho, defendiam a idéia de que aquela transformação jamais se daria pela via proposta. Geralmente estes fatos são omitidos ou minimizados no essencial pelos compêndios de cooperativismo.

O modelo de cooperativismo que é derramado no Brasil, e em toda a América Latina, no final do século, tem como suporte a experiência cooperativa dos "Pioneiros de Rochdale" - iniciada em Inglaterra, a partir de meados do século passado - e a doutrina cooperativista que o acompanha, cuja sistematização se concretiza no início deste século, tem como esteio os famosos "princípios cooperativistas" formulados pelos mesmos. Entretanto, o comum é omitir-se que aquela experiência comungava com o ideal de luta e reforma do meio quando do seu início, e que, posteriormente, desvirtua seus próprios princípios (BORDA, 1970) para adaptar-se a esse mesmo meio. Este é o marco do associacionismo individualista (RIOS, 1979), forma conveniente ao sistema sócio-econômico capitalista. No capítulo dedicado à revisão bibliográfica do tema, esta discussão está enfocada sob o título "controvérsia do surgimento".

Na referida discussão, distinguimos duas formas principais de análise do cooperativismo no Brasil, às quais denominamos de "análise doutrinária" e "análise crítica", enfocando o modo como ambas pensam o cooperativismo no país e o papel do Esta-

do que tutora o "movimento cooperativista" desde sua introdução, no final do século passado.

Até meados da década de 70, os trabalhos sobre o cooperativismo em nosso país, além de escassos, conservavam a unilateralidade do enfoque doutrinário. Nos anos finais daquela década, começam a proliferar pesquisas na área, as quais questionam o cooperativismo a partir do questionamento do próprio sistema sócio-econômico vigente, dentro do qual o cooperativismo - que tem a "peculiaridade" de sempre surgir "de cima" - tem sido utilizado pelo Estado, quer como via reformista, quer como via de modernização e acumulação de capital. A primeira "opção" é implementa da, principalmente, nas áreas de conflitos sociais; a segunda é mais acentuada nos ramos agrícolas ligados à exportação.

Este é o caso do sisal, importante produto da pauta de exportações do Nordeste e principal da pauta da Paraíba, onde a maioria dos municípios produtores dependem exclusivamente da exploração do mesmo. Sua conjuntura de mercado a nível interno - pela expansão de ramos industriais à base do sisal -, e a nível externo - pela ampliação da faixa de mercado para os fios de sisal, em vista da retração que a crise do petróleo provocou, após 1973-74, para o concorrente fio de polipropileno, derivado do mesmo - é o fundamento do processo de modernização em marcha desde fins da década de 70.

Em seu conjunto, aquele processo modernizador consiste na substituição da "AGAVE SISALANA PERRINE", espécie cultivada em todo o Nordeste, por um tipo híbrido de maior produtividade; na mecanização e adoção de novas técnicas de plantio, e, finalmente, na inovação tecnológica dos processos de desfibramento da folha da agave e de beneficiamento da fibra resultante do mesmo. Ora, além da redefinição do esquema de poder das frações da classe dominante que se dedicam à exploração do sisal, este elenco de medidas modernizantes vai acarretar profundas mudanças na produção e reprodução das relações sociais.

Dentre as mesmas, a que ocupa lugar determinante é a inovação do processo de desfibramento que, na Paraíba e nos demais Estados produtores, ainda é feito através de máquinas desfibradoras do tipo rotor - introduzidas na década de 50 e comumen-

te conhecidas por "motor" - que são instaladas no próprio campo de agave. Este é o problema que a COOPERSISAL - Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba Ltda, a qual constitui nosso objeto de estudo, enfrenta para garantir-se, definitivamente, como agente monopolizador do mercado na Paraíba.

Surgida, em 1974, por iniciativa de médios e grandes proprietários de terra e de usinas de beneficiamento -categorias que exercem o controle da produção de sisal -, que precisavam romper o esquema oligopolizante imposto pelas quatro firmas exportadoras "sobreviventes" à crise verificada no mercado sisaleiro nos anos 60, a cooperativa tem se empenhado em implementar aquelas medidas, e, além disso, já conseguiu a façanha de penetrar no setor secundário do ramo, ao adquirir, em 1980, uma fábrica de cordas e fios de sisal.

Até agora, a fração dominante agrupada na cooperativa conseguiu inserir-se nos quatro principais pontos estratégicos do mercado sisaleiro: beneficiamento da fibra, exportação da fibra, industrialização e exportação do manufaturado. Deste modo, suprime os seguintes grandes concorrentes: proprietários de usina de beneficiamento, exportadores de fibra, fabricantes e exportadores de fios. Isto representa expansão vertical, na medida em que o capital comercial e o capital industrial estão formando um só corpo.

Entretanto, apesar de estar financiando, desde 1979, um novo modelo de máquina descorticadora ou desfibradora, a qual pretende produzir em escala industrial até para exportar, mas a nível interno ela será usada apenas na prestação de serviços, ainda não a lançou oficialmente.

A introdução dessa máquina implica na subordinação de parte dos segmentos dominantes na exploração do sisal - antes mencionados - que não estejam encaixados na cooperativa, além de provocar a eliminação de dois agentes atuantes na intermediação: os "proprietários de motor" - geralmente, ex-trabalhadores da agave que conseguiram comprar a máquina de desfibrar, e que compram a agave na "folha" a pequenos produtores para desfibrar e colocar a fibra no mercado - e os "agentes compradores" de fibra para as indústrias, os quais se articulam, em primeiro plano, com aqueles.

Por seu lado, a Cooperativa Agrícola do Curimataú Ltda. - COAGRO, de Cuité/Pb, constituída, em 1975, por sócios dissidentes da COOPERSISAL, apesar de estar inserida na primeira micro - região produtora, ainda não conseguiu penetrar no mercado exportador e nem conseguiu realizar seu projeto de instalação de uma fábrica de cordas.

É bastante interessante o fato de a Universidade Federal da Paraíba ter criado, em seu "Campus" II, um Núcleo de Pesquisas do Sisal e de estar desenvolvendo, prioritariamente, o projecto de uma máquina descorticadora. A nosso ver, isto pressupõe a existência de um confronto, por causa das pretensões que a COOPERSISAL tem com relação à sua máquina, conforme se mencionou antes.

De qualquer modo que se resolva a questão, a eventual introdução da máquina descorticadora e das demais medidas modernizantes terá efeitos danosos sobre a grande massa de pequenos produtores e de trabalhadores no setor sisaleiro da Paraíba.

Demonstrar que no setor sisaleiro, assim como ocorre nos demais setores, o cooperativismo não está para os pequenos, como se propaga, e sim para favorecer a acumulação de capital, é o nosso objetivo principal. Para tanto, fazemos uma análise interna da COOPERSISAL, procurando apreender as relações cooperado /cooperativa, e uma análise externa, procurando caracterizar o meio no qual a mesma atua.

A nossa análise, portanto, se insere no grupo das que denominamos de análise "crítica", e o outro objetivo deste trabalho é o de contribuir no debate em torno do cooperativismo.

2. COOPERATIVISMO - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. CONTROVÉRSIA SOBRE O SURGIMENTO

Um dado concreto, que acompanha a base de nossa civilização, é o fato de o homem trabalhar em colaboração para levar a cabo a difícil tarefa de subsistência. Assim o foi nas sociedades chamadas primitivas, como o é na sociedade "moderna", apenas com uma grande diferença: naquelas o resultado de produção - fruto do trabalho cooperativo - era apropriado equitativa e coletivamente¹ pelos seus membros; nestas - apesar de o trabalho continuar cooperativo, no sentido de que, principalmente hoje, o produto é resultado do esforço de muitos - os produtores reais, cujo trajeto percorrido nessa sociedade "moderna" vai de escravo e servo até trabalhador "livre", não auferem plenamente os frutos do seu trabalho.

- Contribuindo para tal epílogo, temos o vapor e a máquina-ferramenta - com berço na Inglaterra - que converteram a manufatura na grande indústria e revolucionaram aceleradamente as relações de produção, ensejando contradições como: aumento cada vez maior da produção social e pauperização crescente da massa trabalhadora; enquanto a máquina proporcionava uma maior produção, mais se explorava o trabalho de adultos e crianças e mais se precisava de "braços de reserva" - o que a expropriação nos campos se encarregava de suprir - tanto como força de pressão para manter baixos os salários, como para atender às emergências; **em suma**, enquanto o bem-estar aumentava para uma minoria, a grande maioria vivia em condições cada vez mais miseráveis em termos de saúde, alimentação, educação, etc.²

(1) Sobre o assunto ver "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", de Friedrich ENGELS, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 3ª edição, 1977.

(2) Ver: A Era das Revoluções: 1789-1848, Eric J. HOBSEBAWM, 2ª ed., Rio, Ed. Paz e Terra, 1977; A Era do Capital: 1848-1875, Eric J. HOBSEBAWM, Rio, Ed. Paz e Terra, 1977;

"... amontoamento nos bairros mais sórdidos das grandes cidades de uma população arrancada do seu solo; dissolução de todos os laços tradicionais dos costumes, da submissão patriarcal e da família; prolongação abusiva do trabalho, que sobretudo entre as mulheres e as crianças assumia proporções aterradoras; desmoralização em massa da classe trabalhadora, lançada de súbito a condições de vida totalmente novas - do campo para a cidade, da agricultura para a indústria - de uma situação estável para outra constantemente variada e insegura."³

É dentro deste quadro histórico da Revolução Industrial que Robert OWEN começa a difundir⁴ o cooperativismo como meio de transformar gradativamente a sociedade, já que para ele, o Homem não era bom nem mau, por natureza, mas o resultado do seu meio social, o qual sendo modificado o homem também se modificaria.⁵ Na sua concepção de cooperativismo o

O Capital, Livro I, volume 1, cap. XXIV: "A Acumulação Primitiva", Karl MARX, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.

- (3) ENGELS, F. "O Socialismo Utópico", pg. 34, IN: TEXTOS nº 3, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1977.
- (4) A experiência de Owen, uma das mais significativas, foi realizada durante a década de 1820. Entretanto, o artigo "Cooperativismo Modelo Econômico Ideal", Revista Rural "O Tatu", nº 70, 1978, menciona: "Já em 1640 P.C. Plockboy preconizava a formação de uma espécie de 'cooperativa integral' de ação vertical e horizontal ... Quase na mesma época John Bellers idealizava as suas colônias cooperativas de trabalho 'compostas de 300 a 3.000 associados, visando eliminar os lucros e as despesas dos intermediários' BENEVIDES PINHO (1966) nos informa que na Inglaterra se tentou organizar cooperativas de consumo no final do séc. XVIII, e que na França há tentativa semelhante em 1828 - em Gueb Willer (Haut Rhin) - e em 1835 em Lyon. "A associação lionesa 'Au Commerce Veridique', porém desapareceu três anos depois de sua fundação em consequência de perseguições policiais." (pags. 38/39) Essas iniciativas foram promovidas por operários, segundo a autora.
- (5) BENEVIDES PINHO, D. "A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista, 2ª ed., São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1966, pg. 36.

fruto do trabalho coletivo seria para o bem comum, o que se contrapunha ao Capitalismo por se opor à exploração do homem pelo homem através do trabalho. Assim ele cria:

"... como medidas de transição para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, de um lado, as cooperativas de consumo e de produção - quer serviram, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis - e de outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de troca dos produtos do trabalho por meio de bonus de trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido".⁶

As relações de cooperação concebidas por OWEN, segundo HUNT & SHERMAN, levariam o povo a explorar a natureza de forma mais eficiente e a obter maiores proveitos coletivos. A cooperação⁷ se daria em comunidades agrícolas e industriais que se autogovernariam, nas quais a propriedade privada dos meios de produção e a busca individualista de lucros seriam abolidas. Dessa maneira,

"Uma parcela da humanidade deixará de ser treinada, como agora, para oprimir, pela força ou

(6) ENGELS, F. op. cit. nota 3

(7) Os autores, que abordam o Cooperativismo embasados na doutrina, distinguem os termos cooperação e cooperativismo, geralmente assimilando o primeiro às formas de ajuda mútua que uma comunidade pode utilizar, como por exemplo, o "mutirão". Ver: CAMARGO, Lenita Correa, "Cooperação e Cooperativismo - ensaio de interpretação sociológica nas cidades rurais do Estado de São Paulo" - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo - USP, 1960; BENEVIDES PINHO, D. A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista, já citado. Para MARX, porém, "chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processo de produção diferentes mas conexos." Para ele: "A cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista". Ver: O Capital, Livro I, vol. 1, cap. 12 e 13, pags. 370 a 391. 3ª edição, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1975.

Na verdade, principalmente com o advento do modo de produção capitalista, um produto é resultado do esforço de muitos, ou seja, a produção é socializada.

pela fraude, outra parcela, para grande prejuízo de ambas; nem a primeira parcela será educada no ócio para viver no luxo às custas do esforço daqueles a quem oprimem, enquanto estes últimos são obrigados a trabalhar diariamente e a viver na miséria; tampouco haverá lugar para aqueles que são educados para introduzir falsidades na mente humana, recebendo, para tanto, somas exorbitantes..."⁸

Comungando com o ideal de OWEN de reforma do meio social através do cooperativismo, várias experiências foram realizadas ou idealizadas, principalmente, durante a primeira metade do século passado, das quais destacamos as de William KING - que chegou a fundar cerca de 300 cooperativas de consumo⁹ - e a Cooperativa de Consumo dos "Pioneiros de Rochdale", na Inglaterra; as de Charles FOURIER, Etienne CABET e Louis BLANC, cujas idéias "exerceram grande influência sobre todas as cooperativas na França"¹⁰. Exceto a experiência de Rochdale, da qual falaremos a seguir, as demais fracassaram, embora OWEN e CABET chegasse a fundar suas comunidades cooperativas¹¹, espe-

(8) OWEN, R. citado por HUNT & SHERMAN: História do Pensamento Econômico. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.

(9) Revista Rural "O Tatu", artigo "Cooperativismo Modelo Econômico Ideal", nº 70, 1978. Segundo o citado artigo as "Unions Shoppes" de King tiveram duração de apenas seis anos, mas "sua influência se prolongou no tempo, principalmente por que o Dr. KING fazia doutrinação pelo seu jornal intitulado o 'Cooperador'".

(10) Artigo "Cooperativismo Modelo Econômico Ideal" citado acima. "... surgiram, posteriormente, animadas por Louis BLANC, as cooperativas operárias de produção que, trazendo melhorias consideráveis a certas categorias profissionais, e a classe operária de modo geral, não puderam escapar à evolução própria do cooperativismo ocidental, no sentido do associacionismo individualista." RIOS, Gilvando Sá Leite. Experiências Cooperativas do Nordeste Brasileiro, IN: Cooperativismo & Nordeste, nº 2, maio/agosto de 1972, SUDENE, Recife.

(11) "New Harmony" era o nome da colônia fundada por OWEN, em Indiana, Estados Unidos, 1828; "Icária" a de CABET, em Illinois, também naquele país, e, "Falanstério" era o nome da comunidade idealizada por FOURIER, a qual teria, principalmente, objetivo agrícola. "... No século XX, todavia, diversas experiências cooperativistas integrais terão como base o programa de FOURIER (como, por exemplo, os Kibutzim de Israel)". BENEVIDES PINHO (1966), citado na nota 5. Ver

rando que o exemplo emanado das mesmas se irradiasse e o meio se modificasse. Por isto estes socialistas/cooperativistas ou associacionistas foram chamados de "crítico-utópicos"¹² pela corrente socialista surgida a partir de Karl MARX e Friedrich ENGELS, que defendia a tese de que a transformação do meio capitalista não se daria pela via proposta e nem de modo pacífico embora não relegasse o cooperativismo daqueles socialistas:

"Nós recomendamos aos operários encorajarem o cooperativismo de produção em vez do cooperativismo de consumo, este atingindo apenas a su perfície do sistema econômico, aquele atacando-o em sua base." (13)

Entretanto, na maior parte dos escritos sobre Cooperativismo em nosso país - como em toda a América Latina, segundo BORDA¹⁴ e SCHNEIDER¹⁵ -, aquelas experiências são mencionadas como ~~precursoras~~ - quando o são -, e minimizando-se o fato de que sua idéia primeira era contrapor-se ao sistema sócio-econômico capitalista - e não a esta ou aquela fase do mesmo -, por que a experiência cooperativa de Rochdale passou a "ser consi-

~~derada~~ também RIOS (1972) citado na nota 10.

- (12) "Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores", escrito por Marx no período de 21 a 27/10 / 1864, IN: Textos, vol. 3, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1977.

RIOS - em Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social, João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1979 - frisa que a concepção socialista do cooperativismo enfatizava a função produção, enquanto que a concepção liberal deu ênfase à função consumo. (pg. 37).

- (13) MARX, citado nota 12.

- (14) BORDA, G.F. "Formação e Deformação da Política de Cooperativismo na América Latina", traduzido por Gilvandro Sá Leitão Rios e publicado na Revista Cooperativismo e Nordeste nº 7, jan/abril de 1972, SUDENE, Recife, Pe.

- (15) SCHNEIDER, João Elmo. "Agricultural Cooperatives and Dependent Accumulation in Brazil: Change or Reproduction? ". Madison, University of Wisconsin, 1978. Tese de doutoramento não publicada, 240 pags.
IDEM, Desenvolvimento Capitalista e Cooperativismo no Brasil, Centro de Estudos e Pesquisas Rurais - CEPER, Brasília, DF: 1979.

derada fonte do cooperativismo na civilização ocidental"¹⁶, ou do "cooperativismo puro"¹⁷:

"Quem transformou em realidade o ideal solidarista foi um grupo de 28 tecelões de Rochdale, Lancashire, que, sentindo as consequências do desemprego e da desvalorização dos seus salários - devido aos excedentes de mão-de-obra - reuniram-se, numa tarde de novembro de 1843 para analisar em conjunto a sua situação. (...) Liderá-los Charles Howarth, um operário curtidor, discípulo de Robert Owen, que se tornou a "ação e o gênio da nova empresa" que eles organizaram. (...) inauguraram, no dia 21 de dezembro de 1844, o seu armazém de "Toad Lane" (Beco do Sapo) que se tornaria famoso como março inicial do cooperativismo moderno, enquanto eles, os 28 tecelões, se imortalizavam como os Pioneiros de Rochdale."(18) (grifos nossos)

A organização e funcionamento da Associação de Rochdale estruturavam-se sob sete princípios básicos - Adesão Livre, Gestão Democrática, Retorno "pró-rata" das operações, Juros limitados ao capital, Vendas a dinheiro, Educação de membros, Cooperativização global - conforme BENEVIDES PINHO, que sistematiza da seguinte maneira suas aspirações de reforma do meio econômico-social:

- " 1. Formação de um capital para emancipação do proletariado mediante economias realizadas sobre a compra em comum de gêneros alimentícios;
- " 2. Construção de casas para fornecer alojamento a preço de custo;

(16) RIOS, citado na nota 10.

(17) Artigo "Cooperativismo: Modelo Econômico Ideal", citado - na nota 9.

(18) Idem.

3. Criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que for indispensável às necessidades da classe operarária, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebam baixos salários;
4. Educação e luta contra o alcoolismo;
5. Cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos nos quais a produção e a repartição serão reorganizados, e multiplicação desses núcleos através da propaganda e do exemplo."

Assim como as demais experiências influenciadas pelo "owenismo" - e seis dos "pioneiros" haviam sido discípulos de Owen, - segundo a autora - nesta também se tinha o objetivo de fundar uma "comunidade autônoma", o qual subsistiu até os anos 60 do século passado, fase profícua apesar das pressões:

"Um periódico inglês, de espírito filista, o Spectator, de 26 de maio de 1866... descobriu que o principal defeito na experiência de cooperativismo de Rochdale é o seguinte: 'Ela mostrou que associações de trabalhadores podem gerir lojas, fábricas, e quase todas as formas de atividade com sucesso, e melhorou imediatamente a condição das pessoas, mas não deixou nenhum lugar visível para capitalistas! Que horror!'"¹⁹

BORDA, porém, informa que já em 1860 os "rochdaleanos" haviam abandonado aquela idéia, e que

"...em 1862, depois de várias sessões tumultuadas, se inclinaram pelo mais fácil; seus operários seriam tratados como nas outras empresas. Assim caíram por terra os princípios tão decantados da cooperação ... não apenas deformaram as regras sobre o controle democrático e a participa-

(19) MARX, K. O Capital, Livro I, vol. 1, pag. 381. Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

ção dos trabalhadores nos benefícios da produção, mas também limitaram o alcance das referentes à livre adesão, fomento educativo e neutralidade política." (20)

O principal efeito desse redirecionamento que adapta a experiência de Rochdale ao meio contra o qual se propunha a lutar no seu início, é um associacionismo individualista que a tende perfeitamente aos requisitos exigidos pelo capitalismo.²¹ Porém, os "princípios" cooperativistas dos "Pioneiros" são o principal esteio da doutrina cooperativa²², cuja difusão omite convenientemente a mudança e coloca aquela associação como "marco" do cooperativismo. Daí porque BORDA, afirma que está suma

(20) BORDA, citado nota 14. Tratando do mesmo assunto, ver deste autor: "Un Caso Transcendental de Colonialismo: La Política Cooperativa en America Latina", IN: Ciência Própria y Colonialismo Intelectual. México, Ed. Nuestro Tiempo, 1970.

(21) São também da primeira metade do século XIX as cooperativas de crédito alemães, fundadas pelos filantropos Friedrich Wilhelm RAIFFEISEN - crédito para o setor agrícola -, e SCHULZE-DELITZSCH - crédito para as classes médias urbanas - (BENEVIDES PINHO, 1966: 43/45), que embora criticassem o meio capitalista, queriam certa forma de compromisso com ele, conforme atesta BORDA:

"Owen y Fourier favorecían la cooperación; y los liberales como Raiffeisen y Schulze-Delitzsch querían cierta forma de compromiso con el sistema capitalista." (1970: 111)

As cooperativas de crédito tipo RAIFFEISEN foram disseminadas no Brasil, principalmente, no Rio Grande do Sul, atualmente ainda existindo duas naquela Região.

(22) "A doutrina cooperativa teve origem na Alemanha e na Inglaterra, mas foi sistematizada na França, pelo professor de Economia Política da Universidade de Paris - Charles Gide (1847-1932). (...) Em 1891 Beatriz Potter Webb publicou importante estudo a respeito do programa cooperativista inglês. Anos depois outros doutrinadores vieram juntar seus trabalhos ao Mestre francês, apoiando seu ideal de construção da República Cooperativa ou discordando ... (...) A associação permitirá ao consumidor eliminar o comerciante intermediário das trocas e tornar-se, em seguida, o produtor dos bens necessários à satisfação de suas necessidades. Assim será, aos poucos, criado um meio de cooperação no qual não haverá conflitos porque o proprie-

mente parcial e deformada a história dos "Pioneiros de Rochdale" apresentada aos camponeses, operários e educadores da América Latina, constituindo-se num recurso ideológico, e que a política cooperativista implantada no Continente visa apenas a produzir mudanças sociais marginais e controladas, por isto as principais campanhas de fomento ao cooperativismo aparecem em épocas de crise econômicas (entre 1927 e 1937), na época problemática do pós-guerra e de seus ajustes econômicos (décênio de 1940), ou quando se agita o espectro da violência rural (como na Colômbia entre 1948 e 1957), ou para fazer frente a ameaças do comunismo e ao impacto da revolução cubana (décênio de 1960). O autor ainda mostra que em quase todos os países da América Latina a legislação precede as campanhas de fomento ao cooperativismo, citando decretos e leis de países como Chile, Argentina, Brasil, Colômbia, etc, no período de 1926 a 1938. Resalte-se, ainda, que não só os criadores modificaram seus "princípios". A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) - fundada em 1895 com a finalidade de "continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale" (BENEVIDES PINHO: 1977), a qual reúne cooperativas do mundo inteiro e cuja sede é em Londres - já os modificou por duas vezes, conforme demonstra o anexo I.

✕ Ao colocarmos esta controvérsia acerca do surgimento do cooperativismo, buscamos apenas encontrar o fio condutor que nos permita situar as análises sobre o cooperativismo no Brasil e compreender porque apesar de nossa realidade cooperativa ser bastante adversa à doutrina, a maior parte das análises se entricheiram no reduto doutrinário.

tário e o usuário serão uma só pessoa. E 'as lutas desaparecerão por falta de combatentes...'"
BENEVIDES PINHO (1966; 25/27) cita o próprio Gide.

Aqui no Brasil o que está desaparecendo, realmente, são as cooperativas de consumo, primeira modalidade implantada e que sempre reuniu o maior número de cooperativas.

2.2 - AS FORMAS DE ANÁLISE DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Historicamente, conforme foi visto, o Cooperativismo se concretiza dentro do sistema sócio-econômico capitalista com a afirmação do associativismo individualista, em detrimento da proposição original de um associativismo coletivista, que pretendia se contrapor ao capitalismo combatendo o lucro e a filosofia individualista que o embasa. Das experiências cooperativas surgidas na Inglaterra e na França, durante a primeira metade do século passado, com o propósito de mudança do sistema econômico-social, a de Rochdale, Inglaterra, sobrevive ao tempo, enquanto seus princípios cooperativistas constituem o cerne da doutrina cooperativa que é difundida no Brasil, como em toda a América Latina, no início deste século. No entanto, omite-se, nesta difusão, a "metamorfose" (SCHNEIDER: 1979) sofrida pela mesma, em seu processo de adaptação ao capitalismo, cuja resultante é o desvirtuamento dos seus próprios princípios, enquanto que a doutrina cooperativa é veiculada acenando ainda para a possibilidade de melhoria e, até, de transformação da sociedade.

Deste modo, à luz do aspecto doutrinário, pode-se distinguir duas formas principais de analisar o cooperativismo no Brasil:

Análise doutrinária - a característica principal da mesma é estar centrada na doutrina e analisar o cooperativismo apenas com base nesta, sem correlacionar e/ou questionar o sistema sócio-econômico vigente. Em decorrência, a maioria dos trabalhos coloca o cooperativismo como um "depurador" e (ainda!) até como um substituto do capitalismo. Também, apesar de a doutrina relegar a intervenção estatal, geralmente, ela é considerada necessária ou não é questionada.

Análise crítica - considera a doutrina apenas um recurso ideológico, que tem sido devidamente manipulado pelo Estado,

no sistema sócio-econômico capitalista, fazendo do cooperativismo um instrumento útil à acumulação de capital.

Ao fazermos esta distinção, temos por objetivo confrontar o posicionamento dessas duas formas de análise quanto à interpretação da realidade de nosso cooperativismo e quanto à intervenção estatal no mesmo.

2.2.1 - ANÁLISE DOUTRINÁRIA

Até a década de 60, os estudos sobre o cooperativismo no Brasil - que eram bastante escassos, pois só no final dos anos 70 é que começam a proliferar pesquisas na área - têm o traço comum de estarem centrados na doutrina, a qual está embasada nos famosos "princípios cooperativistas" formulados pelos "Pioneiros de Rochdale". Além da superestimação das possibilidades do cooperativismo como "instrumento" de defesa contra a exploração capitalista, em detrimento de uma análise real do comportamento do mesmo, outra "herança" enraizada nesse tipo de análise é a tendência a considerar apenas o cooperativismo formal - atrelado ao Estado - relegando as nossas experiências informais²³, conforme se pode detectar nos trabalhos a seguir mencionados.

(23) Refutando a posição que considera o cooperativismo a partir do enfoque doutrinário, centrado na experiência de Rochdale, RIOS argumenta que nem os "partidos políticos que se reclamam de uma mesma ideologia e se pretendem 'internacionalistas' (caso dos Partidos Comunistas), não se autodefinem a partir de uma 'doutrina' universal, ao contrário, lutam pela afirmação das especificidades culturais das sociedades nacionais onde atuam." Opinando que é a partir de uma sociologia das associações, e não do enfoque doutrinário, que se pode aquilatar as potencialidades e limitações do cooperativismo em determinado espaço cultural e determinado período histórico, o autor considera como cooperativas "se bem que não organizadas em 'bases rochdaleanas'", conforme frisa, dentre outras: "... a autogestão iugoslava, 'cuja inspiração remonta, como a cooperativa de produção industrial ocidental, ao socialismo utópico' (MEISTER:1972, p.152); os 'kibbutzim'

No livro "A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista", Diva BENEVIDES PINHO (1966) - uma das maiores produções dentro do tema - descreve as várias experiências cooperativas, trata do surgimento da doutrina e discute o seu "cumprimento" nos "dois sistemas". Com relação ao binômio cooperativa-doutrina no sistema capitalista, a mesma diz que

"... as cooperativas diante da necessidade de acomodação, desviaram-se em parte dos fins doutrinários. É que esses fins haviam sido preconizados para um meio capitalista atomizado e concorrencial. Cercadas por forças poderosas, na maioria hostis ou indiferentes, mas poucas vezes favoráveis, as cooperativas precisam acomodar-se ao ambiente econômico-social para sobreviver." (PINHO, 1966, pg. 83, grifos nosso)

Portanto, inserindo-se no rol dos que defendem a tese, bastante difundida, de que "a cooperativa precisa se amoldar ao meio para sobreviver". É interessante frisar que, no início da obra citada, a autora alerta que empregará os termos:

israelitas, cujas colônias agrícolas constituem 'verdadeiros microlaboratórios das doutrinas comunistas' (Idem, p. 155); a Propriedade Social peruana, através da qual 'agora não são os capitalistas, mas os trabalhadores, que merecem o apoio prioritário do governo para a geração de empresas. As fábricas já não objetivarão o lucro individual, converter-se-ão em instrumentos de criação de riqueza para toda a sociedade' (MOREIRA:1975, p.165). Cabe ainda referir experiências bem recentes como o 'círculo' moçambicano, 'organização de base, dentro da qual surgiu o embrião de uma nova sociedade comunitária, frugal e combativa. A multiplicação dos 'círculos' gerou as 'zonas liberadas' em cujo interior se estruturou um regime político e econômico que era a própria negação do colonialismo explorador, egoísta e perdulário.' (CASTILHO: 1975, p.15) " Gilvando Sá Leitão RIOS. Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979.

"-cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo e conômico através de associações de fim pre predominantemente econômico, ou seja, as coope rativas;

-cooperativas no sentido de sociedade de pes soas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determina dos programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedades de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. ..." (pg.8/9)

Ora, se a cooperativa precisa agomodar-se para sobrevi ver, logicamente que isto só é possível - segundo as leis do sis tema - buscando obter o máximo de rentabilidade econômica; se en tendemos por cooperativa os associados, então é óbvio que estão pretendendo sobreviver da melhor maneira possível, já que são parte integrante de um determinado sistema econômico-social, do tado de características próprias. Resta ao pesquisador averi - guar se "essa melhor maneira possível", também dentro da coopera tiva, não é à custa uns dos outros. Em outras palavras: o pes quisador testa as possibilidades corretivas de sua doutrina, ave riguando distribuição/participação pela e dentro da cooperativa.

Com relação ao surgimento do cooperativismo no Brasil, entre outros fatores, a autora aponta a "ausência do elemento hu mano em condições de praticar o cooperativismo, pois, até 1888 o trabalho escravo impedira qualquer forma de associacionismo"²⁴ (pg. 79, grifo nosso), incluindo para que só surgissem cooperati-

(24) De vez que a autora, após definir o termo cooperação, es- clarece que "do ponto-de-vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou in- formal (grifos nosso) para alcançar o mesmo objetivo", acha- mos que não houve associacionismo mais legítimo que o do Quilombo de Palmares que, segundo José Barboza MELLO, con gregou cerca de 20.000 pessoas durante 67 anos, e c u j a

tivas, praticamente, no início deste século, numa postura perfeitamente formal, que se completa pela ênfase colocada na atuação do Estado em relação à implementação do cooperativismo:

"Foi somente a partir de 1932, entretanto, que se verificou um surto relativamente apreciável do cooperativismo em nosso País devido principalmente a dois fatos: em primeiro lugar, o Poder Público viu nas cooperativas uma das mais eficientes soluções para os graves problemas resultantes da conjuntura econômica mundial ... em segundo lugar, a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, com o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, desfez as confusões até então frequentes entre cooperativas e outras sociedades..."²⁵
(pg. 76)

"base da economia era comunitária, logo não havia exploração econômica" e onde o "espírito predominante na organização política e social de Palmares era o de considerar a liberdade como suprema lex ..." (pgs. 123/124, História das Lutas do Povo Brasileiro, vol. 1, Rio, Ed. Leitura, s/d). Desse modo, o fenômeno reflete um associacionismo informal, onde a modalidade vigente de exploração do homem trabalhador foi o que o impediu de subsistir e não o contrário, e, além do mais, ele está mais perto da origem do cooperativismo, que foi concebido como reação ao meio ...

- (25) O período de 1932 a 1938 foi bastante conturbado em termos da afirmação do Dec. 22.239. Em 20/12/1933, entra em vigor o Dec. 23.611; em 10/7/1934, o Dec. 24.647 revoga o Dec. 22.239/32. Finalmente, o Decreto-Lei 581, de 1º/8/1938, revoga os Decretos 23.611/33 e 24.647/34, e revigora o Dec. 22.239 de 1932. Pelos dois primeiros decretos, a participação e a retribuição ao capital era minimizada, podendo-se até constituir cooperativas sem nenhuma participação de capital. Assim sendo, pode-se dizer que o revigoramento do Dec. 22.239 representaria a vitória dos que defendiam os interesses do capital no cooperativismo, em detrimento dos interesses do trabalho; ou, ainda, que ficou consolidado o cooperativismo "formal ou convencional" em detrimento do não convencional.

Desse período resta lamentar um fato: a destruição da comunidade de Caldeirão - propriedade do Pe. Cícero Romão Batista, localizada na Chapada do Araripe, município de Crato, Ceará, dirigida pelo Beato José Lourenço - por uma "expedição armada, em novembro de 1936". Segundo Rui FACÓ,

No texto "A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico" (1974), a mesma autora faz uma síntese da evolução doutrinária e discute as realizações cooperativas no século XX, no contexto do capitalismo moderno. Sua definição de cooperativa é a seguinte:

-
- que se apóia, inclusive, em documento expositivo do Tenente José Góis de Campos Barros, que fazia parte da tropa - nas terras áridas de Caldeirão, os habitantes cavaram reservatórios de água, levantaram barragens, canalizaram riachos e irrigaram o solo. Plantavam algodão, milho, arroz, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, havendo até um engenho para fabricação de rapadura, puxado a bois. Confeccionavam suas roupas com algodão plantado, tratado, colhido, tecido e tingido pelos mesmos. "Aliás, faça-se justiça, o espetáculo de organização do trabalho, com que deparamos ali, era verdadeiramente edificante..." Além da lavoura, eram 400 casas, cavalos, porcos, bois, etc. À ordem de repartirem os bens e voltarem a seus locais de origem (75% era do Rio Grande do Norte, 20% de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão, Piauí, e 5% eram cearenses natos) responderam que tudo era de todos. "Ao Capitão Cordeiro impunha-se uma única solução: destruir as cassas e entregar os bens ao município.." Conforme FACÓ, "o relatório Campos Barros não menciona sequer uma arma apreendida entre os 2.000 povoadores de Caldeirão. Encontram apenas seus instrumentos de trabalho: enxadas, machados, foices, e a maquinaria de sua indústria primitiva." Rui FACÓ, Cangaceiros e Fanáticos. 5ª ed., Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1978, pags. 196 a 206.

Deve-se frisar que em 1936 estavam em vigor os decretos 23.611/33 e 24.647/34, conforme foi dito no início desta nota. Pelo primeiro era facultado a todos os indivíduos constituírem consórcios profissionais cooperativos. Em seu Art. 2º classifica os profissionais em "I - Agrários (proprietário, cultivador, arrendatário, parceiro, colono, criador de gado, jornaleiro, etc.); II - Proletários; III - Liberais e IV - Funcionários Públicos." Seu Artigo 5º começa assim: "Os consórcios profissionais cooperativos se constituem livremente, independente de autorização do governo..."

O Dec. 24.647, em seu Art. 9º, § 3º, diz: "é permitida a formação de sociedades cooperativas sem capital e sem distribuição, por qualquer forma, de lucros ou sobras."

Mas em Caldeirão o fruto do trabalho coletivo era para o bem comum, e este exemplo podia atrair milhares de explorados à sua volta e se irradiar. Por isto devia ser destruído. O povo de Caldeirão estava fora da "LEI"!

"A cooperativa tem sido geralmente entendida como uma 'empresa de serviço' cujo fim imediato é a prestação de serviços a seus usuários, que a criam com seu próprio esforço e risco. Distingue-se da 'empresa capitalista' porque nesta, a satisfação das necessidades dos usuários não representa seu fim imediato, mas sim o rendimento do capital investido."(26) (pg.21/22, grifos nosso)

revelando um colorido ideológico²⁷ que se intensifica na conclusão contraditória do mencionado texto:

"A síntese da evolução da Doutrina Cooperativa ... revela que o Cooperativismo representa importante mensagem de união com base na solidariedade, na liberdade, na igualdade e na justiça social. Historicamente, a Doutrina Cooperativa opôs o "reinado do consumidor" às distorções do capitalismo, no decorrer do século passado. A "utopia cöoperativista" reagiu contra a "utopia liberal" e a "utopia socialista". Mas a "meta social" deixou de ser a motivação principal nas "sociedades tecnológicas" que buscam explicações racionais ou científicas, opondo-se a argumentos doutrinários, míticos ou utópicos. É inegável, contudo, que a Dou-

-
- (26) Aqui concordamos com FIGUEIRA, que faz o seguinte comentário sobre esta mesma definição:

"A observação da professora parece fazer tábu-la rasa do fato de que os "associados" das cooperativas agrícolas são proprietários de meios de produção (mesmo que muitos, na verdade, sejam pequenos) e o que investem na cooperativa é capital que se amplia pelo trabalho alheio. E, todos nós sabemos que não há "satisfação maior" que o rendimento do capital investido". (pg. 70, aspas da autora, grifo nosso)

FIGUEIRA, Fani Goldfarb. "Separando o Joio (Cooperativas de Trigo - Capitalização na Agricultura)." Tese de Mestrado apresentada ao Dept^o. de História da USP - Universidade de São Paulo, 1979, mimeog. 109 pag.

- (27) A autora tenta refutar Orlando Fals BORDA, apenas com as clássicas considerações em torno da doutrina, do socialismo, etc, enquanto o trabalho daquele autor é resultado de pesquisa efetuada "em onze comunidades camponesas da Colômbia, Venezuela e do Equador." (RIOS, 1979:33). Entretanto, em tra-

trina cooperativa tem importante papel a desempenhar no "arranque" para o desenvolvimento, como forma organizatória de transição, de modo a contribuir para que a passagem da "sociedade tradicional" não se faça tão bruscamente, como se tem verificado na maioria das áreas subdesenvolvidas. " (pg. 47, aspas da autora)

Não entendemos COMO (e para que!) a Doutrina vai contribuir no "arranque" para o desenvolvimento de uma "sociedade subdesenvolvida" para uma "sociedade tecnológica" se nesta a "meta social" deixa de ser a motivação principal! Nesse caso: desenvolvimento de QUEM? Também, segundo a teoria, o "arranque" seria apenas uma fase, donde se deduz que na sociedade tecnológica o problema social teria se evaporado !

A priorização da doutrina, entretanto, é o fator central dos trabalhos nessa linha, o que conduz à projeção circular das análises: discute-se o "comportamento" do cooperativismo ressaltando-se, geralmente, o aspecto quantitativo, e a crítica, se for o caso, está sempre referida à doutrina. Desse modo: falta de espírito associativista, falta de difusão doutrinária, falta de capacitação da gerência administrativa, etc, são causas invariavelmente apontadas nas "diagnoses", como se o cooperativismo estivesse sobreposto ao meio econômico social no qual está inserido. Por este motivo, colocaremos mais duas teses que a visão doutrinária veicula, sem comentar os respectivos trabalhos, e passaremos a discutir a posição dos "doutrinários" sobre a intervenção estatal no cooperativismo brasileiro.

Sem discutir o mérito da questão ideológica - principalmente por acharmos que algumas análises apresentam uma firme e ingênua convicção doutrinária²⁸ -, alguns estudiosos do

balho recente: Reavaliação do Cooperativismo Brasileiro (1980) a autora foge a seu tradicional modo de análise, assumindo uma posição mais crítica, principalmente em relação à intervenção do Estado.

- (28) No artigo "Caráter e Tendências do Movimento Cooperativo no Brasil", Waldiki MOURA critica: A Lei 5.764 - "elaborada a portas fechadas", conforme o mesmo - em vigor, mostran-

cooperativismo acham que o

"... subdesenvolvimento não desaparecerá, se a presença do cooperativismo não se fizer mais constante e mais atuante para receber a participação social mais efetiva. Existe um crescimento do cooperativismo que chamaríamos vegetativo, na América Latina, precisando ser um desenvolvimento, uma cooperação forte para o desenvolvimento integral"... (REGO, 1977,pg. 19, grifos nosso)

e outros ainda propõem que o "sistema capitalista deve ser substituído pelo 'sistema' cooperativista", ou, mais exatamente, que o cooperativismo deve se impor a nível mundial como o único e melhor "sistema" :

"... Nós queremos apenas substituir o capitalismo e o socialismo pelo cooperativismo. É pedir muito? O cooperativismo é, para nós, um sistema-síntese. Possibilita capitalização sem capitalismo e socialização sem socialismo. Ou seja, reúne as vantagens e elimina ou neu-

do os vários aspectos em que a mesma contribui para diluir os preceitos fundamentais do cooperativismo; o aparato estatal que sufoca suas iniciativas; a composição arbitrária do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC (3 membros do Movimento Cooperativista e 5 de entidades alheias ao mesmo) ; as falhas estruturais e funcionais das cooperativas, etc, enfatizando que se não "existissem falhas de infraestrutura, institucional e operacional, ninguém ousaria chamar de 'cemitério de cooperativas' ou 'necrotério rochdaleano',"; e declara ao final do artigo que sua "posição pessoal ainda é de confiança no sistema, com o mesmo idealismo dos primeiros dias da mocidade. Não importa que o braço já não seja suficientemente forte para sustentar a bandeira de sua defesa. Estamos certos de que ou trá geração o fará com honestidade e desassombro." Coletânea: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico, publicada em colaboração com a Fundação Friedrich Naumann, Bonn, Alemanha. São Paulo, 1974.

traliza as desvantagens dos dois sistemas."
(BUARQUE, 1979) (29)

Com relação à intervenção estatal no cooperativismo, atualmente há uma divergência dentro desta corrente de análises, proveniente do que chamaríamos de mudança qualitativa do caráter daquela intervenção. Até meados de 1960 a ação do Estado se faz sentir no aspecto legislativo - sendo claramente "disciplinador" - e no de fomento ao cooperativismo, através de incentivos tributários, da criação de órgãos fiscalizadores e da propaganda, sem, contudo, incluí-lo em seu planejamento até o I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1971-1975), inclusive.

De 1966 a 1971 é o período de vigência do Decreto-Lei nº 59, o qual é chamado de "Período de Centralismo Estatal" por Waldirio BULGARELLI³⁰. Secundado pelas Leis da Reforma Bancária (Lei 4.595 de 1964) e da Reforma Tributária (Lei 5.892, de 25/10/1966), que são fruto da necessidade de implementação do modelo econômico então instalado, esse Decreto teve como efeito a

-
- (29) Levando em consideração o fato de que, conforme AMIN/VERGOPOULOS, "a economia e a sociologia convencionais ignoram o que é capitalismo", podendo-se "chegar até o doutorado em Ciências Sociais, nos Estados Unidos, sem se saber que se está vivendo numa sociedade capitalista"; e o de que o nosso modelo educacional - que acompanha a grande distância o que é produzido na "metrópole" - está convenientemente moldado para reproduzir as condições ideológicas necessárias a tal sistema, a proposição não parece tão absurda.
Samir AMIN e Kostas VERGOPOULOS, "A Questão Agrária e o Capitalismo", Rio, Ed. Paz e Terra, 1977.
- (30) Analisando a evolução da legislação cooperativista no Brasil, o autor faz a seguinte classificação:
1. Período de Implantação - a partir do Dec. 1.637, de 5/1/1907, até 1932;
 2. Período de Consolidação Parcial - vai da promulgação do Dec. 22.239, em 19/12/1932 à do Decreto-Lei 59;
 3. Período de Centralismo Estatal - vigência do Dec. 59, de 21/11/66, até a promulgação da Lei 5.764/1971.

redução extraordinária do número de cooperativas de Consumo, de crédito e de Produção Agrícola, sendo que a primeira categoria é, praticamente, extinta, conforme demonstra o quadro a seguir:

BRASIL - Número de Cooperativas

A N O	CONSUMO	PRODUÇÃO AGRÍCOLA	CRÉDITO	ELETR. RURAL	DIVERSAS (+)	TOTAL
1902/ 1945	1.002	1.067	366	-	58	2.493
1950	1.702	1.461	452	-	95	3.710
1955	1.726	1.289	438	-	112	3.565
1960	2.228	1.739	502	-	158	4.627
1965	2.703	2.040	513	-	241	5.497
(1)						
1978	357	1.257	359	274	285	2.532

(1) Não conseguimos dados dos anos 1970 e 1975. Deve-se frisar que até 1978 não existia estatística oficial sobre o cooperativismo no Brasil.

FONTES: Até 1960 - BENEVIDES PINHO, D. A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista, 2ª ed. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1966;

1 9 6 5 - ANDRADE, M. C. Cooperativismo e Região Nordeste, IN: Revista Cooperativismo e Nordeste, Recife, SUDENE, 1965;

1 9 7 8 - MINISTERIO DA AGRICULTURA & CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO. Cooperativas Brasileiras, 1978.

(+) - No final da década de 60 há uma mudança qualitativa nesta categoria: ela passa a ser constituída, em sua maioria, por cooperativas médicas - várias especialidades - e de outras profissões liberais. Antes a categoria era constituída, em sua maioria, por cooperativas escolares e artesanais.

4. Período de Renovação das Estruturas - período atual, vigência da Lei 5.764, de 16/12/1971.

BULGARELLI, W. A Nova Legislação Cooperativista Brasileira, IN: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico, já citada.

Conforme pode ser observado, se em 1965, por exemplo,, o número global de cooperativas era de 5.497, em 1978 - ano em que começa a estatística oficial - temos o total de 2.532 cooperativas, ou, apenas 32 cooperativas a mais do que no período 1902/45, o que corresponde a uma redução de 54% em relação a 1965. As atividades de Consumo³¹, Crédito e Produção Agrícola, pioneiras no País, sofreram redução, respectivamente, de 86,8%, 30% e de 61,6% no número de suas cooperativas naquele mesmo período.

Merece destaque, ainda, a transformação qualitativa ocorrida dentro da atividade de Crédito. Se até 1960 o crédito rural reunia o maior número de cooperativas, a partir do final daquela década a mesma é suplantada pela atividade de Crédito Mútuo, que se refere a cooperativas formadas por empregados de grandes empresas, principalmente, da região Sudeste, conforme pode ser visto no anexo II.

Admitindo que com o advento do Dec. 59 se pôs em prática uma "política saneadora", os órgãos de representação do Estado dizem que a mesma reflete propósitos modernizantes, visando a tornar o "sistema eficiente" :

(31) No artigo "As Cooperativas de Consumo Brasileiras: Crise, Recuperação e Necessidade na Conjuntura Nacional", Theodoro H. MAURER JÚNIOR, lista uma série de causas que contribuíram para a "crise" das cooperativas de consumo, tais como : negligência mais ou menos total da educação cooperativista dos associados, falta de controle da cooperativa por parte dos associados, falta de cooperação, falta de cooperação, irresponsabilidade administrativa estimulada pela gerência eleita, etc. Considerando o modelo econômico implantado a partir de meados de 60, achamos que o seu argumento mais consistente é o que se refere à suspensão das regalias tributárias ao cooperativismo, e a concomitante expansão dos supermercados. Pags. 201 a 221, da coletânea "A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico", já citada.

" A redução do número de Cooperativas, através do recurso legal ao cancelamento e à liquidação, correspondeu, deste modo, à realidade de um Sistema que, em grande parte, deixara de operar segundo padrões mínimos de eficiência e, para salvaguardar entidades problematizadas mas potencialmente exequíveis, mantiveram-se, ao lado das Cooperativas qualificadas, aquelas que souberam colocar-se além dos padrões mínimos e ofereceram condições à sua recuperação, redinamização e/ou fortalecimento. Aplicaram-se, literalmente, critérios justos com que se separou o 'joio do trigo' " (INCRA, Ação Associativa nº 3, pg. 8)

Em dezembro de 1971 entra em vigor a Lei 5.764 e, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975/1979), o cooperativismo passa a constar no planejamento governamental. A política cooperativista levada a efeito desde então, tem garantido a separação do "joio" - unidades de menor porte - por estar direcionada, primordialmente, para a grande empresa cooperativa.

Se o período do "Centralismo Estatal" (vigência do Dec. 59) com seu retumbante efeito "saneador" é, de maneira geral, criticado pelos "doutrinários", o mesmo não acontece em relação à Lei 5.764/71, pois enquanto alguns a criticam com veemência, principalmente, por "contribuir para o desvirtuamento dos preceitos fundamentais da doutrina" - MOURA³², por exemplo -, outros, como BULGARELLI, alegam que estes já foram substancialmente "alterados nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional de Paris, em 1937, e de Viena, em 1966", justamente para se adequarem às transformações do meio.

Essa divergência ressalta a questão de fundo da análise do cooperativismo "descolado" da base concreta na qual está inserido, ou seja, a sócio-econômica - como se o cooperativismo fosse uma "corrente quente" no "oceano sócio-econômico" - , o que

(32) MOURA, W. citado nota 28

vai refletir-se na maneira fluídica como a maioria desses cooperólogos encara a ação do Estado em relação ao mesmo: num primeiro momento o Estado patrocinaria e até seria sócio, depois ficaria apenas como amigo do cooperativismo, conforme coloca MARQUES PINHO³³:

"A FAO, em recente Documento afirma que, embora um dos mais importantes princípios da filosofia cooperativista seja a independência de auxílio de outrem, os cooperados logo compreendem que suas possibilidades de êxito serão muito reduzidas se os Governos não adotarem atitude positiva em relação a seus esforços. O ideal seria, evidentemente, o Governo começar como patrocinador, depois tornar-se sócio e, na última etapa, permanecer como amigo, de acordo com o lema de H. Gerber - "Patrocinador -Sócio -Amigo".

O perigo geralmente apontado, entretanto, é o da progressiva extensão do amparo governamental, descambando em excessiva interferência e controle. Ou, então, lenta acomodação por parte das cooperativas, de modo que a intervenção estatal, de temporária torna-se definitiva."

A idéia central implícita na citação é a da uniformidade ou homogeneidade quer com relação ao cooperativismo, quer no que tange à ação do Estado, quando sabemos que, concretamente, há uma diferenciação dentro do cooperativismo em países como o nosso e, também, que o Estado age de forma discriminatória com relação ao mesmo. Entretanto, esta maneira de interpretar o Estado, deriva da teoria, bastante popularizada, que o coloca como um ente que vela igualitariamente pelos interesses de toda a sociedade, sem considerar que a mesma está fracionada em classes com interesses divergentes, às quais se opõem entre si a partir do papel que exercem no processo produtivo:

(33) MARQUES PINHO, C. O Estado Brasileiro e as Cooperativas, IN: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico, já citada. O autor cita: "FAO-Conferência Mundial o Papel das Cooperativas Agrícolas no Desenvolvimento Econômico Social", Roma, 1972, Doc. nº 19; e "Henry H. Gerber: Medidas Práticas para superar obstáculos do Cooperativismo nos Países em Desenvolvimento", artigo inserido na mesma coletânea.

" As classes são grandes grupos de homens que si diferenciam entre si, pela posição que ocupam em um sistema de produção historicamente determinado; pelas relações em que se encontram frente aos meios de produção (relações que as leis fixam e consagram); pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, por conseguinte, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes sociais são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar posições diferentes em um regime determinado de economia social." (34)

Numa formação capitalista, as classes sociais estão sempre em relações antagônicas, dada a exploração que uma das classes - a dominante, proprietária dos meios de produção - estabelece ao apropriar-se do trabalho da outra - a dominada e explorada. E como toda formação social, para continuar sobrevivendo, precisa não só produzir, mas também reproduzir as condições de produção (reprodução dos meios de produção e da força de trabalho), o objetivo último da classe dominante é o da reprodução das relações de produção. Para garanti-las, o que significa garantir a existência das classes sociais com seu respectivo relacionamento de dominação e subordinação econômica, política e ideológica, conforme diz NOSELLA³⁵, a classe dominante utiliza-se do Estado. Este tem

(34) CUEVA, A. La Concepción Marxista de las Clases Sociales, IN: Debate & Crítica nº 3, jul/74, pags. 83 a 106. São Paulo, Ed. HUCITEC. O Autor cita LENIN, V.I.

(35) NOSELLA, Ma. de L.C.D. As Belas Mentiras. Coleção Educação Universitária, São Paulo, Ed. Cortez & Moraes, 1979. Com relação à ideologia, a autora diz que esta é uma necessidade a fim de que se assegure, também "pela palavra", a dominação: "A Sociedade capitalista, burguesa, professa, como princípio expresso, que os homens são iguais. A práxis sócio-econômica em tal formação, no entanto, discrimina os homens dentro de uma estrutura de classes. A ideologia da classe dominante é utilizada para mascarar esta incoerência entre os princípios expressos e a práxis discriminadora. Neste sentido é que a ideologia adquire a sua conotação negativa de mistificação e falsidade..." (pag. 27)

como função permitir à mesma assegurar a exploração da classe trabalhadora, a qual consiste tanto na apropriação da mais-valia - cerne da acumulação de capital - como no impedimento à classe trabalhadora de opor-se a essa exploração. Daí porque a ação e a política do Estado sempre privilegia direta ou indiretamente a pequena fração dominante na sociedade, e, marginalmente, a grande fração dominada.

Entretanto, a este esquema "normal" de funcionamento do aparato estatal, deve-se agregar o fato de que as sociedades do mundo capitalista contemporâneo estão intrinsecamente ligadas por relações de dominação/dependência, o que dá outra conotação a esse funcionamento, ou, conforme CHALOUIT (1980), faz com que o Estado tenha duas dimensões: a primeira é a já vista função de defender os interesses das classes dominantes ao reproduzir e reforçar as relações sociais existentes; a segunda, que é uma decorrência da estruturação³⁶ do mundo capitalista, refere-se à autonomia "relativa" que o Estado possui, ou seja, ele não é totalmente manipulado pelos membros das classes que controlam a Nação. Sob este prisma, o autor coloca que o Estado desempenha dois papéis básicos e frequentemente contraditórios: acumulação e legitimação. Este é o caráter do Estado no Brasil, pois ao mesmo tempo em que resguarda os interesses de classes específicas e/ou regiões, também zela pelos seus próprios, dada a necessidade decorrente do nosso modelo econômico:

"...A sociedade civil enfrenta diversos problemas estruturais, relacionados de uma maneira ou outra com as políticas econômicas e sociais do Estado, que favorecem a expansão e consolidação de um sistema capitalista dependente-associado, baseado no tripé empresas estatais, privadas nacionais e estrangeiras, as quais propiciam a acumulação e concentração do capital. O modelo

(36) Ver: . História da Riqueza do Homem. Leo HUBERMAN, 13ª edição, Rio, Zahar Editores, 1977.

A Trilateral: Nova Fase do Capitalismo Mundial, coletânea editada por Hugo Assmann e traduzida por Hugo P. Boff. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

econômico, controlado por um executivo e uma tecnocracia fortes, continua a se apoiar sobre as exportações, na sua maior parte provenientes do setor primário, que, como no passado, viabiliza a concentração do capital no polo mais dinâmico do sistema econômico, o setor secundário." (37)

Esta síntese do binômio Capitalismo-Estado nos permite concluir que o cooperativismo não poderia ficar imune ao que se passa na sociedade maior (SCHNEIDER:1979). Assim sendo, nos explica tanto o crescimento "vegetativo" das atividades cooperativas que não estão ligadas à exportação, como a intervenção -que a realidade não deixa dúvidas quanto à "temporariedade" - discriminadora do Estado, conforme colocam os estudiosos, que denominamos de críticos, enfocados a seguir.

2.2.2 - A N A L I S E C R Í T I C A

Uma das principais teses refutadas por esta corrente de análise é a da possibilidade da transformação do sistema sócio-econômico capitalista por força pressional do cooperativismo. Isto porque, conforme já dizia PREOBAJENSKY³⁸, o cooperativismo não contém em si mesmo, nenhum princípio ativo que leve à socialização das relações de produção, só podendo desempenhar uma função socialista na medida em que constituir um elo do sistema que evoluiu nesse sentido, na base de suas próprias forças e tendências internas. Desse modo, não há contradição entre a doutrina, tal, como é veiculada, e a realidade cooperativa do país, o que se explica pela

(37) CHALOULT, I. Questão Agrária e Política do Estado: O POIONOR DESTA. IN: Revista Econômica do Nordeste nº 4, out./dez. de 1980, vol. 11, pgs. 527 a 560. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.

(38) PREOBAJENSKY, E. A Nova Econômica. Rio, Ed. Paz e Terra, 1979, pg. 248.

... "funcionalidade que apresenta a Doutrina Cooperativa em favor de um cooperativismo que se superpõe comodamente à estrutura social vigente sem questioná-la. A Doutrina Cooperativa equivale, "mutatis mutandis" à doutrina liberal clássica da "igualdade de todos perante a lei", sem levar em conta, por exemplo, as radicais desigualdades econômicas, sociais, educacionais e políticas existentes entre categorias sociais no nosso meio rural." (RIOS:1979,26)

Essa funcionalidade faz com que o cooperativismo, em nosso meio, possa ser utilizado quer como "via reformista", quer como "via de penetração do capitalismo no campo" ou de "modernização", propiciando a acumulação de capital, principais teses defendidas nos trabalhos a seguir mencionados.

Com base em dados empíricos provenientes da "Pesquisa Sócio-Econômica das Cooperativas de Produtores e de Produção Agrícola Brasileira", contratada pelo Ministério da Agricultura à PLANAVE - Escritório Técnico de Planejamento S/A, cujo levantamento foi de âmbito nacional, cobrindo 92% das cooperativas agrícolas no Brasil, em 1976, num total de 1.163 cooperativas, SCHNEIDER³⁹ desenvolve sua tese de doutorado.

A proposição básica do autor é a de que o sistema cooperativista não fica imune às forças dominantes que operam na sociedade maior na qual está inserido, e tem como objetivo verificar até que ponto o cooperativismo brasileiro no seu conjunto se subordina ou se contrapõe ao processo de diferenciação crescente observável entre os produtores e sub-setores de nossa agricultura.

Ao discutir a doutrina cooperativista o autor deixa implícita sua motivação para o trabalho: a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, resultando num

(39) SCHNEIDER, J. E. citado nota 15.

... " cooperativismo individualista, (que) continua sendo apresentado, principalmente nos países periféricos, como um movimento social capaz de levar à transformação das sociedades baseadas no regime de competição e lucro, em sociedades baseadas na cooperação e na ajuda mútua. "

O autor demonstra que, em termos globais, a estrutura e funcionamento das cooperativas agrícolas são fortemente condicionadas pelas forças que emanam do modelo de acumulação vigente, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira. A seguir resumimos suas principais constatações:

- 1 - diferenciação regional no desenvolvimento do cooperativismo, conformando-se claramente aos desequilíbrios regionais. Assim, as regiões Sudeste e Sul, detêm 70% das cooperativas e cerca de 80% do total de produtores associados. Rio Grande do Sul e São Paulo - Estados da Região Sul - possuem mais cooperativas e associados que as demais regiões do país juntas;
- 2 - em termos globais, a prática cooperativista atinge apenas 17% dos estabelecimentos e 12% das famílias que vivem no campo. Em termos regionais as estimativas são: Nordeste 5%, Norte 1%, cabendo às regiões Sul e Sudeste o restante;
- 3 - diferenciação na distribuição do crédito alocado às cooperativas: em 1975 o sistema cooperativista recebeu cerca de Cr\$ 90 bilhões (em moeda corrente), ou seja, menos de 15% do total de crédito carreado para o setor agrícola. Desse total, a Região Nordeste recebeu menos de 6% e a Região Sul mais de 70%. O autor frisa que na alocação do crédito rural total - e não só no crédito cooperativo - a Região Nordeste está em desvantagem: recebeu, naquele ano, menos de 13% quando sua

contribuição é de cerca de 20% do valor total do produto agrícola brasileiro⁴⁰;

- 4 - os estímulos creditícios e de preços estão voltados para a agricultura comercial ou empresarial, daí porque o cooperativismo tende a ser bem sucedido quando opera com produtos de exportação, ou certas matérias-primas para a indústria, ou quando está inserido em setores especializados na produção de produtos "no bres" destinados ao consumo de estratos da população urbana com maior poder aquisitivo. Assim, 50% dos recursos creditícios foram destinados às cooperativas de soja e trigo (região Sul), enquanto o volume combinado de crédito para cooperativas que tinham arroz, feijão ou milho como principal produto, foi de menos de 8% do total, em 1975.
- 5 - a propriedade dos meios de produção e/ou a presença regular de excedentes comerciáveis constituem condições imprescindíveis para uma participação efetiva nas atividades da cooperativa agrícola. Assim, enquanto as possibilidades de meeiros, moradores, posseiros e mi-

(40) O Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC, fundado em 1951, "só participa com cerca de 20% do crédito concedido globalmente às cooperativas pelo sistema de bancos do país; no meio rural, aquela participação é de 28%; o capital social realizado não chega a ultrapassar Cr\$ 850 milhões; os depósitos captados (média em março 78 / março 79) não vão além de Cr\$ 1,1 bilhões..." José de Ribamar Melo, Presidente do BNCC. Uma Nova Concepção para o BNCC, IN: Jornal Ponteiro nº 47, setembro/1979, ASSOCENE (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste), Recife, Pe.

nifundistas se beneficiarem dos serviços da cooperativa agrícola são extremamente precárias, as chances para as categorias assalariadas são nulas.

Um outro trabalho que estuda o conjunto do cooperativismo, porém na Região Nordeste, é o de RIOS⁴¹, que utiliza dados - até então inéditos - da pesquisa efetuada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - autarquia do Ministério da Educação e Cultura sediada em Recife - a qual foi financiada pela SUDENE. A pesquisa cobriu um total de 73 cooperativas agrícolas em toda a região.

Após comentar a debilidade relativa do cooperativismo rural nordestino, apesar dos diversos programas a ele direcionados por órgãos federais e estaduais como INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária, SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, DAC - Departamento de Apoio ao Cooperativismo (a nível estadual), etc, o autor distingue e discute três tipos de abordagem do tema cooperativismo: a idealista, que é a abordagem em termos doutrinários; a pragmática, que, apesar de recorrer a argumentos doutrinários, enfatiza a técnica como razão última e única de intervenção na realidade, e, finalmente, a abordagem sociológica - na qual insere o seu trabalho - que estuda a conexão direta entre a participação dos associados na cooperativa e o funcionamento da mesma. Entendendo que a abordagem pragmática enfatiza a técnica, mas precisa do "amparo" da doutrina e por isso é quem mais a utiliza ideologicamente falando, e ressaltando que na perspectiva sociológica distinguida pelo autor não cabe a dicotomização entre o social e o econômico, como se poderia interpretar, dentre suas constatações destacamos, resumidamente:

(41) RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social. João Pessoa, Editora Universitária/UFPb - Universidade Federal da Paraíba, 1979.

- 1 - o principal critério para escolha de dirigentes das cooperativas estudadas foi o de ordem econômico-financeira;
- 2 - no processo formal de escolha dos dirigentes, constatou-se haver, geralmente, um sistema de cooptação por parte dos diretores em exercício de mandato;
- 3 - à medida que aumenta a renda aumenta a frequência às eleições;
- 4 - os estratos de renda superiores tendem a receber maiores serviços das cooperativas no que diz respeito a assistência técnica e empréstimos de equipamentos;
- 5 - os dirigentes das cooperativas são, via de regra, chefes políticos, pertencentes às famílias tradicionais do município, detentores de boa situação econômica e bem relacionados com os políticos dos centros urbanos maiores e das capitais;
- 6 - existe uma gradação quanto aos serviços prestados pelas cooperativas pesquisadas. Por ordem de indicação, foi considerado mais vantajoso pelos sócios o crédito, seguido da atividade de revenda de insumos ou bens de consumo doméstico e finalmente a comercialização;
- 7 - apenas 10% (dez por cento) dos cooperados da amostra declararam entregar sua produção à cooperativa.

Após vermos como se apresenta, de modo geral, o cooperativismo no Brasil e na Região Nordeste, vejamos as causas que fomentaram a criação de um "sistema" (cooperativa central e filiadas) no ramo do algodão, segmento mais expressivo do cooperativismo na Paraíba.

Por verificar que as usinas de beneficiamento de algodão no sertão paraibano, antes controladas por proprietários privados e até por empresas multinacionais, passam a transformar-se

em cooperativas a partir dos anos 1973/74, NOVAES⁴² monta seu projeto de dissertação, tendo como objetivo principal compreender os fatores estruturais e conjunturais que explicam o surgimento e desenvolvimento dessas cooperativas. Segundo o autor, a produção e realização do algodão no mercado se concretizava pelo "acordo tácito" entre as frações de classe dominantes na exploração do produto, as quais são representadas pela burguesia industrial (indústria têxtil), pela burguesia agrária (usineiro) e pelo proprietário de grandes extensões de terra (fazendeiro), responsáveis, respectivamente, pela utilização do algodão como matéria-prima, pelo seu beneficiamento e pela organização de sua produção.

Entretanto, fatores como: a modernização da indústria têxtil, a descoberta de nova variedade de algodão no sul do país - apresentando uma produtividade superior a 30% em relação às variedades ali cultivadas e uma qualidade de fibra que se equipara à produzida em muitas áreas do sertão paraibano - e o alto custo de transporte de matéria-prima, fazem com que seja restringida a participação do algodão procedente do Nordeste no principal mercado do país. Estas mudanças provocam alterações no relacionamento das frações de classe antes mencionadas, quais sejam: o industrial têxtil passa a adquirir o produto em outras regiões; os grupos multinacionais que operavam no beneficiamento do algodão colocam suas usinas à venda ou mesmo encerram suas atividades; os usineiros locais decretam falência, enfim, o fazendeiro tem dificuldade para beneficiar o algodão, de vez que parte das usinas fecham ou operam a baixa capacidade. Nesse contexto o Estado passa a ter atuação significativa, pois adquire a pluma de algodão que não encontra colocação no mercado, fixa o preço de compra a nível de produção e, finalmente, estimula a criação de cooperativas de beneficiamento de algodão, mecanismo que possibilita o "rearranjo" da situação dos grupos dominantes. Dela participam o usineiro, que além de encontrar saída

(42) NOVAES, J. R.P. Cooperativismo: Acumulação e Mudança Social, IN: Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, organizado por M^a. Rita LOUREIRO. São Paulo, Cortez Editora, 1981

para seu maquinário obsoleto, vendendo-o à cooperativa, ainda se torna sócio; e o fazendeiro, agora com dupla vantagem, pois a cooperativa também lhe permite participar do beneficiamento do algodão, comumente produzido em parceria. O pequeno proprietário de terra, segmento da classe dominada, pode se associar à cooperativa, mas, geralmente, não auferir benefícios, de vez que estes são apropriados pela fração dominante que ao lhe fornecer adiantamentos, exige o comprometimento da produção.

Ocorre que essa mudança de situação, gradualmente, também estimula os fazendeiros, assim como os usineiros que possuíam grandes extensões de terra, a explorar de forma mais intensa a pecuária, o que vai refletir-se na forma de organização do trabalho. Assim, a organização da força de trabalho na forma tradicional de parceria - compreendendo a relação de moradia na propriedade - tende a se modificar, dado que existe um acentuado processo de expulsão do campo para a cidade, provocado pela expansão da pecuária.

É com base nesse quadro de referência que o autor coloca, ao finalizar a exposição de suas investigações preliminares, que as cooperativas de beneficiamento de algodão apontam para a pecuarização da região, tanto porque garantem o beneficiamento do algodão que, posteriormente, pode ser adquirido pelo próprio Estado; como porque a continuidade da exploração algodoeira, mesmo como atividade complementar, é fundamental para o desenvolvimento da pecuária, o que a cooperativa estimula através de sua política de subsídio em relação à "torta de algodão": os associados têm o direito de retirar uma quantidade de torta que corresponda a 40% da quantidade de algodão entregue por cada um. De acordo com palavras textuais do autor: "este percentual de torta é fornecido pela cooperativa a preço subsidiado. Em 1979 o preço da torta no mercado girava em torno de Cr\$10,00/kg, e a cooperativa entregou, a seus associados, ao preço de Cr\$2,50/kg."

Dentre diversos trabalhos que analisam a ação do Estado em relação ao cooperativismo, ou que estudam determinada coo-

perativa, destacamos os de SORJ, BETANZOS e BURSZATYN, CAVENDISH e LOUREIRO.

Discutindo a reestruturação das relações sociais frente à expansão do capitalismo no campo, SORJ⁴³ coloca que, historicamente, a expansão do capitalismo na agricultura apresenta duas tendências: a primeira se caracteriza pela proletarianização da maioria dos pequenos produtores e eventual aburguesamento de uma pequena camada destes; e a segunda viabiliza a modernização tecnológica crescente de uma camada de produtores familiares, porém sem levar ao aumento da utilização do trabalho assalariado no estabelecimento, ao mesmo tempo que outra camada de pequenos produtores se pauperiza e se marginaliza.

No Brasil, dada a deterioração dos mecanismos tradicionais de dominação no campo, que gerou as mobilizações no período anterior ao golpe de 1964, o autor coloca - além de sindicatos, serviços e projetos específicos, mecanismos gerais de penetração ideológica como meios de comunicação de massa e educação - as cooperativas como

"... o mecanismo através do qual o Estado disciplina o pequeno produtor no uso de crédito e insumos modernos, ao mesmo tempo que oferece ao Estado uma organização relativamente fácil de penetrar e manipular, seja pela própria tendência das direções das cooperativas a se desvincular das bases, seja através dos mecanismos materiais e legais pelos quais a cooperativa depende do Estado. "

(43) SORJ, Bernardo. " A Agricultura Brasileira nos Caminhos da Democracia", texto apresentado no 6º Encontro do PIPSA - Programa de Intercambio de Pesquisa Social em Agricultura, realizado em Salvador, out/1980.

Corroborando as "alternativas de comportamento" indicadas por este autor, BETANZOS E BURSZTYN⁴⁴, em estudo sobre o Projeto Irrigado de Sumé-Pb, demonstram o mecanismo de controle social ali atuante, e ressaltam o caráter empresarial da cooperativa implantada, destacando as atividades desenvolvidas pela mesma - comercialização de tomate, gado de corte até investimentos no "Open Market" - cujos lucros (e aqui dizemos marginais, pois o processo produtivo do tomate está "voltado" para a Indústria de Tomates Peixe) beneficiam direta e desproporcionalmente os cooperativados: 46 colonos "selecionados" pelo DNOCS no longo período de 1970 a 1976, conforme os autores, embora haja uma gama de agentes sociais envolvidos no projeto.

Já CAVENDISH⁴⁵, no estudo da Cooperativa Integral de Reforma Agrária da Usina Caxangá, em Pernambuco, mostra o caráter desmobilizador da CIRA⁴⁶ e também seu caráter subordinador:

(44) BETANZOS, Oscar e BURSZTYN, Marcel. Resumo de pesquisa sobre o Projeto Irrigado de Sumé, apresentado no 4º Encontro do Grupo Agro-Indústria, Cooperativa e Grande Produção Agrícola do PIPSA - Programa de Intercambio em Pesquisa Social na Agricultura (Convênio Fundação Getúlio Vargas / Fundação Ford) realizado em Salvador, 1979.

(45) CAVENDISH, Suely. Cooperativismo e Dominação, IN: Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, organizado por Maria Rita LOUREIRO. São Paulo, Cortez Editora, 1981.

..." o controle da cooperativa é exercido de cima para baixo, sem uma participação expressiva da diretoria eleita em assembleia, a não ser para referendar decisões previamente tomadas pelo corpo técnico burocrático do INCRA. A indicação de um militar para a superintendência da Usina, participando estas decisões das Assembleias Gerais, é bastante demonstrativo da existência de um sistema coercitivo capaz de submeter o parceleiro ao rígido regimento dentro da área de Caxangá, sem que lhe seja possível exercer o mínimo controle dos gastos de produção bem como da quantidade de cana entregue à cooperativa ou mesmo dos descontos para outros fins. "

Estudando a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), São Paulo, LOUREIRO⁴⁷ tem como objetivo analisar os mecanismos pelos quais a cooperativa se torna um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação do camponês sem entre tanto destruí-lo. A perspectiva teórica sob a qual orienta seu trabalho é aquela que percebe o desenvolvimento do capitalismo no campo não apenas como processo exclusivo de proletarianização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também como um processo de subordinação crescente de camponeses ao capital industrial e financeiro.

Dentre os mecanismos de expropriação do associado, a autora descreve uma série de taxas cobradas ao mesmo por serviços de comercialização, financiamento, transporte, etc, as quais propiciam a formação de "sobras líquidas" - para cooperativas não se utiliza a denominação "lucro" - cuja distribuição com o cooperativado, ao final do exercício, está em função do montante de insumos comprados pelo mesmo na cooperativa e não do montante de produtos por ele colocados; os custos de representação expressos em sede suntuosa, grande número de funcionários,

(47) LOUREIRO, M^a. Rita G. Cooperativismo e Reprodução Camponesa, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1980, mimeog. 32 pags. Nota: Este trabalho consta, também, do livro: Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, São Paulo, Ed. Cortez, 1981.

etc, também recaem sobre os cooperativados sob a forma de elevação de taxas e, finalmente, a autora menciona que uma média de 10 associados, por ano, entregam bens à cooperativa para remissão de dívidas e que, em 1977, foi reescalonado um montante de Cr\$ 45.330.000,00 em dívidas.

Enfim, a cooperativa permite apenas a reprodução do pequeno proprietário como tal, ou seja, ela não oferece condições de capitalização ao pequeno produtor - aquele que trabalha a terra com a família - enquanto que pelos diversos mecanismos de apropriação do seu sobretrabalho a cooperativa se capitaliza.

Distinguimos dois modos principais de pensar o cooperativismo: um que, à luz da doutrina, ainda o enxerga como capaz de provocar mudança social, refletindo uma posição completamente desvinculada da realidade do mesmo em nosso meio; e outro que já refuta essa possibilidade a partir da análise do sistema sócio-econômico capitalista, comprovando, pela pesquisa empírica, que a realidade do cooperativismo não se orienta naquele sentido, e sim no da manutenção do "status quo".

Entretanto, alguns estudiosos que assumem esta última posição mencionada, colocam a possibilidade de o cooperativismo converter-se em instrumento ativo de mudança social⁴⁸, desde que

(48) RIOS, em "Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social", obra já citada, menciona seu trabalho "Potencialidades e Limitações de um Programa Visando Provocar Participação Rural - uma análise comparativa", publicado em Ciência e Cultura, São Paulo, 27(8):819-838, no qual trata sobre o convênio SUDENE/MEB-PI (Movimento de Educação de Base, Piauí): "...a intenção do convênio era realizar um programa de educação cooperativa que fugisse à tradicional e pouco comunicativa propaganda da "doutrina cooperativa". Importava identificar e trabalhar líderes, ao invés de desperdiçar recursos financeiros e humanos. A metodologia habitualmente empregada pelo MEB se caracteriza pelo seu caráter antipaternalista, isto é, leva os envolvidos no processo a tomarem suas próprias decisões e tentarem resolver seus problemas. Outra característica da metodologia educacional do MEB é a ênfase dada ao caráter grupal das reflexões e decisões." ... (pag. 113)

utilizado como mecanismo que conduzisse a uma efetiva consciência de classe. O trabalho de MARQUES⁴⁹, a seguir mencionado, expressa muito bem esse pensamento.

Estudando as pequenas explorações familiares no Rio Grande do Sul, o autor diz que, apesar de as mesmas estarem fadadas a desaparecer - após a substituição da agricultura de produção mercantil pelas culturas modernizadas do trigo e da soja - resistem mais do que a lógica poderia supor, devido, principalmente, ao fato de estar profundamente arraigada a aspiração pela propriedade da terra a ser trabalhada em regime familiar. Contudo, este "móvel de resistência" se torna alienante e ideológico na medida em que os pequenos produtores vivem presos pelo endividamento e mal conseguem repor sua força de trabalho, Alegando que

..." As ilusões do pequeno proprietário, dono de seus meios de produção, precisam ser desmistificadas, na clara percepção dos legítimos interesses de classe que são os interesses do trabalho frente ao capital, especifica e concretamente os interesses dos trabalhadores enquanto tais. " ,

o autor coloca a necessidade de se construir sua percepção de modo tal que ela evolua da defesa dos interesses individuais à consciência grupal e à defesa dos interesses associativos, entendidos estes como interesses de grupos organizados e instrumentalizados para promovê-los.

(49) MARQUES, Mário Ozório. Do Associativismo à Consciência de Classe (Educação Rural de Adultos), IN: Educação e Sociedade de nº 7, set./80, São Paulo, Cortez Editora.

Ver, também, os seguintes trabalhos: FOLLMANN, José Ivo. Participação Cooperativa e Mudança Social, IN: Perspectiva Econômica, vol. 10, nº 27, Cooperativismo 6, São Leopoldo, RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1980; PURPER, Dornalli L. Integração Social: Condição para o Desenvolvimento Cooperativo - reflexões preliminares na busca de um modelo, IN: Perspectiva Econômica, vol. 10, nº 27, idem, idem.

Das instituições ligadas ao pequeno produtor, ele descarta o sindicato - pelo sentido corporativista que o vicia desde as origens - e argumenta quanto à cooperativa:

" Na cooperativa o campo de luta se alarga, mas se torna, ao mesmo tempo, minado de maiores ambiguidades. A cooperativa está mais próxima à vida cotidiana dos agricultores e mais condicionada a operar dentro das regras do jogo ditado pelo sistema dominante. Será ela só e puramente instrumento do sistema? Ou pode ser vista também como instrumento de resistência e de libertação? (...) (...) Em se pensando o produtor rural, não como pequeno proprietário, mas como trabalhador sujeito cada dia mais à expropriação de seu sobretrabalho e de sua autonomia administrativa, em que se deveriam modificar o conceito e a prática do cooperativismo de produção? Que modificações no trabalho educativo se deveriam introduzir? (pags. 117/118, grifos nosso)

Esta proposição difere qualitativamente da que veicula a abordagem doutrinária, na medida em que ela não parte de uma ilusão sobre o cooperativismo vigente. Sabe-se, por exemplo, que nas nossas cooperativas ditas de produção⁵⁰, geralmente, o produto comercializado é, em sua grande parte, adquirido de terceiros, principal fato que, a nosso ver, espelha as contradições dentro das mesmas. Também, o trabalho educativo tradicional, geralmente, está restrito aos preceitos doutrinários, como se a repetição dos princípios cooperativistas pudesse apagar aquelas contradições. Portanto se, num plano oposto, o trabalho educativo visar construir a noção de consciência de classe no homem do campo,

(50) O trabalho de GUEDES, ao mesmo tempo em que demonstra o funcionamento de cooperativas de produção, também nos dá a certeza de que as verdadeiras relações de cooperação só podem emergir e subsistir quando há uma transformação no sistema sócio-econômico.

GUEDES, Claudet C. A Cooperação na Agricultura e a Política de Alianças entre o Operariado e os Camponeses - Caso da RDA - República Democrática Alemã. Campina Grande, Departamento de Economia e Finanças da UFPb, 1980. Mimeografado, 50 pags.

certamente se estará avançando numa trajetória que culmina com seu próprio salto qualitativo para defesa de seus interesses. Afinal, conforme argumenta o autor, qualquer tentativa de ampliação de frentes de combate, de pressão e de poder, em lutas concretas, é válida, pois:

"A consciência de classe não se constrói de um momento para o outro, nem por ações isoladas. Ela nasce e se fortalece num contexto de lutas conduzidas com propósitos bem definidos, mas persistentemente retomadas e consolidadas por vitórias insignificantes até, se isolada e circunstancialmente considera - das." (pg. 119, grifos nosso)

2.3 HIPÓTESE DE TRABALHO E METODOLOGIA OPERACIONAL

Exportar tem sido a função principal atribuída ao Nordeste, e ele tem tido ótimo desempenho nas suas transações com o resto do mundo, conforme se pode constatar por sua balança comercial sempre positiva ao longo de décadas⁵¹, embora seu esforço sempre tenha favorecido a outras áreas do país que ne cessitam realizar importações.⁵²

(51) Ver "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, pág. 19, quadro 7, no qual se demonstra o comércio Nordeste/Centro-Sul/Exterior, no período de 1948 a 1956. 3ª edição, Recife, SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1978. Sobre o GTDN, ver: Raimundo MOREIRA, O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização. Rio, Ed. Paz e Terra, 1979.

(52) "... as exportações do Nordeste dividem-se em parcelas iguais para o mercado internacional e para outras regiões do País. Com efeito, estima-se que na última década 51%, em média, das exportações totais destinaram-se ao mercado mundial, enquanto os 49% restantes corresponderam às vendas interregionais. ... as exportações para o resto do mundo alcançam valor duas ou mais vezes superior ao das importações dali provenientes. (...) Dessa maneira, o Nordeste tem financiado, através do seu saldo de divisas, parte das importações de exterior realizadas por outras áreas do Brasil ..." Brasil, Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. II Plano Nacional de Desenvolvimento - 1975-1979. Recife, 1978. (pág. 45, grifos nosso)

O nosso estudo de caso se refere a uma cooperativa de exportação de sisal, cultura que, a partir de 1973, volta a viver uma conjuntura econômica extremamente favorável no mercado externo, o que a inscreve no rol das que estão em vias de modernização. Também, a "agulha magnética" da "bússola" política cooperativista, aponta para a utilização de cooperativas como canais de escoamento de recursos destinados à modernização. Entretanto, o fato de esta provocar o aumento do desemprego ao mecanizar as principais atividades de uma cultura, é de seu alcance ser seletivo, traz questionamentos quanto a objetivos sociais do cooperativismo propagados por essa política.⁵³ Desse modo, a nossa abordagem do tema se insere na linha de análises que coloca o cooperativismo como um instrumento de penetração do capitalismo no campo, ou da chamada modernização, e a nossa suposição geral - que também se insere nas já mencionadas - é a de que a cooperativa além de via modernizadora é também via competitiva, no caso específico do sisal, que propicia a concentração e a centralização do capital, para tanto concorrendo direta e indiretamente a atuação do Estado. Por esse ângulo de abordagem, o Estado se coloca do lado oposto ao do pequeno produtor, ou seja, **a sua ação beneficia** aos que o exploram. Demonstrar isto e contribuir no debate acerca do cooperativismo, são nossos principais objetivos.

(53) "... acredita-se que o sistema cooperativista quando bem conduzido, é importante instrumento para consecução dos objetivos do setor agrícola, quais sejam:

- aumento da oferta de alimentos e matérias-primas a preços menores;
- elevação da renda líquida do setor, de modo que se constitua um importante mercado consumidor de produtos do setor não agrícola;
- aumento do número de empregos no setor agrícola, e levando os níveis de salário;
- garantia de condições satisfatórias de vida familiar e social dos agricultores. "

(II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975/79, já citado.)

Perseguindo nossa suposição, estudamos o funcionamento da cooperativa - no período de agosto/78 a junho/80 -, procurando obter um quadro das relações cooperado/cooperativa, e as condições de produção do sisal no município de Pocinhos, Paraíba, local onde se situa a Usina de Beneficiamento da COOPERSISAL-Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal Ltda, cuja sede está localizada em Campina Grande. Levantamos os seguintes dados na Cooperativa:

- a) número e local de origem dos associados; período: abril/1974 a junho/1979;
- b) produção colocada, por cada associado, durante o período acima;
- c) capital subscrito e integralizado - período: abril/74 a dezembro de 1979;
- d) retorno⁵⁴ distribuído aos associados; período citado em "c";
- e) juros⁵⁵ distribuídos aos associados; período citado em "c";
- f) vendas para o mercado externo; período citado em "c";
- g) vendas para o mercado interno; período citado em "c".

O levantamento referente aos itens "a" até "e", abrangeu o universo de associados em agosto de 1979 que, formalmente, era de 370 (trezentos e setenta); para tal, consultamos Livro de Matrícula, Livros de Subscrição de Capital, Talões de Notas Fiscais de recebimento de sisal dos associados e Balanços Gerais.

(54) Retorno: parte do resultado líquido do exercício que deve ser distribuída com os associados em função da produção colocada por cada um. É previsto na legislação, mas o percentual de rateio é fixado pela diretoria da cooperativa;

(55) Juros: parte do resultado líquido do exercício destinada a remunerar o capital de cada associado. A legislação prevê uma remuneração de até 12% sobre a parte integralizada.

Utilizando questionários e, em grande parte, entrevistas abertas, contactamos - em Pocinhos, Cuité e Alagoa Grande - os seguintes agentes sociais - associados e não associados de cooperativas - envolvidos na exploração do sisal:

- Proprietário de Usina.....	03
- Grande Produtor de Sisal.....	08
- Médio Produtor de Sisal.....	10
- Pequeno Produtor de Sisal...	15
- Proprietário de "motor".....	15
- Trabalhadores.....	<u>20</u>
Total.....	71

O trabalho de campo - em Pocinhos, - foi realizado conjuntamente com Maria de Lourdes Rodrigues LUCENA, que desenvolve o tema: Mão-de-Obra no Sisal: Características e Tendências.

3. A EXPLORAÇÃO DO SISAL NO NORDESTE E O PAPEL DA EXPORTAÇÃO

3.1 - SISAL - FASES DA EXPLORAÇÃO

O início da exploração da agave no Brasil está ligado à entrada do mesmo no mercado internacional, na década de 40, na qualidade de exportador da fibra. A ocupação das Filipinas e da Indonésia pelo Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, desorganizou a oferta mundial de fibras duras¹ - das quais aqueles países eram grandes produtores -, aí incluindo-se o sisal, o que forçou a reorientação da produção para outros países.

A "AGAVE SISALANA PERRINE"², espécie cultivada prioritariamente no país, é conhecida indistintamente como agave ou sisal, embora este último termo seja usado mais comumente em referência à fibra resultante do processo de desfibramento ou descorticamento da folha. Por ser uma planta xerófila³, tornou-se excelente alternativa econômica para a região semi-árida do Nordeste.

Desde sua introdução no Brasil⁴, ou, mais precisamente, nos Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, onde é explorada economicamente desde os anos 40,

-
- (1) Fibras duras: sisal, henequén, abacá e juta. Ver: MEDINA, Julio Cesar, Plantas Fibrosas da Flora Mundial, São Paulo, Instituto Agrônomo de Campinas, 1959.
 - (2) BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, Sisal - Problemas Econômicos, vol. 1, Fortaleza, Ceará, 1957.
 - (3) Idem, Sisal - Problemas Técnicos, vol. 2, 1959.
 - (4) Sergio LEPESCH informa que o sisal foi introduzido em São Paulo no ano de 1906, porém, preferiu-se importar a fibra do Nordeste e utilizar-se "em seus solos culturas mais rentáveis, mecanizadas e que absorviam menos mão-de-obra". Sisal, Brasília, Comissão de Financiamento da Produção - CFP, agosto de 1978, 27 pag., mimeog.

pode-se distinguir três etapas na "vida" da cultura: a primeira vai desde o início do seu cultivo até inícios do ano de 1966; a segunda compreende os anos 1966-1972, e a terceira começa em 1973 até os dias atuais.

No primeiro período o sisal viveu o que se poderia chamar de "fase externa", ou seja, a produção brasileira de fibra de sisal destinava-se quase que exclusivamente para a exportação, a fim de ser transformada em fios agrícolas pelos fiandeiros-extrusores europeus, de vez que a demanda externa pela fibra é, em última instância, função da demanda por aqueles fios, mais comumente chamados de "baler twine" - que é o mais procurado - e "binder twine"⁵.

No período de 1966 a 1971/2, o sisal vive uma fase de intensa depressão dos preços internacionais, dada a forte concorrência do fio sintético de polipropileno, um derivado do petróleo. O abandono de campos de sisal é a tônica na região - na Paraíba foi em torno de 60%⁶; o Banco do Brasil suprime a assistência à cultura e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) a exclui da pauta dos produtos beneficiados pela política de preços mínimos. Também, a estrutura de comercialização sofre alteração substancial, pois de atomizada passa a oligopsônica, quer a nível de Nordeste⁷ ou da Paraíba, é

(5) "Baler Twine" - fio agrícola utilizado pelos países de olima frio no enfardamento de feno para a alimentação do gado durante o inverno.

"Binder Twine" - fio agrícola, mais fino que o anterior, utilizado para atar os fardos de palha de cereais - mais leves que o feno-para o mesmo fim citado acima.

(6) SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO Estado da Paraíba, Influência do Sisal na Economia do Estado. João Pessoa, março de 1974, 22 páginas, mimeog. Estimativa baseada no "Resumo", pag. 8.

(7) COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA, monografia da Cultura do Sisal. João Pessoa, Paraíba, 1978. Ver também ELECTROCONSULT do Brasil Ltda - ELC. Contribuição para o Estabelecimento de uma Política Nacional de Produção de Sisal e de Abacaxi. Recife, 1978, 98 pág. mimeog.

rea de nosso estudo, onde existiam 34 empresas exportando sisal em 1960 e, apenas 4 em 1970⁸, fato que tem grandes repercussões na nova fase.

Crises econômico-sociais em países africanos grandes produtores, como a Tanzânia - final da década de 60 - como também a crise do petróleo a partir de 1973, alargaram horizontes para o sisal. Amplia-se a faixa de mercado externo para a fibra "bruta" ou "in natura" e para os fios agrícolas, cujo processamento expande-se no Brasil desde o final dos anos 60. No plano interno, os mercados químico-farmacêutico⁹,

-
- (8) A CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, em "O Sisal na Paraíba - Aspectos Econômico", fornece os seguintes números de empresas exportadoras: 37 em 1964, e 4 em 1971.

No artigo "Posição do Sisal Melhora: Crise do Petróleo", Revista do Fisco nº 24, nov/74, João Pessoa, Pb, são citadas 4 firmas exportadoras de sisal na Paraíba em 1971: Cia. Sisaleira de Cuité (COSITE), em Cuité; Crispim - Cia. Paraibana de Sisal e P. Sabino & Cia. em Campina Grande, e Soares de Oliveira Com. e Ind. S/A, em João Pessoa. C. ROSAS & CIA, empresa despachante sediada em João Pessoa e que possui dados de exportação desde o ano de 1943, relaciona estas mesmas 4 firmas no ano de 1973, porém relaciona 11 firmas exportadoras de fibras e derivados do sisal no ano de 1970.

- (9) Durante o 1º Seminário sobre Industrialização do Sisal, realizado em Campina Grande, no ano de 1979, o industrial Israel Broder falou sobre o complexo químico-farmacêutico que estava sendo construído na Bahia, e sobre a implantação de campos de sisal, mostrando slides sobre o trabalho de desmatamento - totalmente mecanizado - de extensas áreas. Segundo análise da ELC (citada na nota 7) o mercado de celulose e papel é limitado pelo custo relativo do sisal transformado em polpa de papel, mas se houver o aproveitamento simultâneo dos resíduos da fibra ("resíduo verde"), que contém 15 a 20% de hecogenina, valioso precursor de corticosteróides, então as possibilidades são extraordinariamente promissoras, logicamente em termos de lucros, mas, também, em termos de economia de divisas, pois além de importarmos celulose, "75% a 80% da oferta de medicamentos à base destes hormônios, no país, são provenientes de laboratórios multinacionais que os produzem em suas fábricas no exterior." O preço da hecogenina cresceu 400% nos anos de 1976 e 1977. Ela é usada na produção de glicorticóides, "... é aproveitado principalmente sua poderosa ação anti-inflamatória. Dentre as substâncias

papel e celulose, álcool, sacaria, ração animal, etc, têm grandes perspectivas de expansão.

O terceiro - e atual - período sisaleiro se caracteriza, portanto, pela estrutura oligopsênica do processo de comercialização e pela tendência à industrialização em escala crescente, cujo efeito é uma pressão no sentido de modernização dos processos de cultivo e de beneficiamento da fibra, o que comentaremos adiante. Entretanto, as causas ou fatores de base, provocadores desse "movimento" da exploração de sisal no país, conforme descrito, devem ser buscados externamente¹⁰, consoante com o nosso modelo capitalista dependente¹¹. Este não é o objetivo do presente trabalho, no entanto, faz-

deste grupo ressaltam-se a hidrocortisona, a prednisona, a prednisolona e a dexametasona. Os estrógenos e progestógenos são usados no controle da natalidade e, também, juntamente com os andrógenos, podem ser usados como terapêutica de substituição nos hipogonadismos, no tratamento de várias disjunções do sistema reprodutor e na terapêutica de algumas neoplasias malignas. " (pags. 1-15 a 1-17)

- (10) Seria interessante, por exemplo, averiguar a relação entre a desativação de algumas empresas fiandeiras/extrusoras na Europa e a expansão da industrialização no Brasil, como também a participação de capital estrangeiro nos grandes empreendimentos que estão sendo levados a efeito no ramo sisaleiro. Acreditamos que se deve analisar as transformações ocorridas no mercado externo do sisal para, a partir daí, podermos explicar as ocorridas internamente, com suas conseqüentes "mudanças", que culminam em novas formas de dominação e de transferência do valor. Sabe-se, por exemplo, que "Recentemente o grupo SISALANA S/A, da Bahia, apoiado por outras indústrias nacionais, adquiriu um canal de comercialização na Europa..." LEPESCH, obra citada na nota 3. Resta saber se o capital é, realmente, 100% nacional !
- (11) Ver: MANTEGA, G. e MORAES, M. A Economia Política Brasileira em Questão, 1964-1975. Cadernos do Presente, São Paulo, Ed. Aparte S/A, 1978.

se necessário comentar o processo de controle da oferta de sisal no mercado externo, cuja estrutura oligopólica repercute intensamente no plano interno, o que, por sua vez, traz sérios questionamentos à política de exportação destinada ao Nordeste.

3.1.1 A QUESTÃO DO MERCADO INTERNACIONAL

A demanda pela fibra de sisal no mercado externo, é função direta da demanda por fios agrícolas. Sua estrutura de distribuição, porém, é controlada por sua maior parte¹², por apenas cinco¹² empresas processadoras, tanto de fios de sisal como de polipropileno (derivado do petróleo), as quais, segundo a ELC - Electroconsult do Brasil Ltda., detém o poder de determinar a participação relativa de ambos no mercado importador, através da manipulação dos canais de mercado, política de preços, volume e estratégia de promoção.

Na Europa Ocidental, diz a ELC, as empresas produtoras de "sisaltwine" (fios de sisal) também produzem "politwine" (fios de polipropileno) e algumas delas ainda importam "sisaltwine" dos países produtores, aos quais compram também a fibra. Além disso, alguns desses fiandeiros têm interesses em indústrias de sisal localizadas na África, para as quais distribuem a produção tanto na Europa, como na América do Norte, apesar desta produzir o "politwine" que necessita consumir.

Portanto, mesmo que decida trabalhar com sisal, o distribuidor "pode optar" entre o produto de origem brasileira, de origem africana², e o produto de origem europeia³.

(12)		Fibra(%)	Fios(%)	Total(%)
1)	WIGGLESWORTH (R.Unido)	19,0	8,1	27,1
2)	LANDAUER INT. CO.	17,2	-	17,2
3)	MALCOLM MACLAINE (R.Un)	6,6	4,8	11,4
4)	HINDLEY AND CO.(R.Uni.)	7,8	8,9	16,7
5)	DALGETY INST. TRADING CO.	4,0	-	4,0
		54,6	21,8	76,4

Com referência às transações comerciais brasileiras no mercado externo, as 'quatro' primeiras são responsáveis por 73,4% das nossas transações, sendo 48,5% no comércio de fibra e 24,9% no 'baler twine' (fios). "

CFP - Comissão de Financiamento da Produção /DEAEC,

mexicana ou africana¹³, sendo que, em países africanos, ele pode ter participação societária em alguma indústria, o que já é um direcionamento. Desse modo, a indústria européia opera oligopolizadamente,

"havendo grande cooperação entre distribuidores, de modo a manter ad eternum suas cotas de mercado. Reunidos em entidades fechadas, os fiandeiros/distribuidores europeus convocam os fornecedores brasileiros, mexicanos e africanos para, em separado, dialogarem sobre preços a serem fixados para a temporada. Normalmente é fixado um preço que, entretanto, pode ser modificado de acordo com ocorrências de mercado. ..."

(ELC, 1978:1-09)

A decorrência importante advinda dessa conjuntura

-
- (13) "Os principais concorrentes do Brasil no mercado internacional são a Tanzânia (27% em 1977), o México (22% em 1977) e o Haiti (5% em 1977)", os quais, juntamente com o Brasil (45% em 1977), foram responsáveis por 99% das exportações mundiais de sisal e similares. (ELC, pag.1-06). Em outubro de 1967 a Tanzânia estatizou as principais firmas produtoras de fibra de sisal, visando obter economias de escala na produção primária e na transformação industrial. Possui solos férteis, predominando a exploração em grandes propriedades ("plantations") e industrializada 50% de sua produção; o México industrializa o total de sua produção de fibra dura (predominando o henequén) desde o final da década de 60; o Brasil industrializa cerca de 30% de sua produção (estimativa nossa e referente a "baler"); possui grandes vantagens, em relação aos demais países processadores, no custo de transporte (LEPESCH estima a diferença em US\$ 70,00/ton em 1978) e com relação aos custos variáveis: "A comparação entre os custos variáveis de "baler twin" natural e sintético constitui o parâmetro básico para o estabelecimento dos níveis de preços da fibra e do manufaturado no mercado externo ... (....) O Brasil possui o custo mais baixo, comparativamente ao das demais matérias-primas..." (LEPESCH, citado na nota 3, grifos nossos), fazendo jus, portanto, à propaganda-atração oficial da "mão-de-obra barata", se bem que o "ser barata" não é determinado pela própria!

de mercado, é o fato de o Brasil não determinar preços¹⁴, apesar de ser o principal exportador de fibras e derivados de sisal. Os exportadores brasileiros garantem preços em igualdade com os outros países exportadores de sisal, henequén e abacá, mas reajustam seus preços sempre que se verificam baixas cotações, mesmo que o fio tenha sido embarcado e até esteja de posse do importador, ficando a critério deste receber a diferença em moeda ou mercadoria, conforme afirma a ELC.

A explicação para esse quadro de relações - que, logicamente, de modo nenhum prejudica a fração de classe dominante no ramo - é encontrada no âmago do funcionamento do modo de produção capitalista que, de modo geral, consiste na apropriação da mais-valia¹⁵ contida em qualquer mercadoria, cu

- (14) Além do sisal, o Nordeste também é o principal exportador mundial de cera de carnaúba, mas seus "preços são manipulados pelas associações de importadores." BERNAL, Ma.C.C. "O Modelo Primário-Exportador do Nordeste - uma avaliação qualitativa." In: Revista Econômica do Nordeste, nº3, vol. 9, jul/set. 1978, pag. 321. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.
- (15) A mais-valia corresponde ao valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho. "Quando o operário inicia o seu trabalho na fábrica, ao princípio da sua jornada (ou da sua semana) de trabalho, incorpora um valor às matérias-primas que labora. Ao fim de um certo número de horas (ou de jornadas) de trabalho, reproduziu um valor que é exactamente o equivalente do seu salário cotidiano (ou semanal). Se suspendesse o trabalho nesse preciso momento, o capitalista não obteria sequer um centavo de mais-valia. Mas, em tais condições, o capitalista não teria evidentemente nenhum interesse em comprar esta força de trabalho. Tal como o usuário ou o mercador da idade média, ele 'compra para vender'. Compra a força de trabalho para obter dela um produto mais elevado do que o que dispendeu para a comprar. Este 'suplemento', este 'excedente', é precisamente a sua mais-valia, o seu lucro. Entende-se pois que, se o operário produz o equivalente ao seu salário em 4 horas de trabalho, trabalhará não apenas 4 mas 6, 7, 8 ou 9 horas. Durante essas 2, 3, 4 ou 5 horas 'suplementares' produz a mais-valia para o capitalista, em troca da qual nada recebe. A origem da mais-valia é, portanto, o sobre-trabalho ou trabalho gratuito, de que o capitalista se apropria. 'Mas isso é um roubo', esclamar-se-á. A resposta deve ser: 'sim e não'. Sim, do ponto de vista do operário; não, do ponto de vista do capitalista e das leis do mercado. "MANDEL, E. Introdução ao Marxismo. 2ª edição, Lisboa, Edições Antídoto, 1978, pag. 56. (grifos nossos).

ja geração se dá no processo produtivo¹⁶ e a realização no processo de circulação. Quando o produto se destina ao mercado externo temos o que se pode chamar "apropriação em cadeia", a qual, como é óbvio, se inicia internamente. Nesse processo contribui de forma primordial a ação do Estado com suas políticas exportadoras, cujos "objetivos nacionais" são, realmente, os de propiciar, garantir e preservar a acumulação de capital da "minoridade" conforme atestam análises do nosso famoso e eterno¹⁷ modelo exportador.

-
- (16) "Segundo os clássicos (de Smith a Ricardo e a Marx) o processo econômico consiste essencialmente na utilização do trabalho (seja no aspecto corrente, seja no aspecto de trabalho incorporado nos meios de produção) com a finalidade de obter um excedente, isto é, um excesso de valor do produto em relação ao valor dos custos suportados na produção, custos que se referem à reconstituição seja da força de trabalho empregada, seja dos meios de produção adotados no processo. Este excedente vem portanto a configurar-se como parte do valor do produto à qual não cor-responde nenhuma contribuição produtiva específica; isto decorre do fato de que o trabalho dispendido no processo produtivo é mais que suficiente para adicionar ao valor dos meios de produção o valor dos meios de subsistência do trabalhador, e contém por isso, um trabalho excedente. Do ponto de vista da distribuição, o excedente constitui o fundamento seja da renda do proprietário de terra, seja do lucro do capitalista, proprietário dos meios de produção, e fornece a fonte da qual se extraem os meios para conversão da riqueza em capital, ou seja, para a acumulação e, conseqüentemente, para a ampliação sistemática do processo produtivo..." NAPOLEONI, C. O Pensamento Econômico do Século XX. Rio, Ed. Paz e Terra, 1979, pag. 192. (grifos nossos).
- (17) Até meados do sec. XVII o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar. Apesar de nosso imenso território ter sido repartido entre doze "capitais" apenas, foram capitais holandeses que financiaram a maior parte dos negócios. "As empresas holandesas não só participaram na instalação dos engenhos e na importação dos escravos; além disso recolhiam o açúcar bruto em Lisboa, refinavam-no, ganhando lucros que chegavam à terça parte do valor do produto, e o vendiam na Europa. Em 1630, a Dutch West India Company invadiu e conquistou a costa nordeste do Brasil, para assumir diretamente o controle do produto. ..." GALEANO, E. As Veias Abertas da América Latina. 11ª edição, Rio, Ed. Paz e Terra, 1980, pag. 73/74. Continuando no tempo, outros produtos tiveram seu "ciclo". café, cacau, fumo, borracha (em que o "suor" do nordestino

3.1.2. O MODELO EXPORTADOR NORDESTINO

Após colocar o comportamento e as tendências da demanda externa por matérias-primas e alimentos, a autora BERNAL¹⁸ diz que, por esse prisma, não parece lógico propugnar-se por uma política de exportação de produtos primários tradicionais, a não ser no caso de a Região ter algum poder de barganha para negociar um melhor preço no mercado mundial, o que, como vimos, não acontece nem em relação aos produtos em que temos a liderança.

Também, prossegue a mesma, do ponto de vista da oferta exportável, parece mais coerente com os objetivos do desenvolvimento regional os aspectos relacionados com os benefícios sociais gerados pela atividade exportadora, em confronto com aqueles colimados ao longo do tempo que, em última instância, têm beneficiado menos a Região do que outras áreas do País. Acumular divisas não pode ser considerado um objetivo regional quando se dispõe de um saldo superavitário na balança de mercadorias, ao longo de várias décadas¹⁹. Nesse aspecto, o acúmulo de cambiais pode reverter-se, até mesmo, em prejuízo para a Região, ao se considerar a transferência de renda para outras áreas carentes de divisas.²⁰

Dentro do marco de análise adotado pela BERNAL, ao confrontar os custos e benefícios sociais advindos da atividade

muíto contribuiu) algodão, etc ("entre 1934 a 1939, a produção brasileira de algodão incrementou-se num ritmo impressionante: de 126 mil toneladas passou a mais de 320 mil." GALEANO, pag. 107)

(18) BERNAL, Ma. C.C., citada na nota 14.

(19) Ver nota 51 do item 2.3.

(20) Ver nota 52 do item 2.3.

de exportadora de origem agrícola, frente aos objetivos de distribuição de renda e emprego, colocados como prioritários, os benefícios têm pouca revelância, conforme argumentos a seguir sintetizados:

- 19) o volume de recursos dispensados para promover a produção e a exportação dos produtos de nossa pauta, como açúcar, cacau, algodão, sisal, fumo, mamona, etc, deixou de atender uma quantidade imensa de pequenos produtores rurais voltados para sua própria subsistência e para o abastecimento dos centros urbanos, os quais vivem na mais completa pobreza e marginalidade. Comumente, o pauperismo é derivado da própria expansão da cultura comercial que expulsa o pequeno produtor²¹ (parceiro ou arrendatário) das terras mais férteis, deixando-o sem outra opção que a de tornar-se um "bóia-fria", ou emigrar para áreas mais distantes, dentro ou fora da Região. Também, apesar das políticas de apoio à atividade agrícola exportadora, a taxa de crescimento²² da produção desses cultivos tem sido bastante inferior àquela observada para as culturas de subsistência, ao longo das últimas décadas, não obstante a incidência de calamidades climáticas.

Por outro lado, ainda que a produção de alimentos tenha crescido historicamente a uma taxa superior à de cresci

(21) "...Um vultoso programa oficial, o PROÁLCOOL, baseado em subsídios governamentais, já está aumentando a concentração de terra, a expulsão de lavradores, quando poderia ser uma oportunidade privilegiada para uma redistribuição de terras." (pag. 8)

"Estudos recentes mostraram que a cada três dias, em média, os grandes jornais do sudeste publicam uma notícia de conflito de terra. Comprova-se que essas notícias correspondem a menos de 10% dos conflitos cadastrados pelo movimento sindical dos trabalhadores na agricultura..." (pag. 12)

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. A Igreja e problemas de terra. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaici, 14/2/1980. São Paulo, Ed. Paulinas, 1980.

(22) "...a superioridade da agricultura de subsistência sobre a lavoura comercial no que tange ao desempenho e um fato. Ainda que susceptível a crises, quando as condições natu

mento da população, alguns estudos²³ indicam existir no Nordeste um "deficit" nutricional razoável em termos de proteínas e calorias necessárias para suprir as necessidades de consumo da população local, o qual deveria ser eliminado com o deslocamento de recursos de algumas atividades exportadoras pouco rentáveis para a produção de alimentos, mas é suprido com importações de fora da Região, proporcionando transferência de renda via comércio inter-regional.

- 2º) Sob o ponto de vista do emprego a atividade agrícola exportadora absorve menos mão-de-obra do que os cultivos de subsistência, pela sua tendência à mecanização, fator de dispensa de grande quantidade de mão-de-obra.
- 3º) o mecanismo de ampliação subsidiada ao crédito rural que tem favorecido a lavoura comercial, concorre para a especulação imobiliária e o desejo de manter a terra como re

rais são propícias a produção cresce regularmente, sem necessidade de incentivos. Assim é que, enquanto a produção de subsistência cresceu a uma taxa anual de 4,6%, durante o período 1959/61 a 1971/73, para a produção de matérias-primas industriais essa taxa não excedeu a 2,7%." BERNAL, op. cit., pag. 341.

- (23) "... um estudo mais detalhado do consumo alimentar, segundo a renda, no Nordeste do Brasil, mostra que os mais pobres se encontram nos limites da sobrevivência fisiológica, com 1.240 calorias diárias, enquanto os mais ricos se empaturram com 4.290! ..."
- GEORGE, S. O Mercado da Fome - as verdadeiras razões da fome no mundo. Rio, Ed. Paz e Terra, 1978, pag. 40.
- Ver também: "O Desafio do Problema Calórico Analisado Através de Políticas Econômicas Nutricionais", José Carlos FERREIRA, In: Revista Econômica do Nordeste, nº 1, jan/mar. 1978, vol. 9 e "Políticas de Alimentação e Nutrição: Uma Revisão de Tópicos" - Yony Sampaio, In: Revista Econômica do Nordeste, nº 4, out/dez de 1979, vol. 10. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, Ceará.

serva de valor, o que contribui para uma escassez cada vez maior de terras férteis e seu consequente encarecimento. Portanto, as culturas comerciais têm sido responsáveis pela deficiência dada vez maior da estrutura de propriedade da terra, ao concentrar em pequeno número de imóveis uma alta porcentagem de área agricultável, enquanto milhares de pequenos produtores não dispõem de área suficiente para se auto-abastecer.

A autora ainda mostra que nas culturas de exportação, objeto de seu trabalho, as pequenas propriedades, geralmente, contribuem com maior volume de produção, citando, por exemplo, o sisal na Paraíba, onde cerca de 60% da produção provém de propriedades com até 100 ha. À luz desse fato e de toda a problemática exposta, o comentário sobre a contribuição econômica do sisal para a Paraíba, que a seguir se faz, ganhará novo colorido, de vez que já se tem claro quais os segmentos da sociedade ocupados na exploração dessa cultura que realmente se beneficiam da atividade. Enfatizar simplesmente as cifras resultantes de qualquer atividade econômica, colocando sua "contribuição para tal ou qual lugar" é algo bastante abstrato.

O mérito da análise de BERNAL está em detectar, globalmente, os problemas essenciais da agricultura nordestina, mostrando, ainda que implicitamente, a contradição entre o discurso-de caráter abrangente - das políticas oficiais e os frutos - de efeitos restritos - dessa política. O demérito - se é que assim podemos nos expressar - estaria no fato de a linha de análise adotada não permitir uma extrapolação que penetre a fundo nas causas, podendo, ainda, transmitir a idéia de que a "correção das distorções" dependeria de uma mudança na política agrícola para o Nordeste, quando apenas o que se expôs sobre o mercado internacional do sisal já nos aponta que a questão tem raízes profundas.

3.2. O SISAL NA ECONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Como fonte de divisas para o País, é inexpressiva a participação da fibra e derivados do sisal: no período 1973-77 correspondeu a cerca de 0,6% do valor das exportações totais²⁴, embora já tenha contribuído com até 2,5% em 1964²⁵, percentual expressivo, embora se deva supor que, à época, havia menor diversificação da pauta de exportações. Para a Região Nordeste, porém, o produto é de grande importância, pois corresponde - média dos anos 70 - a cerca de 6% do total de suas exportações²⁶, percentual considerável e que assume maior revelância quando analisado no âmbito dos Estados exportadores, conforme o quadro a seguir:

(24) Ver ELECTROCONSULT, já citada; CEPA - Monografia do Sisal, já cit.

(25) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Paraíba - Aspectos Econômicos. Sisal. João Pessoa, 1971.

(26) CEPA, já cit.

QUADRO I - O SISAL NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DOS ESTADOS EXPORTA
DORES (+)

1977 - US\$ 1.000 FOB

ESTADOS++	Export. de Sisal			EXPORTAÇÕES TOTAIS	Participação do Sisal no total expor- tado
	Bruto	Manufa- turado	Total		
Bahia	37.307	19.547	56.854	905.136	6,3
Paraíba	7.029	12.073	19.102	28.460	67,1
R.G.Norte	413	2.083	2.496	31.554	7,9

FONTE: SUDENE - Comércio Exterior, Exportações do Nordeste -
1977 - pg.96/99.

(+) LUCENA, Ma. de Lourdes R. de. "Mão-de-Obra no Sisal: Ca-
racterísticas e Tendências", Projeto de Dissertação.

(++) O Estado de Pernambuco não exporta.

Dentre os três Estados exportadores, a Paraíba se destaca por ter no sisal seu produto básico da pauta de exportações, contribuindo com cerca de 67% do valor total das mesmas. A nível de renda gerada pelo setor agrícola a importância do sisal se acentua nesse Estado que, antes da "depressão", era o primeiro produtor:

QUADRO II - PARTICIPAÇÃO DO SISAL NA RENDA AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 1960 a 1977 (1)

(Em milhares de cruzeiros)

A N O	REND A AGRÍCOLA		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (A/B)
	SISAL (A)	TOTAL (B)	
1960	1.045,5	13.860,8	7,5
1961	2.012,8	19.131,0	10,5
1962	5.587,4	38.052,8	14,7
1963	10.598,0	56.270,2	18,8
1964	17.737,5	98.372,4	17,9
1965	19.331,5	166.944,3	11,6
1966	18.223,3	170.212,7	10,7
1967	19.566,4	251.536,4	7,9
1968	18.788,2	271.943,3	6,9
1969	23.111,1	316.746,7	7,3
1970	18.176,0	359.609,0	5,1
1971	24.829,5	584.018,2	4,3
1972	35.628,9	619.541,9	5,8
1973	115.970,0	1.071.945,0	10,8
1974	145.300,0	1.185.210,0	12,3
1975	143.210,0	1.251.470,0	11,4
1976	127.200,0	1.387.410,0	9,2
1977	129.120,0	1.308.900,0	9,9

FONTE: CEPA/Pb. Monografia da Cultura do Sisal.
(SOSISAL - Seminário sobre Industrialização do Sisal),
17 a 20/6/79, C. Grande, Diário da Borborema, pg.4)

(1) - Compreende um elenco de 32 produtos agrícolas.

Conforme se pode observar, mesmo no período de retração dos preços do sisal no mercado internacional, este participou com um percentual médio de 6,2 na renda agrícola do Estado. No período 1973-77, a contribuição média foi de 11%. É interessante ressaltar que a confrontação de renda é feita entre a renda gerada pelo sisal e a gerada por 32 produtos agrícolas.

De acordo com a CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (1971 e 1978), o sisal é produzido em quase todas as micro-regiões do Estado da Paraíba, com exceção das micro-regiões de Catolé do Rocha e Depressão do Alto Piranhas, havendo um total de 94 municípios produtores.

Dentro das principais micro-regiões produtoras, um conjunto de 17 municípios, ao qual a CEPA chama de área de concentração, contribui com 67,8% da produção estadual, correspondendo a 71% da área colhida. Dentre estes, 12 pertencem às micro-regiões Curimataú, Serra do Teixeira, Seridó Paraibano e Cariris Velhos, enquanto que os 5 restantes estão inseridos nas micro-regiões Agreste da Borborema, Brejo Paraibano e Piemonte da Borborema.

Visando destacar a disponibilidade de recursos naturais e, conseqüentemente, as alternativas para o uso da terra, agrupamos aqueles municípios em dois sub-conjuntos, conforme o quadro III. Deste modo, no sub-conjunto I está inserido o municipío de Pocinhos, porque a maior parte de sua área plantada com sisal apresenta as mesmas características de solo, clima e vegetação, observadas para todo o sub-conjunto.

Por razões climatéricas e pedológicas, as micro-regiões que fazem parte do sub-conjunto I, são extremamente dependentes da cultura sisaleira. Além de serem vítimas de secas periódicas, seus solos são rasos e pedregosos, cobertos por uma vegetação típica das regiões semi-áridas, representada, principalmente, por bromeliáceas nativas, como macambira e o coroa, sendo a vegetação de porte mais elevado representada por cactáceas, catingueira, jurema, juazeiro, quixabeira, etc.

QUADRO III - SISAL: PRINCIPAIS MICRO-REGIÕES E PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES

CURIMATAU	SERRA DO TEIXEIRA	SERIDÓ PARAIBANO	CARIRIS VELHOS	AGRESTE DA FORBOREMA	BREJO PA- RAIBANO	PIEMONTE DA BORBOREMA	OBSERVAÇÕES
Cuité	Teixeira	Cubati	Olivedos	Solânea	Arara		67,8% da pro- dução esta - dual; e
B.S.Rosa	Desterro	Picuí	Soledade	Remígio	Bananeiras		
N.Floresta	Imaculada	Pedra La- vrada					71% da área colhida
Araruna				Pocinhos			
Dona Inês					Bananeiras	Belém	
Nova Pal- meira					Areia	Caiçara	
Tacima					Serraria	Araçagi	
Cacimba de Dentro					Borborema	Pilõezinhos	
					Pipriuba	Guarabira	
					Pilões	Cuitegi	
					Al.Nova	Mulungu	
						Alagoinha	
						Alagoa Grande	
						Serra da Raiz	

SUB-CONJUNTO I

SUB-CONJUNTO II

Daí porque, mesmo no período de crise do sisal, a superfície plantada continuou aumentando, havendo muitos campos implantados nesse período. Dentre estas micro-regiões, a do Curima-taú e a de Serra do Teixeira concentram a maior produção, participando, respectivamente, com 31,8% e 23,4% no total produzido no Estado, conforme a CEPA.

Já as micro-regiões que estão inseridas no sub-conjunto II, possuem solos mais ricos, em relação às do sub-conjunto I, e são favorecidas por precipitações constantes, propiciando outras alternativas. Certamente por este motivo, a erradicação de campos de agave se verificou com mais intensidade nesse sub-conjunto, durante o período de crise do sisal, e os últimos plantios tinham-se verificado entre os anos de 1964 e 1965. Por conseguinte, na época atual de auge do sisal, ele deve possuir muitos campos novos. O rendimento médio anual do sisal, nesse sub-conjunto, gira em torno de 800 ha., enquanto que a média geral apontada para a Paraíba é de "445 kg/ha, e para a Bahia é de 700 kg/ha" (Sub-Projeto Melhoramento Genético do Sisal - CEPA/1978).

Comparando a contribuição do sisal em relação ao Valor Bruto da Produção dos principais municípios produtores, dentro da área que mais concentra a produção, fica evidenciada a quase total dependência da exploração dessa cultura, por parte de alguns, conforme pode ser visto no quadro IV. Este é o caso, por exemplo, de Pocinhos, Cuité, Cubati, Olivedos, etc, onde o sisal contribui, respectivamente, com 70,6%, 58,4%, 61% e 58,6% do valor total gerado.

Dissecando e "dando vida" a essa dependência - pois "dependência do município" é algo bastante abstrato e o sentido que queríamos transmitir era o da falta de opções - vejamos como se imbricam os agentes sociais envolvidos no processo de exploração do sisal, tanto para sabermos com quem e de que forma a riqueza gerada se reparte, como para podermos dimensionar a extensão do impacto que as mudanças em processamento no setor sisaleiro acarretarão sobre os mesmos.

QUADRO IV - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO SISAL - PARAÍBA
(1)

MICRO-REGIÃO/MUNICÍPIO	SISAL		Valor	Sisal na produção total	Nº de Cooperativas
	Área Cultivada (ha)	Vr. da Produção Cr\$1.000	Bruto da Produção do Munic. Cr\$1.000(+)		
1º) <u>CURIMATAU</u>					
-Barra de S. Rosa	3.430	4.018	10.761	37,3	-
-Nova Floresta	2.425	4.050	9.376	43,2	-
-Cuité	8.750	13.500	23.108	58,4	1
-Araruna	1.525	2.079	20.827	10,0	-
2º) <u>SERRA DO TEIXEIRA</u>					
-Teixeira	4.160	250	1.438	17,4	-
-Desterro	3.350	772	3.822	20,2	-
-Imaculada	1.920	1.040	1.994	52,2	-
3º) <u>SERIDÓ PARÁIBA</u>					
-Picuí	5.950	632	9.930	6,4	-
-Pedra Lavrada	2.350	840	4.896	17,2	-
-Cubati	2.112	2.400	3.932	61,0	-
4º) <u>CARIRIS VELHAS</u>					
-Soledade	1.587	1.500	3.271	45,9	-
-Oliveiros	1.657	1.095	1.868	58,6	-
5º) <u>AGRESTE DA BORBOREMA</u>					
-Pocinhos	5.000	13.750	19.470	70,6	1
-Remigio	1.050	2.042	5.233	39,0	-
-Solanea	2.900	3.000	7.294	41,1	-
6º) <u>BREJO PARÁIBA</u>					
-Arara	1.045	1.312	3.745	35,0	-
-Bananeiras	1.150	1.350	13.165	10,3	-

FONTE: CEPA e FIBGE

Observação: A área cultivada é a média de 1973/74

A produção é referente a 1973

(+) Valor bruto de todos os produtos cultivados no Município.

(1) LUCENA, Ma. de Lourdes R. de. "Mão-de-Obra no Sisal: Características e Tendências". Projeto de Dissertação, 1979.

3.3. A PRODUÇÃO DE SISAL E O MECANISMO DA COMERCIALIZAÇÃO

Na exploração do sisal verifica-se a peculiaridade de parte do processo de produção imbricar-se com o processo de comercialização na fase "corte", a qual corresponde à colheita em outras culturas. Isto se dá porque o corte (colheita) das folhas da agave está condicionado ao processo mecânico de desfibramento concomitante, feito através de máquinas que são instaladas no próprio campo de agave, comumente chamadas de "motor". As fibras resultantes desse primeiro beneficiamento são postas para secar, mas elas ficam meio onduladas. Após o secamento, elas receberão um outro beneficiamento em máquinas chamadas "batedeiras", que as deixam completamente estiradas, mas isto se dá em Usinas de Beneficiamento, geralmente localizadas em zonas urbanas.

Apesar do custo relativamente baixo do "motor" - em 1979 custava cerca de Cr\$ 30.000,00, enquanto o salário mínimo era de Cr\$ 2.172,00 - ele é inacessível para a grande maioria dos produtores - o que já dá uma idéia do seu poder **aquisitivo** -, que por isto, vende a agave na "folha" aos proprietários de "motor"²⁷. Estes constituem o elo da cadeia de intermediação mais articulado com os mesmos. Na Paraíba,

-
- (27) Os donos de motores possuem turmas de 8 pessoas - por motor - para desempenhar o desfibramento e, geralmente, boa parte destes "proprietários" também trabalha, principalmente os que possuem apenas um ou dois motores. As funções exercidas são:

Cortador: corta folhas da agave - 2 pessoas.

Troupeiro ou Cambiteiro: faz feixes das folhas e transporta, em burro, até o local onde está instalado o motor - 1 pessoa.

Puxador : função mais importante e que comanda todo o processo. Atuando em perfeita sincronia, dois homens desfibram as folhas da agave introduzindo-as no motor desfibrador; um deles desfibra a metade da folha e passa para o outro desfibrar a outra metade. Conseguem a incrível média de 150 folhas desfibradas por minuto.

Pesador/bagaceiro: pesa a fibra em uma balança improvisada no galho de uma árvore; retira o bagaço

assim como nos demais Estados, os produtores estão concentra em propriedades de até 100 hectares, predominando a categoria proprietário, conforme dados da CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola²⁸, relativos ao ano de 1975, a seguir sintetizados:

Bahia - apresenta 64.010 estabelecimentos (95% do total) na faixa de até 100 ha, ocupando 41,7% da área total. Dentro desse extrato, 42.897 estabelecimentos - 63,7% - possuem menos de 10 ha.

Rio G.Norte - Apresenta 15.428 estabelecimentos (96,7% do total) na faixa de até 100 ha, ocupando 24% da área total. Dentro desse extrato, 12.697 estabelecimentos - 79,5% - possuem menos de 10 ha. "... existe um imóvel com área de 20.000 a 50.000 ha., que concentra a maior produção de sisal no Estado, atingindo 53,7%" (pg. 63).

Pernambuco - Apresenta 26.948 estabelecimentos (97,5% do total) na faixa de até 100 ha, ocupando 56,3% da área total. Dentro desse extrato, 19.349 estabelecimentos - 71,8% - possuem menos de 10 ha.

Infelizmente, após manter uma homogeneidade, preci

que se acumula em baixo do motor - 1 pessoa.
Entendedor: mulher e/ou criança, pode desempenhar esta função como também a de troupeiro ou cambiteiro.

Todos ganham por produção, sendo que os "puxadores" são melhor remunerados, seguidos dos "cortadores". Os riscos de acidentes são enormes e ocorrem frequentemente: os puxadores decepam dedos no motor; os cortadores são vítimas de mordidas de cobra; furam os olhos no espinho existente na ponta da folha, ou cortam a mão um do outro quando estão trabalhando numa mesma planta.

(28) CEPA, Monografia da Cultura do Sisal, 1978.

são e clareza que permitiram a síntese acima, a CEPA faz um "arranjo" para expor os dados do seu Estado, por isto transcrevemos, na íntegra, a "análise" feita para a Paraíba:

"Observa-se, no quadro 28²⁹, que 59,8% dos estabelecimentos estão nas mãos de produtores proprietários, os quais ocupam 91,1% da área ocupada na região de concentração do sisal, sendo 33,7 ha. a área média de ocupação.

As demais categorias de produtores - arrendatário, parceiro e ocupante - ocupam uma área bastante reduzida, sendo 4,9 ha. a área média de ocupação do produtor.

O sisal é produzido nos estratos de propriedade que variam de 0 a 10.000 ha., concentrando a maior produção no estrato de área entre 200 - 500 ha, seguindo-se pelo de 100 - 200 ha.

Estes dois estratos concentram 33,7% da produção total." (pag. 63)

Esta plêiade de pequenos proprietários dependentes da cultura da agave, está submetida - pela via do mecanismo de preço - a uma complexa rede de intermediação, com a qual seu sobretrabalho se reparte, comandada - em primeira instância, pois, como se viu, o controle e a fixação do preço final estão fora do país - pela indústria de beneficiamento (usinas), cujo primeiro elo, como já dissemos, é o proprietário de "motor".

Dado que o custo do "motor" é relativamente baixo, o agente "proprietário de motor" pode ser ao mesmo tempo médio ou grande proprietário de terra - portanto "produtor" de sisal também -, e, com menos frequência, proprietário de usinas de beneficiamento. No caso, o médio ou grande proprietário de terra possui o que comumente se chama de "frota de motores", e mantém turmas de trabalhadores assalariados - por produção - para operá-los, desfibrando agave em seus próprios campos e em campos comprados a pequenos produtores. Se ele ainda não compra a agave desfibrada a outros "proprietários"

(29) Pelo mencionado quadro só é possível informar que existem 29.906 estabelecimentos, ocupando uma área de 594.093 ha.

motor", então o segmento seguinte com o qual reparte a mais-valia é o de proprietários de usinas.

Pelo número relativamente grande, e porque não possui terra, poderíamos dizer que a categoria "proprietários de motor" propriamente dita se refere àqueles que possuem poucos "motores" desfibradores, geralmente, um a quatro. Nesse caso, o dono do "motor" contrata trabalhadores mas trabalha conjuntamente com eles, principalmente, os que possuem um ou dois motores. Invariavelmente, antes de possuir seu próprio "motor", estes agentes sociais foram "puxadores" de agave, e dentre as maneiras pelas quais conseguiram comprá-lo, a que mais se destaca é o "trabalho no Sul",³⁰ isto é, eles emigram para a Região Sul a fim de trabalhar durante certo tempo e depois retornam. O elevado contingente de pequenos produtores, certa carência de mão-de-obra - pois o trabalho de desfibramento é superespecializado - e as condições vigentes no mercado de sisal, que só agora estão se modificando a ponto de "justificar" investimentos em tecnologia mais avançada no progresso de desfibramento, explicam a existência dos mesmos. Conforme se diz em linguagem popular, a categoria é uma "pedra no sapato" pois, dependendo da distância em relação à localização de usinas, articulando-se diretamente com a mesma ainda teria o "a gente comprador" - geralmente donos de caminhão³¹ - que lhes compra sisal seco para vender à indústria de beneficiamento

(30) Por ser uma função superespecializada, geralmente, há carência de mão-de-obra e, portanto, competição pela mesma. Daí porque o "puxador de agave" sonha "trabalhar por conta própria", isto é, possuir seu próprio "motor". Vários pequenos proprietários de "motor", em Pocinhos, nos informaram que conseguiram comprar a máquina porque foram trabalhar no Sul e fizeram uma "economiazinha", que deu para pagar totalmente ou dar uma boa parte de entrada, pois "só como puxadô de agave aqui, qui o ganho num dá nem prá comê direito, a gente num compra". (Um "puxador" agave - Pesquisa de Campo, Pocinhos/1979).

(31) Nesse caso, a mesma pessoa pode ser: "agente comprador", "produtor" de sisal - por ser médio ou grande proprietário de terra - e, ainda, "proprietário de motor".

ou à indústria de "Baler". E a mais valia gerada se reparte também com este último. A "rede" até aqui descrita, se constitui na "opção" que o pequeno produtor tem para escoar seu produto, conforme se pode visualizar no anexo III.

Para a usina de beneficiamento é escoada cerca de metade da produção de sisal desfibrado. O proprietário de u sina de beneficiamento, geralmente, é também grande proprietá rio de terra. Isto não exclui o fato de ele ter a condição de médio proprietário e ter ascendido à condição de proprietá rio de usina através da inserção na parte do processo de co mercialização antes descrito. O que importa saber é que esta categoria controla o conjunto da atividade produtiva - planta ção da agave, desfibramento e beneficiamento - porque detém simultânea e articuladamente a terra e os meios de produção ne cessários ao processamento final do sisal como matéria -prima para as indústrias que o consomem, sob a forma de fibra, den tro e fora do país. Se conseguir escoar sua produção para o mercado externo, a categoria dá um grande "salto", e a mesma já acumulou a função exportadora. Na época denominada "Dias de Ouro da Agave" - primeira fase de auge - apesar da condi ção atomizada do mercado (ver anexo IV) e de todos poderem ex portar - porém esta era a única opção -, este segmento sofria a concorrência acirrada das indústrias estrangeiras aqui instaladas. Em 1960 - época em que o Nordeste era uma "área ex plosiva", segundo Josué de Castro³², e que se atribuía à coli gação latifúndio/capital estrangeiro a responsabilidade por todos os "males" - 54,8% da produção do Estado da Paraíba era exportada por aquelas indústrias, conforme se pode ver no qua dro V. Cooperativismo foi a saída encontrada pelos "produto res" para dar o grande salto, enfrentando, assim, aquela competição:

"... o produtor vivia oprimido pelos trustes e pelas exportadoras, pois além de manobra-

(32) CASTRO, Josué. Sete Palmos de Terra e um Caixão. São Pau lo, Ed. Brasiliense, 1967.

rem os preços, querendo comprar sempre por um preço muito baixo, ainda se tinha problemas de classificação e pesagem. Então G.P., que era um sujeito muito vivo, muito inteligente, reuniu alguns produtores daqui e resolvemos fundar a cooperativa. O maquinismo foi comprado a O.L. que, por falta de pessoal, tava com ele parado. Ele também foi sócio fundador e fez parte da diretoria..."(F.L.C.M, sócio fundador da CAMAG, Alagoa Grande. Pesquisa de campo, 1980)

Proprietários de usinas, médios e grandes proprietários de terra, são as categorias que tomam a iniciativa de fundar cooperativas - portanto elas surgiam de cima e não da base -, embora falem em nome de todos, portanto, incluindo o pequeno produtor. No período 1960 a 1965, chegaram a existir quatro cooperativas exportando sisal, as quais eram: Cooperativa Mista Paraibana dos Agavieiros Ltda, Cooperativa Agrícola Mista de Alagoa Grande Ltda - CAMAG, Cooperativa Mista Paraibana de Sisal Ltda, e Cooperativa Agrícola Mista de Araruna Ltda.

Apesar desse conjunto de cooperativas conseguir escoar cerca de 3% da produção durante sua curta trajetória, a fragilidade político-econômica do mesmo se destaca quando se verifica que contribuiu com 2,8% da produção exportada em 1965, e que se retirava do mercado exportador em 1966. Começara o período de "boom" do mercado sisaleiro. O capital estrangeiro "voa" para outros ramos, desativando suas indústrias aqui; e, juntamente com as cooperativas,³³ também "morreram" várias u

(33) A retirada das cooperativas do mercado exportador não deveria implicar em sua paralização. Quanto ao fechamento da CAMAG - Alagoa Grande, houve contradição nas respostas de nossos entrevistados: enquanto uns colocaram como causa o "comércio internacional" e afirmaram que recebiam retorno e que a "cooperativa era um canal de escape para os produtores", outros responderam que: "... não foi tanto a crise, mas a falta de honestidade da diretoria, isso todo mundo sabe. A produção era grande e se exportava um milhão de quilos, não era para ter ido de água abaixo tão depressa. Eu fiz parte da cooperativa des

QUADRO V - EXPORTAÇÃO DE SISAL - ESTADO DA PARAÍBA

(1960 a 1966)

ANOS	TOTAL EXPOR- TADO - Kg	QUANTIDADE EXPORTADA (Kg)			
		EMPRESAS ES- TRANGEIRAS	% em rela- ção ao total	COOPERATI- VAS	% em relação ao total
1960	80.264.150	44.017.418	54,3	1.303.900	1,6
1961	87.673.258	41.895.573	47,8	2.555.000	2,9
1962	93.343.492	39.093.892	41,9	2.340.000	2,5
1963	104.103.536	48.219.276	46,3	3.358.000	3,2
1964	84.709.413	38.413.503	45,3	1.909.950	2,3
1965	99.200.874	44.842.994	45,2	2.813.100	2,8
1966	92.213.130	39.870.780	43,2	-	-

FONTE: C. ROSAS & CIA. LTDA., João Pessoa, Pb.

sinas de beneficiamento, o que favorece às remanescentes ~~acum~~
mularem poder. Por outro lado, o aumento da intensidade da
migração na época, indica que boa parte dos pequenos produtores - normalmente, com condições apenas de subsistência - propiciou a oportunidade de muitos médios e grandes proprietários aumentarem as fronteiras de suas propriedades. Veremos que na nova conjuntura do sisal, a "tríade", ou uma parte dela, também dará o grande "salto".

3.4. A NOVA FASE DE AUGUE DO SISAL E OS CONFLITOS ENTRE AS FACÇÕES DOMINANTES

A nova fase de auge do sisal que, como já foi dito, se caracteriza pela ampliação da faixa de mercado externo, pela expansão da manufatura e pelo surgimento de novos mercados a nível interno, vai encontrar apenas 4 empresas exportando sisal no Estado: uma em João Pessoa, duas em Campina Grande e uma em Nova Floresta. "Para zelar pelos interesses da economia sisaleira e disciplinar as vendas para o exterior"³⁴, surgira, em 1968, a Câmara do Sisal da Paraíba, com sede em Campina Grande, a qual, desde então, "zelara" para que essa "se-

ção sisaleira

de o começo, fui do Conselho Fiscal e nunca recebi retorno. Também não alegavam prejuízo, diziam que o resultado era para o Fundo de Reserva. Depois se soube que até as 'bonecas' da exportação - era uma quantia 'x' de prêmio que o Banco dava por cada tonelada exportada - que era para o Fundo de Reserva da Cooperativa, ia para conta particular dos diretores". (L.C., Pesquisa de Campo/Alagoa Grande/1980).

(34) "Posição do Sisal Melhora: Crise do Petróleo", entrevista com o Presidente da Câmara do Sisal da Paraíba. Revista do Fisco, nº 24, nov/1973. João Pessoa, Pb.

leção natural", fruto mais importante da crise, provalecesse:

"... No período crítico dos preços internacionais, entre 1966 e 1971, deu-se esse processo de redução dos exportadores, com uma seleção natural dos que se impuseram à sobrevivência, ainda que à causa de pesados sacrifícios. Aqueles que não liquidaram seus negócios finais foram sendo eliminados normalmente, assumindo a Câmara o ônus da liquidação de suas obrigações no exterior. Daí, como é natural, só poder participar da Câmara do Sisal da Paraíba e, logicamente, da exportação do sisal, a firma que tenha tradição, idoneidade financeira e moral, sendo igualmente lógico que tenham especial adequação aos seus objetivos as organizações cooperativas devidamente estruturadas." (grifos nossos)

A CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil só autoriza exportações com o visto da Câmara do Sisal, e como só pode fazer parte da Câmara do Sisal os mais "fortes", segundo a tese darwiniana aqui aplicada ao mercado, fica estabelecido um "círculo vicioso" que, num primeiro momento, parece difícil de romper. Os "vencedores da seleção natural" de tinham poder sobre os médios e grandes proprietários de terra e sobre os proprietários de usinas. Logicamente que com a conjuntura alvissareira no mercado sisaleiro, pelo menos intacta, a situação não ia permanecer durante muito tempo. E contendas dentro da classe dominante só se resolvem com a "mediação" do Estado, pois esta é a outra importante função desempenhada pelo mesmo.

Em documento de março/1974, sob o título influência do Sisal na Economia do Estado, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio da Paraíba - SAIC propugna veementemente pela organização dos produtores de sisal em uma cooperativa regional, ao mesmo tempo em que faz um severo diagnóstico da ação da Câmara do Sisal.

A SAIC indica como causa da queda de exportações a partir dos anos 70, a escassez do produto, a qual tem como motivo a:

"... falta de estímulo ao produtor, causada pelos preços de compra asfixiantes, oferecidos pelos monopolistas compradores que não são outros, a não ser os felizardos membros da Câmara do Sisal da Paraíba." (grifos nossos)

alegando, ainda, prejuízos para a economia do Estado através da evasão de divisas, pois

"... a política adotada pela Câmara do Sisal obriga hossos produtores vender para os Estados vizinhos, obtendo melhor preço, e, sem correr o risco muito comum de ver sisal de muito boa qualidade ser classificado pelos exportadores de Campina Grande como de má qualidade e até refugo..."

Para comprovar sua afirmação, a SAIC faz um estudo de custos de produção do sisal, chegando aos seguintes resultados:

"Campos novos - custo de 1 (um) kg de sisal:
Cr\$ 0,91
Campos recuperados - custo de 1 (um)kg de si
sal: Cr\$ 0,81
tonelada de sisal (F.C.B.) - US\$ 850"

ou seja, a preços de 1973, a tonelada de sisal era vendida por Cr\$ 5.263,20 - preço que jamais foi igualado, conforme a mesma - ou, ainda, o preço de um quilo de sisal exportado era de Cr\$ 5,20, daí porque aquele órgão prossegue incisivamente.

"Com esse preço, o produtor de sisal paraibano, deveria estar, se não milionário, pelo me nos rico, no entanto está cada vez mais pobre, sofrendo o drama da especulação desenfreada, patrocinada pela política de portas fechadas da Câmara do Sisal da Paraíba, em não permi tir o ingresso como membro da mesma, com di reito à quota de exportação, ao verdadeiro pro dutor, direito esse só usufruído por pseudos produtores, que sob a proteção da Câmara, não são nada mais que industriais, comerciantes e compradores de agave" (pg. 10) (grifos do tex to)

Neste ponto a SAIC - Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio está completamente certa: a diferença entre o preço final de venda e o preço pago ao produtor é, realmente, estúpida, e, nesse caso, ele deveria estar rico. Aliás, em seu estudo sobre a economia sisaleira, a ELETROCONSULT (1978) constata que, no período 1973-77, a margem total de comercialização variou entre 55 e 74% do preço final de venda do produto exportado, e que esta margem era substancialmente maior para os exportadores (49 a 64%) do que para a indústria sisaleira (9 a 24% do preço final de venda).

Para nós, a importância de toda a demonstração está no fato de a mesma evidenciar, com números, a razão pela qual a grande massa de pequenos produtores dedicados a culturas comerciais vive em condições precárias, ou cada vez mais pobre como a SAIC coloca. Porém, como órgão de representação do Estado e, especificamente nesta situação, com a incumbência de "mediar" entre partes discordantes dentro da classe dominante no ramo do sisal, a SAIC não poderia estar se referindo ao pequeno produtor, bem sabemos.

Enfatizando os pontos em que a Câmara do Sisal contrariava a Lei 59.607 do CONCEX (Conselho Nacional de Comércio Exterior) ao proteger as quatro firmas atuantes e negar admissão até a empresas com "nome e firma registrada na CACEX (caso da Exportadora de Produtos Agrícolas do Nordeste Ltda, sediada em Guarabira)", a SAIC conclui traçando o perfil da cooperativa planejada pela "mesma":

"LINHAS DE AÇÃO E OBJETIVOS

Dentre as atividades da Cooperativa, destacam-se as seguintes:

- a) beneficiamento, padronização e exportação do sisal em fibra e bucha;
- b) fabricação de corda, fios, cabos, 'baler twine', telas, principalmente para exportação;
- c) suprimento de crédito aos produtores para recuperação e/ou implantação de novos cam-

pos, mediante repasse de recursos obtidos nos Estabelecimentos sociais de crédito;

- d) fornecimento aos produtores de máquinas, motores e demais equipamentos de uso no cultivo de colheita do sisal;
- e) instalação, em cada município produtor, de um entre-posto para recebimento da produção dos associados."

Pelos itens "a" e "b", a cooperativa planejada deverá inserir-se em quatro pontos estratégicos no mercado de sisal: beneficiamento, exportação de fibra, industrialização e exportação do manufaturado. Com isto, os componentes da mesma estarão suprimindo os seguintes grandes concorrentes: proprietário de usina, exportadores de fibra, exportadores de manufaturado, "agente comprador" das fábricas manufatureiras, ao mesmo tempo em que se inserem no setor secundário. Este último ponto é deveras interessante porque na medida em que os ramos industriais à base do sisal, principalmente, o de manufatura, realmente se expandirem, a tendência é haver uma subordinação do ramo agrícola do sisal ao ramo industrial, ocorrendo a histórica natural entre os setores Primário e Secundário, dentro do modo de produção capitalista. O salto agora será fantasticamente grande porque a renda fundiária, o capital comercial e o capital industrial vão formar um só corpo.

Quanto à categoria da cooperativa, propõe-se Central ou Regional,

"todavia, visando a uma ação imediata, a Regional seria a fórmula mais viável, vez que bastaria abrir entre-posto nos diversos municípios." (grifo nosso)

Na verdade, não seria uma ou outra categoria, porque há uma enorme diferença entre as duas. Para que a Central se ja constituída, são necessárias, no mínimo, três cooperativas singulares para criá-la, pois, segundo a legislação, o seu objetivo é o de defender o produto de suas filiadas. Isto representa uma descentralização, enquanto a outra representa to

tal centralização. Embora a idéia seja a de acomodar os "grandes", se levarmos em conta a amplitude e as peculiaridades das áreas produtoras de sisal na Paraíba, é possível que não haja uma "harmoniosa" acomodação. Se, por exemplo, fossem criadas cooperativas singulares em pontos estratégicos das micro-regiões produtoras, e depois as mesmas constituíssem uma Central para cuidar dos interesses comuns, é de se supor que autonomia e flexibilidade para defesa dos interesses específicos de cada área teriam um espaço. Isto é diferente de criar apenas uma cooperativa para toda a Paraíba, a qual vai unicamente instalar entre-posto de recebimento do produto em cada município produtor.

Mas, a nova conjuntura econômica do sisal estava à porta: previa-se até os anos 80, um crescimento da demanda externa e da interna, respectivamente, da ordem de 50% e 15%. "Furar" o esquema imposto pela Câmara do Sisal, era apenas o primeiro passo da "grande luta"...

4. COOPERATIVA DE PRODUTORES DE SISAL SOCIEDADE ANÔNIMA

4.1. A COOPERATIVA: RESULTADO DA ATUAÇÃO DO ESTADO COMO "MEDIADOR"

A Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba - COOPERSISAL, foi fundada em abril de 1974 - portanto, um mês depois da dura investida da Secretaria da Indústria e Comércio da Paraíba, antes comentada -, e, nesse mesmo ano, ela se insere no mercado exportador. A exemplo do cooperativismo surgido durante a 1ª Fase de Auge do Sisal, à testa da iniciativa temos grandes e médios proprietários de terra e proprietários de usina, a princípio totalizando 20 e, posteriormente (ainda em 1974), expandindo-se o número para 47 e depois 60 pessoas. Aqui é válido lembrar que a "unidade" desses dois segmentos que tomam a iniciativa de formar cooperativas não é um privilégio apenas do ramo sisaleiro. Conforme foi visto, NOVAES (1980) constata o mesmo fenômeno no ramo do algodão.

A quota-teto de capital de cada sócio-fundador foi da ordem de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) -quantia bastante elevada na época -, subdivididos em quotas-partes de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). A subscrição mínima era de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), portanto, 10 quotas-partes. Observou-se que, durante determinado tempo, foi mantida uma certa equidade, dentro do grupo fundador, no que toca à participação no capital que se menciona acima.

Um fato a destacar nesse início da cooperativa é o de alguns sócio-fundadores terem se desligado em 1975 e, na na quele mesmo ano, fundado a Cooperativa Agrícola Mista do Curimataú Ltda, localizada em Cuité, primeiro município produtor de sisal no Estado. Apesar de a denominação não indicar, des de sua fundação a mesma opera com sisal.

A.2. OBJETIVOS E ÁREA DE ATUAÇÃO

De acordo com o Art. 1º do Estatuto, a COOPERSISAL teria sede e administração em Campina Grande, e área de ação limitada aos municípios compreendidos pelas micro-regiões: Pimonte da Borborema, Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Curimataú, Cariris Velhos e Seridó Paraibano; portanto, em qua se toda a área considerada de concentração do sisal pela CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, ~~con~~forme vimos, ~~exce~~tuando-se a micro-região de Serra do Teixeira. A Usina de Beneficiamento de sisal está localizada em Pocinhos, o qual se insere na micro-região Agreste da Borborema, pela delimitação oficial. Porém, quase toda a extensão plantada com sisal, no município, apresenta as mesmas características climáticas e pedológicas da micro-região Cariris Velhos.

Os artigos 8º até 14º do Estatuto, estão enfeixados sob o título "Dos Objetivos e Operações", os quais transcrevemos a seguir:

"Art. 8º - A Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba Ltda, tem por objetivo principal defender econômica e socialmente os seus associados, por meio da ajuda mútua, para o que observará o programa de ação realizado através das seguintes seções:

- a) Compras em Comum;
- b) Vendas em Comum;
- c) Consumo;
- d) Adiantamentos.

Art. 9º - Na seção de compras em comum, a Cooperativa fará aquisição de máquinas, instrumentos agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, produtos veterinários e quaisquer artigos necessários ao exercício da profissão de seus associados.

Art. 10º - Na seção de vendas em comum, a Cooperativa providenciará no sentido de:

- a) abrir e manter armazéns apropriados a receberem os produtos entregues pelos seus associados;
- b) organizar os serviços de recebimento da pro

dução com o mínimo de despesas de transporte até aos armazéns da Cooperativa, a fim de ser posteriormente providenciada a venda nos mercados de consumo ou no de exportação depois de beneficiado e/ou industrializado, quando for o caso;

- c) adotar uma marca de comércio devidamente registrada;
- d) exercer rigorosa fiscalização ao acondicionamento dos produtos entregues à Cooperativa, zelando pela sua boa apresentação nos mercados de exportação, de modo que a sua classificação obedeça aos padrões oficiais ou na falta destes, aos instituídos pela própria sociedade;
- e) fazer aos associados adiantamentos sobre o valor dos produtos entregues à Cooperativa para comercialização;
- f) instalar, quando possível e necessário, máquinas modernas para beneficiamento ou industrialização dos produtos considerados básicos da economia da região, visando melhorar e aumentar a produção destinada aos mercados interno e externo;
- g) manter os associados bem informados das condições de mercado dos produtos na faixa da comercialização.

- Parágrafo único - Observado o disposto neste artigo, a Cooperativa poderá registrar-se como Armazém Geral e, nessa condição, expedir 'Conhecimentos de Depósitos e Warrants' para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos de correntes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica.

Art. 11 - Na seção de consumo, a Cooperativa manterá um armazém para fornecimento aos seus associados, de gêneros de alimentação, de vestuários e outros artigos de uso e consumo pessoal, da família e do lar.

Art. 12 - Na seção de adiantamentos, cujo objetivo é beneficiar o produtor nas suas atividades agropecuárias, face às operações de crédito rural de custeio e/ou investimento, a Cooperativa promoverá os meios necessários no sentido de conseguir maiores recursos junto às instituições financeiras para adiantamentos exclusivamente aos seus associados, mediante contrato de entrega da produção.

Parágrafo único - A Cooperativa, na sua condição mutuária, fará adiantamento ou repasse aos seus associados com recursos próprios e de terceiros, operações estas que são pecu-
liares aos fins acima enumerados observadas as exigências da entidade financiadora, bem assim, as normas e resoluções do órgão normativo competente.

Art. 13 - A Cooperativa poderá ainda fornecer bens e serviços a não associado desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a lei.

Art. 14 - Para cumprimento dos objetivos definidos no presente capítulo, a Cooperativa poderá firmar convênios com pessoas jurídicas de direito público ou privado, contratar e obter recursos junto a estabelecimentos federais e estaduais de crédito."

A sutileza de destaque no Estatuto é o mesmo não delimitar explicitamente o campo de atuação da cooperativa, e de a atividade sisaleira estar explícita apenas na denominação da mesma. Aliás, a letra " " do Artigo 10º, que repetimos a seguir, já deixa uma total flexibilidade que permite uma expansão ampla:

"f) instalar, quando possível e necessário, máquinas modernas para beneficiamento ou industrialização dos produtos considerados básicos da economia da região, visando melhorar e aumentar a produção destinada aos mercados interno e externo." (grifo nosso)

Na verdade, de 1979 a 1981, o trajeto empresarial da cooperativa foi realmente estupendo, em especial nos anos 1980 e 1981, nos quais a mesma se expande em outros ramos, conforme se expõe³⁵ a seguir:

1º) no ramo sisaleiro

- adquire, em 1974, uma usina de beneficiamento e enfiamento de fibras, na cidade de Pocinhos;
- recebe, naquele mesmo ano, por doação da Prefeitura Mu-

(35) Fontes: Jornais COOPERSISAL, 1980/81; Diário da Borborema, Campina Grande, março, maio, outubro/1981; A Gazeta do Sertão, outubro/1981.

nicipal de Pocinhos, um terreno de 15.000 m²;

- comprou, em 1979, uma patrulha moto-mecanizada de 12 tratores, sendo 6 de esteira e 6 agrícolas, a pneu; em 1981, esta frota está aumentada com 6 unidades, respectivamente, 2 de esteira e 4 agrícolas, perfazendo um total de 18 tratores;
- ainda em 1979, compra a Indústria e Comércio de Cordas Cariri, em Campina Grande, com a qual se insere na manufatura do sisal desde 1980;
- financia, desde o 2º semestre de 1979, a fabricação de uma máquina desfibradora de sisal, a qual tem "capacidade para desfibrar mil quilos de sisal seco por dia, enquanto o equipamento tradicional, utilizado em nosso Estado, realiza o mesmo trabalho em uma semana".

2) outros ramos

- comprou, em 1978, uma Usina de Beneficiamento de algodão, em Campina Grande, "tendo naquele mesmo ano, comprado 6 prensas para extração de óleo de caroço de algodão, além de ter procedido um reparo geral de todos os armazéns, nas máquinas da Usina e na Fábrica de Solventes." Para a produção de torta de algodão, compra o caroço tanto na Paraíba, como em outros Estados, como Bahia e Paraná, já tendo dobrado, inclusive, os equipamentos para a fabricação da torta e de óleo de algodão;
- em 1981, adquire o controle acionário da Indústria de Laticínios de Campina Grande - ILCASA, por 50 milhões de cruzeiros, dando Cr\$ 10 milhões no ato da assinatura, e o restante com 30 dias, portanto, em transação à vista;
- ainda, nesse mesmo ano, adquire também o controle acionário da Sociedade Anônima de Leite Pasteurizado - SALP, localizada em João Pessoa, por 58 milhões de cruzeiros, sendo Cr\$ 37 milhões com pagamento à vista e os restantes Cr\$ 21 milhões em pagamentos parcelados. Desse modo, as

duas fábricas de leite pasteurizado da Paraíba estão sob controle da COOPERSISAL;

- finalmente, ainda em 1981, instala um supermercado em Campina Grande e um no município de Pocinhos.

A nossa análise será restrita ao ramo do sisal, em bora a cooperativa tenha começado a operar firmemente com o algodão no segundo semestre de 1979, quando colhíamos nossos dados. A sede cuida da comercialização dos dois produtos, mas toda a atividade relativa a ambos está, especialmente, separa da. O sisal é recebido, beneficiado, armazenado e embarcado, para os mercados interno e externo, em Pocinhos. Estas mesmas atividades são desenvolvidas em Campina Grande, no que to ca ao algodão. É interessante notar que existe um sistema de cooperativas no ramo do algodão da Paraíba, composto por Cen tral e singulares, instaladas, respectivamente, em João Pes soa - capital -, e em outros locais do Estado. Por consequin te, seria oportuno um trabalho que investigasse o funcionamento desse sistema, já que o mesmo permitiu que uma cooperativa de outro ramo penetrasse em seu campo de atuação, quando a ação preconizada para uma Central é outra, como já se viu. Por tanto, a realidade "teima" em contrariar a preconização!

4.3. A COOPERATIVA E A MODERNIZAÇÃO DA CULTURA DO SISAL NA PARAÍBA

Das incrementações promovidas dentro do ramo, interessa-nos, particularmente, as relativas à introdução da mecanização no plantio e à inovação tecnológica no processo de desfibramento do sisal, pois as mesmas fazem parte do conjunto de medidas preconizadas para a modernização da cultura do sisal, na Paraíba e em todos os Estados produtores, conforme propostas do I Seminário sobre Industrialização do Sisal - I SOSISAL, realizado em Campina Grande, no período de 17 a 20 de junho de 1979. Do mesmo, participaram representantes de todos os segmentos dominantes na exploração do sisal: industriais, proprietários de terra, de usina de beneficiamento e exportadores, e as propostas gerais resultantes do evento podem ser assim sintetizadas³⁶:

- "- Substituição da 'AGAVE SISALANA PERRINE', espécie cultivada hegemonicamente em toda a estrutura sisaleira do País, por um tipo HÍBRIDO, cuja uniformidade no comprimento de suas folhas, maior percentual de fibras por tonelada e adaptação ecológica ao meio físico nordestino, permitem maior produtividade por hectare cultivado;
- Modernização dos métodos tradicionais de plantio, de modo que a mecanização seja introduzida e os custos de produção sejam reduzidos;
- Adoção de técnicas modernas de propagação da agave, que possibilitem uma melhor qualidade do produto e a quantidade indispensável ao atendimento em escala industrial dos novos canais de mercado; e
- Modernização do equipamento utilizado no desfibramento² e beneficiamento, com a finalidade de minimizar as perdas, melhorar o padrão de qualidade da fibra, atingir alto grau de produtividade e reduzir os custos de operação."

(36) Diário da Borborema, Campina Grande, 15/6/79. I Seminário sobre Industrialização do Sisal - I Sosisal - Caderno Especial.

Naquele seminário foram discutidas todas as possibilidades de aproveitamento do sisal que podem ser e que estão sendo implementadas na Bahia, como já foi citado; ainda foram exibidos "slides" sobre métodos de mecanização do processo de implantação de vastíssimos campos - tanto na Bahia, como no Rio Grande do Norte -, além de se discutir a necessidade de modificação urgente do processo de desfibramento. Tudo isso implica que a grande propriedade deve ser reordenada para atender à nova conjuntura a fim de não ser eliminada, já que o conjunto de medidas modernizadoras atingirá o próprio exercício de controle da produção, principalmente a que se refere à inovação do processo de desfibramento.

Se, ao longo de sua existência no Brasil a cultura do sisal sempre se caracterizou pela baixa inversão de capital, agora a situação muda. E nesse ponto o Estado entra abrindo suas "torneiras". Analisando a conjuntura do sisal e sugerindo modificações na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM para o mesmo, a Comissão de Financiamento da Produção - CFP reconhece a necessidade da introdução de inovações tecnológicas, e se posiciona firmemente para que as mesmas sejam implementadas pelos "produtores" e suas cooperativas, em consonância com a prioridade dada ao cooperativismo pelas políticas governamentais a partir dos anos 70:

"No que respeita às modificações das normas operacionais do preço mínimo aplicado ao setor tem-se que limitar os benefícios dos EGF's e AGF's somente para produtores e suas cooperativas. Ao nosso ver, esta é a única forma de se reativar o sistema cooperativista que opera na região sisaleira que acredita-se ser um veículo bastante eficiente, para por um lado se introduzir as mudanças tecnológicas que se fazem necessárias e por outro lado garantir o nível de renda do agricultor.
Por outro lado, a necessidade de extensão dos benefícios da PGPM ao setor industrial, que normalmente possui um mercado operando em forma oligopolista na compra de matéria-prima junto ao agricultor é bastante duvidosa. Além disso, o setor secundário dispõe de outras linhas de crédito como o FINEX, a juros mais baixos que o EGF. O que se verifica, como ponto

negativo, é que o Setor Agrícola passa a se
gundo plano pois é muito difícil atender ao
que os agricultores e industriais reivindicam
ao mesmo tempo e o Setor Industrial é quem e-
xerce uma maior influência nas decisões da
CFP." (37) (grifos nossos)

O que falta definir neste discurso é de qual "produ-
tor" e de qual "agricultor" se está falando já que, conforme
pode ser comparado nos anexos VII e VIII, a partir de 1979, a
CFP passa a receber sisal até dos desfibradores exatamente pa-
ra sair "ilesa" desse "fogo cruzado" ou seja, ela se introdu-
ziu entre os "proprietários de motor" e os "agentes comprado-
res", para carrear maior volume da produção para seus esto-
ques, os quais são "repartidos", a preço subsidiado, entre a
queles segmentos que se confrontam. Isto em detrimento do pe-
queno produtor, pois ele pode ter facilidade para colocar seu
produto nos armazéns do Governo através do mecanismo do EGF -
Empréstimo do Governo Federal, mas tem muita dificuldade em
retirá-lo. Posteriormente voltaremos a tratar dos mecanismos
criados pelo Estado para beneficiar os grandes proprietários,
pois o que nos interessa mais de perto no momento é o fato de
as cooperativas serem as instâncias privilegiadas para imple-
mentarem as inovações que a conjuntura sisaleira está a exigir.

Se podemos dizer que a meta da mecanização do plan-
tio está sendo cumprida pela COOPERSISAL, o que significa que
os segmentos engajados à mesma estão um passo à frente em re-
lação à totalidade dominante na exploração do sisal na Paraí-
ba, o mesmo não acontece com relação à inovação tecnológica
do processo de desfibramento. Este é o ponto "nevrálgico" da
questão, porque ele reestruturará definitivamente o esquema de
poder atualmente vigente, ainda modificando as relações so-
ciais de produção, de vez que com o ~~coo~~ dessa máquina a produ-
tividade será, no mínimo, quintuplicada. Conforme cálculo de

(37) LEPESCH, Sergio. Sisal, Brasília, Comissão de Financia-
mento da Produção - CFP, agosto de 1978.

monstrativo de um dos diretores³⁸ da mesma: "a produção média de uma máquina tradicional³⁹, com uma turma de 8 pessoas, é de 1.000 kg de sisal seco (molhado pesa quase o dobro) por semana; com a nova máquina se produzirá 10.000 kg seco por semana e utilizando, no máximo, 20 pessoas. Portanto, a produção aumentará em 10 vezes e o pessoal em 2,5 vezes, por exemplo." Ainda, segundo o mesmo diretor, a cooperativa pretende fabricá-la em escala industrial e, se possível, até para exportação, mas a nível interno a mesma será utilizada apenas na prestação de serviços.

Para obter tal poder de domínio, certamente a COO - PERSISAL encontra barreiras, apesar do grande prestígio e liderança política⁴⁰ que o grupo, que está à frente da mesma, tem na esfera Estadual e Federal. A nova máquina desfibradora - cuja criação e produção está a cargo de uma empresa privada local - já chegou ao estágio de teste, desde junho de 1980⁴¹, mas ainda não foi lançada oficialmente. É bem sinto-

(38) Sr. Epitácio Bronzeado, Diretor Administrativo.

(39) De acordo com Sergio LEPESCH (1978), o modelo de desfibradora ainda em uso no Brasil é o mesmo inventado, no Méxíco, no início do século passado.

(40) Apesar de ter adquirido, no ano de 1979, toda a área pertencente à Usina Olho d'Água, em Pocinhos, e ter realizado o projeto de implantação de sua fábrica de celulose e papel a partir do sisal, a COMPEL, de Recife, Pe, acabou instalando a fábrica nos arredores de Campina Grande, a pós revender a área a um grande proprietário de terras em Pocinhos que, inclusive, era sócio-fundador da COOPER SISAL.

(41) Falando da visita do Governador da Paraíba, Tarcisio Buriti, à COOPERSISAL, o jornal "COOPERSISAL" diz: "Visitou, ainda, o galpão multifábril da empresa Máquinas Ariús, que está fabricando a máquina desfibradora de sisal, um empreendimento financiado pela COOPERSISAL, que não tem data fixada para seu lançamento, mas que contará com a presença do governador do Estado na ocasião oportuna, conforme os entendimentos mantidos entre os srs. Tarcisio Burity e Cristovam Victor dos Santos. (A título de esclarecimento, a máquina que está sendo fabricada tem capacidade para desfibrar mil quilos de sisal seco por dia, enquanto o equipamento tradicional, utilizado em nosso Estado, realiza o mesmo trabalho em uma semana."(pg.3)

mático o fato de a Universidade Federal da Paraíba ter criado um Núcleo de Pesquisa do Sisal - NUPES no "Campus" de Campina Grande, em 1979, e de estar incluído em seu projeto global inicial o sub-projeto de desenvolvimento de uma máquina desfibradora, o qual tem, inclusive, o maior peso em termos de verbas.⁴² Este é um exemplo concreto de que a tecnologia está sempre latente nas "casas de ciência" - Universidades -; está sempre num iminente "vir-a-ser", mas ela só é acionada no mo-mento "ideal" em que "uma determinada parcela" da comunidade assim o exigir embora toda a comunidade prcise o que evi-dência que a famosa "neutralidade da ciência" é bastante questionável. Aqui lembramos Susan GEORGE⁴³, para quem o conceito de tecnologia é tão amplo quanto a sua realidade o permite:

"Uma rosa é uma rosa, é uma rosa, mas, apesar de Gertrude Stein, um trator não é um trator, não é um trator. Nenhum instrumento de trabalho, nenhuma capacitação, nenhum cultivo importado para uma sociedade é 'neutro'. Nem as chamadas soluções técnicas de qualquer problema permanecem técnicas mais do que uns cinco minutos." (...) "Muita gente pensa em determinados tipos de maquinaria ou aparelhagem, quando ouve a palavra 'tecnologia'. O conceito utilizado aqui será muito mais amplo." (...) "...A tecnologia - compreendida como quaisquer meios físicos para chegar-se a um fim - está implícita igualmente nos modelos de desenvol-vimento gerais adaptados aos países SD (subde-senvolvidos) - ou os que lhe são impingidos à força - e determinará o grau de dependência ou de auto-suficiência desses países. O tipo de desenvolvimento escolhido afetará enormemente as relações entre as classes sociais - particularmente na área que mais nos preocupa, a da importância atribuída aos agricultores e à sua posição no conjunto da sociedade. Instrumentos e maquinaria são apenas uma das peças do conjunto. ..."

-
- (42) O primeiro orçamento global do Projeto - para execução no ano de 1980 -, era de Cr\$ 4.56.990,00, enquanto que o sub-projeto "máquina descorticadora" (desfibradora) importava em Cr\$ 1.958.580,00. UFPb, Campus II, Campina Grande, Núcleo de Pesquisa do Sisal - NUPES.
- (43) GEORGE, Susan. O Mercado da Fome, - As verdadeiras razões da fome no Mundo -, Rio, Ed. Paz e Terra, 1978, pags. 83 e 84..

Outro fato bastante interessante também é o de a Cooperativa Agrícola do Curimataú - COAGRO, que apesar de ter sido constituída em 1975 ainda não conseguiu inserir-se no mercado exportador, ter um projeto de instalação de uma fábrica de cordas, desde 1979, ainda não realizado. Que está havendo um confronto de forças, não ficam dúvidas. A nós resta apenas fazer suposições que o tempo confirmará ou negará.

Com relação à definição do esquema de poder, a nossa suposição é a de que haverá um acordo entre cooperativas - e é bem provável que o Estado entre como "mediador" - e o que o definirá será exatamente a máquina desfibradora, pois a da UFPb também já chegou até o estágio de teste. Provavelmente, optar-se-á pelo melhor modelo e, conjuntamente - com a "ajuda" do Estado -, se financiará a sua produção em escala industrial, mas cada cooperativa conservaria a sua autonomia. A outra hipótese que poderia ser considerada é a da "fusão". Apesar de pensarmos que ela é menos provável de ocorrer, porque a COAGRO está inserida na micro-região que mais produz na Paraíba, temos que lembrar que o projeto da fábrica de cordas, ainda não realizado, pode ser um elemento de "acordo", já que a COOPERSISAL está com a sua funcionando.

Com relação aos efeitos que advirão sobre os diversos agentes sociais envolvidos na produção de sisal, à luz da comparação entre a potencialidade do que se propõe a nível de modernização e a situação atualmente vigente, o termo adequado não seria suposição e sim dedução, a qual seria consequência de evidência dos próprios fatos.

Para tanto, devemos vencer duas etapas: primeiro analisar a cooperativa "por dentro", procurando diagnosticar as relações cooperado/cooperativa, o que mostrará quais são os segmentos que realmente atuam. Além de nos fornecer um quadro real do funcionamento da mesma, esta análise indicará as áreas de maior atuação da cooperativa, e a partir daí, numa segunda etapa, averiguamos como está organizado o meio no qual ela se insere para chegarmos às nossas "projeções".

4.4. RELAÇÕES COOPERADO/COOPERATIVA

Conforme foi dito, a COOPERSISAL tem sede em Campi na Grande e Usina de Beneficiamento e Enfardamento de Sisal em Pocinhos, distante cerca de 37 km. Ali se recebe o sisal desfibrado para ser beneficiado, armazenado e, posteriormente, comercializado. Na sede se fazem os trâmites da comercialização, mas os embarques - quer para o mercado externo ou o interno - são realizados pela Usina. Em 1979, a cooperativa começa a trabalhar também com o algodão, mas este é beneficiado, armazenado e comercializado em Campina Grande, local onde está situada a usina de beneficiamento do produto, adquirida pela mesma em 1978. Constavam do Livro de Matrícula, em 30 de agosto de 1979, 370 associados, os quais estavam ligados exclusivamente ao sisal, e foi este o universo inicialmente trabalhado para levantarmos a produção colocada pelos mesmos na cooperativa e a participação no capital, respectivamente, dentro dos períodos de abril/74 a junho/79 e abril/74 a dezembro/79, tendo por base os talões de Notas Fiscais⁴⁴ de recebimento de sisal pela Usina e o Livro de Subscrição de Capital. A nosso ver, estes são os pontos chaves que direcionam o estudo de uma cooperativa e através dos quais se pode evidenciar as relações cooperado/cooperativa.

Com relação à colocação de sisal na cooperativa, a situação se apresentou da seguinte forma:

(44) Foram manuseados 105 talões de Notas Fiscais, num total de 5.100 notas.

QUADRO VI - SÓCIOS QUE COMERCIALIZAM ATRAVÉS DA COOPERATIVA

Abril/1974 a Junho/1979

SITUAÇÃO CONSTATADA	Nº DE SÓCIOS	% DO TOTAL
1) Colocam o produto:		
- Com regularidade	47	31,0
- Sem regularidade, esporádicamente, as vezes (+)	41	27,3
2) Não o colocam:		
- Há 6 meses	8	5,3
- Há 1 (um) ano	9	5,9
- Há mais de 1 (um) ano	46	30,5
TOTAL	151	100,0

FONTE: Talões de Notas Fiscais de recebimento de sisal dos associados. Usina de Beneficiamento da COOPERSISAL - Pócinhos, Pb.

(+) 4 (quatro) meses e até 1 (um) ano sem colocar o produto, mas colocaram durante o 1º semestre de 1979. A adoção do tempo mínimo de quatro meses, se deve ao fato de ser este, mais ou menos, o tempo em que se pode dar novo corte na planta, então, supõe-se que os associados que possuem pequenas extensões de terra não colocariam a produção por determinado espaço de tempo. Entretanto, grandes extensões de agave em plena produção propiciam corte o ano inteiro.

De 370 associados inscritos, apenas 151 (41%) colocaram sisal na cooperativa durante o período em estudo, conforme o quadro nos mostra. Desse total, 31% coloca o produto de forma regular ou constante (uma ou mais vezes mensalmente) ; 27% coloca de forma inconstante (quatro meses e até um ano sem colocar, mas o fizeram no 1º semestre/79); e 42% não comercializou a produção através da cooperativa durante o 1º semestre

de 1978. Ainda, desses 42%, que corresponde a um total de 63 associados, 30,5%, ou seja, 46 associados, não coloca a produção há mais de um ano.

Esta situação, além de corroborar o que diversos trabalhos têm constatado no cooperativismo da Região Nordeste, conforme foi visto, suscita um questionamento de fundo sobre a origem da produção da cooperativa, o qual comentaremos posteriormente para nos determos na análise da participação no capital. Pelo Livro de Subscrição constatamos:

- TOTAL DE ASSOCIADOS ATÉ 30/08/79 ...	370	= 100%
- pessoas que subscreveram, mas não <u>integralizaram</u> capital e nem operaram com a cooperativa	62	
- associados que <u>integralizaram parte ou total</u> do capital subscrito, mas <u>nunca colocaram a produção na cooperativa</u>	148	
- sócios excluídos	9	219 (59,2%)
- TOTAL DE ASSOCIADOS QUE OPERAM COM A COOPERATIVA	151	(40,8%)

De certo modo, este demonstrativo confirma o quadro anteriormente exposto. O fato de não se cancelar o nome dos que se inscreveram como associados mas não integralizaram a mínima parcela de capital, e o dos associados excluídos - o que perfaz um total de 71 - contribui para o "inchamento" do quadro de associados, dando uma noção irreal do mesmo, pois, subtraindo aqueles, temos o total de 299 sócios. Entretanto, isto não tem tanta relevância quando se constata que 148 associados nunca comercializaram sua produção através da cooperativa, apesar de terem integralizado parte ou total do capital subscrito. Dado que a cooperativa deve adquirir a produção dos associados ao preço mínimo vigente, a sua atuação no mercado se equipara à dos demais agentes, só se distinguindo dos

mesmos por oferecer "retorno" ao final do exercício. Porém, havendo um resultado líquido positivo - para cooperativas não se usa a expressão "lucro" -, este tem que ser repartido entre a quota de capital e a quantidade o trabalho, ou seja, os juros remuneram o capital de cada um, e o retorno o trabalho-o produto. Ora, dependendo do montante da participação no capital, a situação sugeriria que estes associados, mantendo uma atitude perfeitamente coerente do ponto de vista da racionalidade capitalista - embora não o seja sob o ângulo da "racionalidade" cooperativista - aplicariam capital na cooperativa porque se beneficiariam dos juros e de outras vantagens que a mesma pudesse oferecer⁴⁵, enquanto negociariam a produção por outras vias, barganhando melhor preço. A análise da composição do capital, entretanto, revela uma "pirâmide" bastante acentuada:

-
- (45) Participando de algumas reuniões da COAGRO - Cooperativa Agrícola Mista do Curimataú Ltda, localizada em Cuité, que reúne "produtores" de sisal, observamos que o problema da não colocação do produto na cooperativa vinha sempre à baila. A alegação para tal fato era sempre a mesma: "os compradores pagavam mais", e começava-se a discutir as diferenças de preços. Alegava-se que o "intermediário" destruía uma cooperativa pagando mais e que de pois manipulava o preço; que a cooperativa oferecia retorno, etc, mas o problema perdura. Em 1981, de um total de 312 associados, apenas 87 receberam retorno, o que significa que efetivamente colocaram o produto. Numa das reuniões sugeriu-se que a cooperativa ativasse o setor de revenda como forma de atrair e oferecer outras vantagens ao associado e mesmo para ampliar sua receita, pois a cooperativa "X" estaria obtendo maior receita com o setor de revenda do que com a própria comercialização. Verificamos que alguns cooperados, que frequentavam as reuniões, também eram sócios de mais uma ou duas cooperativas.

QUADRO VII - COOPERSISAL - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ASSOCIADOS
QUANTO AO CAPITAL - dezembro de 1979 (+)

CAPITAL (Cr\$ 1,00)	TOTAL DE SÓCIOS	%	(ACUMULADO) %
1.000 - 20.999	252	84,3	84,3
21.000 - 40.999	37	12,5	96,8
41.000 - 60.000	5	1,7	98,5
100.000	1	0,3	98,8
150.000	2	0,6	99,4
500.000	1	0,3	99,7
550.000	1	0,3	100,0
TOTAL	299	100,0	-

FONTE: Livro de Subscrição de Capital.

(+) O levantamento abrangeu o período de abril/74 a dezembro/79.

Conforme o quadro, 84,3% dos associados detém quotas de capital situadas no intervalo de Cr\$ 1.000,00 - mínimo estipulado em estatuto - a Cr\$ 20.999,00, enquanto que apenas 0,6% (dois associados) detém, respectivamente, Cr\$ 500.000,00 e Cr\$ 550.000,00. Tal disparidade, que não está em desacordo com a legislação cooperativista⁴⁶, além de conferir o caráter

(46) Lei 5.764, de 16/12/1971. Artigo 24, § 2º: "Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração." Como se vê, além de o associado poder subscrever, sozinho, 1/3 do capital, a lei ainda oferece "brechas" para uma maior participação.

de ações de sociedade anônima às quotas-partes do capital da cooperativa - e não só desta, evidentemente, mas das cooperativas de um modo geral, pois ele também é um "fator de produção"⁴⁷ dentro das mesmas - fornece o substrato⁴⁸, aparentemente correto, para a distribuição de resultados ao final do exercício. Aparentemente correto porque ao se reunir capitais para a constituição de uma empresa sociedade anônima ou qualquer outra modalidade, já está perfeitamente claro que aquele capital empregado vai se ampliar pelo método de compra da força de trabalho alheia, que se materializa no produto que a empresa vende. Neste caso, o trabalho já está perfeitamente caracterizado como mercadoria, cujo preço é traduzido em salário, estando, portanto, a exploração perfeitamente clara e "devidamente institucionalizada". Entretanto, segundo a "filosofia cooperativista", a cooperativa deveria congrega

(47) Louvando o Dec. 581, de 1/8/1938, que revigorava o Dec. 22.239 de 19/12/1932, e, ao mesmo tempo, revogava os de nºs 23.611/33 e 24.647/34, Fábio LUZ FILHO assim defende a estipulação de juros: "... Os juros são o aluguel módi co de um elemento da produção - o capital. É o salário pago ao capital para servir ao trabalho. ..." (pag. 83, grifos nossos). O Cooperativismo no Brasil e sua Evolução. Rio, A. Coelho Branco Fcº. Editor, 1938. Na legislação revogada se permitia a constituição de cooperati vas sem capital e sem a estipulação de distribuição de qualquer natureza. Também, se limitava o juro nas coope rativas constituídas com capital.

Na verdade, não há muito de extraordinário na "louva ção" do autor, quando se sabe que o debate acadêmico ques tionando a variável capital na função de produção ainda não se generalizou em nossas universidades. O capital co mo "fator de produção" é "cientificamente" colocado como verdade absoluta em nossas salas de aula. Isto se expli ca pelo fato de - apesar de ter sido constituído "à ima gem e semelhança" - o nosso modelo educacional acompanhar a grande distância o que é produzido nas "metrópoles". Sobre o citado debate, ver: Claudio NAPOLEONI, J Pensa - mento Econômico do Século XX, Rio, Ed. Paz e Terra, 1979.

(48) Após a divulgação dos resultados do exercício, a COOPER- SISAL expõe em sua Usina de Beneficiamento, em Pocinhos, a relação dos associados com a respectiva participação m capital.

soas com interesses em defender seu trabalho materializado no produto - supondo produtores reais e proprietários de seus meios de produção - porque visam um melhor nível de subsistência, embora se propague que a cooperativa - o que só podem ser os associados - não visa lucro. A rigor, nela não se iria negociar a força de trabalho, porque a condição dos produtores ainda não seria a de assalariados. Na medida em que se verifica uma grande disparidade na participação do capital, isto significa que uns sócios terão benefícios acima dos demais, o que quer dizer que ampliarão seu capital às custas do produto - trabalho - alheio. Daí porque diversas pesquisas constataam que o "interesse" pela cooperativa, traduzido em participação em reuniões, ocupação de cargos administrativos, etc, aumenta na medida em que aumenta a renda, ou seja, tem a variável capital no eixo das ordenadas. Nesse caso, a "fuga" da cooperativa demonstraria que a situação é perfeitamente percebida pelos pequenos produtores, apesar de se apontar como uma das "doenças" do cooperativismo a "falta de espírito associativista do homem do campo"⁴⁹. No nosso estudo de caso, a interpretação não poderia ser outra já que, ao fracionarmos em inter-

(49) Questionando esta alegação, em seu estudo sobre o Cooperativismo no Nordeste, ANDRADE mostra que as primeiras experiências surgidas no início do século, que foram iniciativa de empresários, logo feneceram e que só na década de 30, durante o Governo de Getúlio Vargas, se constatou um surto de cooperativismo "dada a sua posição teoricamente corporativista". Apesar de o autor colocar que se costuma relacionar o declínio desse cooperativismo à queda do Estado Novo, a sua análise é a seguinte: "... Sobreviveram apenas as cooperativas melhor organizadas, que dispunham de recursos próprios e que tinham maior facilidade de acesso aos bancos oficiais e que eram, conseqüentemente, congregadoras de pessoas ricas. Assim, mantiveram prestígio e bom nível de organização e atuação, cooperativas como a dos Usineiros de Pernambuco e de Alagoas, com orçamentos maiores do que o de muitos Estados do Nordeste, e cooperativas de fornecedores de cana, nos mesmos Estados. Estas, fazendo repasse aos seus associados de capital destinado ao crédito agrícola pelo Banco do Brasil e por outros bancos oficiais, e fazendo compras em comum de adubos, caminhões, máquinas agrícolas, etc,

valos menores a participação no capital, conforme o quadro VIII, constatamos que dos 148 associados que não colocam a produção, 82,4% detém quotas situadas no intervalo mínimo de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 4.999,00. Se entendemos o limite superior até Cr\$ 10.999,00, então o percentual se eleva para 87,8%.

QUADRO VIII - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL/SITUAÇÃO DE COLOCAÇÃO
DO PRODUTO NA COOPERATIVA - abril/74 -agosto/79

CAPITAL (Cr\$ 1,00)	Nº de Associados que			TOTAL	
	colocam a produção	%	Nunca colocaram a produção (integralizaram parte ou to tal do capital subscrito)	%	DE SÓCIOS
1.000- 4.999	78	51,6	122	82,4	200
5.000-10.999	22	14,5	8	5,4	30
11.000-20.999	13	8,6	9	6,0	22
21.000-40.999	29	19,2	8	5,4	37
41.000-60.000	5	3,3	-	-	5
100.000	1	0,7	-	-	1
150.000	1	0,7	1	0,7	2
500.000	1	0,7	-	-	1
550.000	1	0,7	-	-	1
TOTAL	151	100,0	146	100,0	299

FONTE: Livro de Subscrição de Capital e Talões de Notas Fis-
cais de recebimento do produto.

assim como comercializando a produção de açúcar, tiveram grande desenvolvimento e deram uma assistência positiva aos seus cooperados. Deu-se, assim, um caso singular no Nordeste, desenvolveu-se um cooperativismo de ricos en- quanto estagnava o cooperativismo dos pobres." (grifos nossos). Manoel Correia de ANDRADE, Cidade e Campo no Bra- sil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974.

Relativamente à composição de capital já apresentada, estes associados estão realmente na base da "pirâmide", embora isto não seja suficiente para enquadrá-los como pequenos produtores. Esta afirmação se embasa no resultado do trabalho de campo em Pocinhos e na análise da posse do fator terra, referente aos associados, daquele município, que colocam a produção na cooperativa. Desde já, entretanto, rechaçamos o argumento que tenta explicar a fuga de pequenos produtores das cooperativas devido ao fato de não terem condições de transportar a produção até as mesmas, preferindo vendê-la ao intermediário porque este vai buscá-la na propriedade. A razão maior desta posição, além das evidenciadas no caso particular que estudamos, seria o fato de que numa cooperativa em que houvesse participação plena dos associados, portanto crescendo por causa deles e para eles, esta dificuldade seria sanada.

Ainda, com relação àqueles que não comercializam a produção através da cooperativa, observa-se que 11,4% detém quotas de capital situadas no intervalo de Cr\$ 21.000,00 a Cr\$ 40.999,00, localizando-se no centro da "pirâmide". Para tal atitude, a explicação seria a de que, por serem médios e grandes proprietários de terra - fazendo parte, portanto, da fração dominante na exploração do sisal -, aplicam capital na cooperativa não só porque este é remunerado, mas também pelo que aqui chamamos de "expectativa futura", pois na medida em que a cooperativa se expande, diversifica seus serviços aos associados, etc, os mesmos também se beneficiam.

Chamando a atenção, ainda no quadro VIII, para o fato de que 51,6% dos 151 associados que comercializam a produção através da cooperativa, detém quotas de capital situadas no intervalo de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 4.999,00 - se entendemos o limite superior até Cr\$ 10.999,00, o percentual se eleva para 66,1 - passamos à análise dos quadros IX e X, onde averiguamos a intensidade de colocação do produto relacionando com a participação no capital.

Já vimos que a cooperativa registrava um total de 370 associados e que, ao levantarmos a colocação do produto, apenas 151 operaram com a mesma no período analisado. Vimos também - no quadro VI - que desse total, 31% coloca a produção da maneira que chamamos de regular; 27,3% de forma irregular, e do total de 41,7% que não operou no 1º semestre/79, 5,3% não o fazia há 6 meses; 5,9% há um ano, e 30,5% há mais de um ano.

Pelo quadro IX vemos que são os associados que se inserem no menor extrato de capital que se sobressaem nas três formas de intensidade de colocação do produto acima mencionadas. Assim, dos que colocam a produção regularmente, 74,5% detém quotas de capital situadas no intervalo de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 4.999,00; os que colocam irregularmente somam 64,7%, e, finalmente, dos que não colocam o produto há 6 meses e até mais de um ano, 33% é desse extrato. Os que se localizam no centro da "pirâmide" - abrangendo os intervalos de Cr\$ 11.000,00 a Cr\$ 60.000,00 - se destacam, quanto à intensidade, na não colocação do produto nos três períodos de tempo mencionados, e somam o total de 46,4%; enquanto que os localizados no "topo", com quotas de Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 550.000,00, se destacam colocando o produto de maneira inconstante. Estas constatações - que nos evocam as frases do Dr. Normando Ribeiro de que "o pequeno é mais fiel em colocar a produção" e que "o espírito associativista só surge em épocas de crise, quando todo mundo corre para a cooperativa" - a exemplo do que se deduziu para os que nunca comercializaram com a cooperativa, expressam no nosso entender, respectivamente, "fuga" e "expectativa futura".

Uma visão sintética do comportamento global da comercialização nos é dada pelo Quadro X, onde adotamos apenas

QUADRO IX - SÓCIOS QUE OPERAM COM A COOPERATIVA - INTENSIDADE DE COLOCAÇÃO DO PRODUTO/FAIXA DE CAPITAL

ABRIL/1974 a JUNHO/1979

CAPITAL Cr\$ 1,00	COLOCAM O PRODUTO						NÃO COLOCAM O PRODUTO HÁ				TOTAL		
	Regularmente		Irregularmente		Sub-Total		6 meses	1 ano	+de 1 ano	Sub total			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	Nº	Nº	%	Nº	%
1.000- 4.999	35	74,5	22	54,4	57	64,7	3	2	16	21	33,0	78	51,6
5.000-10.999	4	8,5	5	12,0	9	10,0	3	3	7	13	20,6	22	14,5
11.000-20.999	1	2,0	3	7,2	4	4,5	1	4	8	13	20,6	17	8,6
21.000-40.999	5	11,0	5	12,0	10	11,0	1	-	14	15	23,8	25	19,2
41.000-60.000	1	2,0	3	7,2	4	4,6	-	-	1	1	2,0	5	3,3
100.000	-	-	1	2,4	1	1,3	-	-	-	-	-	1	0,7
150.000	1	2,0	-	-	1	1,3	-	-	-	-	-	1	0,7
500.000	-	-	1	2,4	1	1,3	-	-	-	-	-	1	0,7
550.000	-	-	1	2,4	1	1,3	-	-	-	-	-	1	0,7
TOTAL	47	100,0	41	100,0	88	100,0	8	9	46	63	100,0	151	100,0

FONTE: Talões de Notas Fiscais, Livro de Subscrição do Capital

+ - 4 meses e até um ano sem colocar o produto, mas colocaram no 1º semestre/1979.

QUADRO X - INTENSIDADE DE COLOCAÇÃO DO PRODUTO - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Abril/74 a junho/dezembro/79

CAPITAL (Cr\$ 1,00)	COLOCAM O PRODUTO					
	REGULARMENTE		IRREGULARMENTE		T O T A L	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1.000 - 4.999	35	74,5	43	41,3	78	51,6
5.000 -10.999	4	8,5	18	17,3	22	14,5
11.000 -20.999	1	2,0	16	15,4	17	8,6
21.000 -40.999	5	11,0	20	19,3	25	19,2
41.000 -60.000	1	2,0	4	4,0	5	3,3
100.000	-	-	1	0,9	1	0,7
150.000	1	2,0	-	-	1	0,7
500.000	-	-	1	0,9	1	0,7
550.000	-	-	1	0,9	1	0,7
T O T A L	47	100,0	104	100,0	151	100,0

FONTE: Notas Fiscais de Recebimento de sisal pela Usina e Livro de Subscrição do Capital.

as formas "regular" e "irregular" de intensidade de colocação do produto. Ali vemos que dos 151 associados que comercializam através da cooperativa, 104 (69%) o fazem de maneira in constante ou irregular, enquanto que apenas 47 (31%) coloca o produto regularmente. Com o objetivo de caracterizar a condição desses cooperados - se pequeno, médio ou grande produtor-, ao mesmo tempo detectando o raio de alcance e de influência da cooperativa, procedemos ao levantamento dos locais de origem desses associados, obtendo o seguinte resultado:

QUADRO XI - LOCAL DE ORIGEM DOS ASSOCIADOS QUE COLOCAM A PRO-
DUÇÃO NA COOPERATIVA
(1974 a 1979)

LOCAL	Nº DE SÓCIOS	%
Pocinhos	111	73,5
Olivedos	5	3,3
Cubati	6	4,0
Diversos (+)	29	19,2
TOTAL	151	100,0

FONTE: Talões de Notas Fiscais de Recebimento de Sisal dos As-
sociados.

(+) Adotou-se o número mínimo de 5 (cinco) associados para ci-
tar o local de origem.

De acordo com o quadro, dos 151 associados que colo-
cam a produção na cooperativa, 111 (73,5%) - a grande maioria
- é procedente de Pocinhos, onde está instalada a Usina de Be-
neficiamento, e os 40 restantes (26,5%) são de locais próxi
mos àquele município, como Olivedos (3,3%) e Cubati (4,0%).

Portanto, a área de influência real da cooperativa se restringe apenas ao município de Pocinhos, motivo porque o nosso universo estará referido àqueles 111 associados para a análise de posse do fator terra que, juntamente com o que até aqui se desenvolveu, possibilita a caracterização dos cooperados; e ao citado município, para analisarmos as condições gerais vigentes na exploração do sisal, a fim de relacionarmos a cooperativa ao meio ao qual está inserida, aqui entendido como o meio no qual ela mais atua.

Utilizando, em parte, a extratificação de área dotada pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - para o município de Pocinhos, conforme se verá adiante, e com base em relação de propriedades e proprietários, referente ao ano de 1968, fornecida pela EMATER/Pb⁵⁰ - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - naquela localidade, e mais informações dos próprios associados em questionários ou entrevistas abertas, constatamos o seguinte com relação à posse do fator terra:

(50) Na relação de propriedades fornecidas pela EMATER não constavam imóveis com mais de 3.000 ha. Os grandes proprietários entrevistados, logicamente, diziam que a sua propriedade tinha "dois mil e poucos hectares". Já a estatística do INCRA - Estatísticas Cadastrais, 1976 - aponta propriedades com até 5.000 ha. e a CEPA/Pb, diz em sua monografia do Sisal (1978) que o mesmo é explorado na Paraíba em propriedades de até 10.000 ha. Porém, constatamos a existência de, pelo menos, 3 propriedades, cujas áreas são superiores a 5.000 hectares. Uma delas se estende ao longo de 5 km em ambos os lados da BR-230, sendo que, por um desses lados, alcança Pocinhos, cuja distância da Br-230 é de 11 km.

QUADRO XII - POSSE DO FATOR TERRA - ASSOCIADOS DA COOPERSISAL
EM POCINHOS-PB

EXTRATO DE ÁREA (ha)	Nº DE ASSO- CIADOS	%	ACUMULADO %
0	26	23,4	23,4
Menos de 10	5	4,5	27,9
10 a menos de 100	32	28,8	56,7
100 a menos de 200	11	10,0	66,7
200 a menos de 500	22	20,0	86,7
500 a menos de 2.000	12	10,8	97,5
Mais de 2.000	3	2,5	100,0

FONTE: EMATER/Pb - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, agência de Pocinhos; Pesquisa de Campo/1979/80

Responsabilizando-nos apenas pela precisão da informação referente aos associados que não possuem terras, de vez que sabemos as deficiências das estatísticas institucionais disponíveis, vemos que aqueles representam 23,4% do total 111 associados no Município. Estes cooperados são proprietários de "motor" de desfibrar a agave, fazendo parte de um segmento importante da intermediação atuante no ramo.⁵¹ Nos extratos de área de menos de 10 ha até o de 100 a menos de 200 ha - respectivamente, 4,5%, 28,8% e 10% - que aqui chamamos primeiro bloco de área, temos o total de 43,3% dos associados; e, finalmente, o total de associados inseridos nos extratos de 200 ha a menos de 500 até o de mais de 2.000, chamados de segundo bloco de área, somam 33,3%.

(51) Segundo informações obtidas na Usina de Beneficiamento, a COOPERSISAL aceitara proprietários de motor como associados a partir do ano de 1978, pois antes não se admitia que pessoas que não possuíssem terra se associassem.

Relacionando a posse da terra com a participação no capital, conforme o quadro XIII, vemos que ao primeiro bloco de área corresponde uma participação no capital concentrada nos intervalos inferiores, ou seja, Cr\$ 1.000,00-Cr\$ 4.999,00 e Cr\$ 5.000,00 -Cr\$ 10.999,00, portanto, coincidindo pequena área de terra e pequena participação no capital. Para o bloco II coincide maior participação maior área. Considerando que CARVALHO⁵² estima a área mínima econômica para o sisal correspondendo a uma produção de 36 toneladas e que, em Pocinhos, a média de rendimento/ha é de 700 kg⁵³, então são necessários, aproximadamente 51 ha para obter aquela produção que propiciaria uma rentabilidade mínima. Esta informação nos dá o suporte último para se afirmar que a quase totalidade dos associados que estão inseridos nos extratos de área que englobam até menos de 200 ha que por sua vez, corresponde a uma participação no capital dentro dos intervalos de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 10.999,00, são realmente pequenos produtores⁵⁴, sendo que a maioria possui menos de 100 ha. Os médios e grandes "produtores" se localizam a partir de 200 ha., e pode-se observar, na aquele quadro, que à medida que cresce a extensão da área pos-

-
- (52) CARVALHO, Walmir A.T. de. Fibra e Celulose de Sisal -Aspectos Tecnológicos. Trabalho apresentado no Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, realizado em Garanhuns, Pe, no período de 26/4 a 03/5/1959. Confederação Nacional da Indústria, Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI, mimeografado, 33 páginas.
- (53) Afirmação do técnico da EMATER ` época da pesquisa, como também de vários proprietários naquele município.
- (54) O termo pequeno produtor aqui utilizado, se refere àqueles proprietários que trabalham a terra juntamente com a família, sendo, portanto, produtores reais. Como os médios e grandes proprietários utilizam mão-de-obra assalariada, sendo estes os verdadeiros produtores, para designá-los, daqui em diante utilizamos a forma: "produtor".

QUADRO XIII - COOPERSISAL - ASSOCIADOS DE POCINHOS QUE COLOCAM A PRODUÇÃO - RELAÇÃO ÁREA/CAPITAL

	ÁREA (ha)	1.000	5.000	11.000	21.000	41.000	100.000	150.000	500.000	550.000	TOTAL (+)
	CAPITAL (Cr\$ 1,00)	a	a	a	a	a					
		4.999	10.999	20.999	40.999	60.000					
1º Bloco	menos de 10	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	10 a m. de 100	26	9	-	-	-	-	-	-	-	35
	100 a m. de 200	6	2 ++	2	1	-	-	-	-	-	11
2º Bloco	200 a m. de 500	3	4	3	6	1	-	-	-	-	19
	500 a m. de 2000	1	4	-	3	1	1	1	-	1	12
	mais de 2000	-	-	-	-	2	-	-	1	-	3
TOTAL		41	19	5	12	4	1	1	1	1	85

FONTES: EMATER/Pb - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (agência de Pocinhos-Pb; Pesquisa de Campo (1979/80) Livro de Subscrição de Capital

(+) 85 + 26 (que não possuem terra) = 111

(++) 1º Bloco de Área = 48 associados

suída, cresce, também, a participação no capital, só que em termos de totalidade de 85 associados, que possui terra em Pocinhos, a proporção das duas categorias é bem menor.

Portanto, pode-se generalizar e resumir o comportamento da relação cooperado/cooperativa até aqui vista, do seguinte modo: de um número formal de 370 associados constantes do Livro de Matrícula, verificou-se que somente 299 são, realmente, sócios. Desse total, 148 subscreveram capital, mas nunca comercializaram a produção através da cooperativa, enquanto que dos 151 que comercializaram, no período analisado, apenas 47 (31%) o faz de maneira regular ou constante, enquanto que 104 (69%) o faz de maneira inconstante.

Nas duas situações de maior relevância em termos numéricos: nunca comercializaram com a cooperativa e comercializaram de maneira inconstante, os pequenos produtores representam 87,8% (quadro VIII) e 58,6% (quadro X), respectivamente, dos totais de 148 e 104 associados. Essa constatação, aliada ao fato de termos presenciado alguns pequenos cooperados, de Pocinhos e arredores, utilizarem o método de rateio do custo do frete para trazerem sua produção até a Usina, nos fornece a base para rejeitar o argumento que tenta explicar a não comercialização através da cooperativa pelo fator distância/dificuldade de transporte, e pela clássica "falta de espírito associativista" do homem do campo. A nossa interpretação é a de que há uma "fuga" da cooperativa, o que indica que o subterfúgio da modalidade "cooperativa", que não passa de um mecanismo para apropriação de sobretrabalho, parece estar perfeitamente desmistificado perante a grande massa de pequenos produtores no ramo do sisal.

Por outro lado, os médios e grandes proprietários representam 12,2% (quadro VIII) dos que nunca comercializaram, e 41,4% (quadro X) dos que comercializam de maneira inconstante. Estas categorias reúnem, em sua quase totalidade, aqueles associados que detém maior número de quotas-partes do capital e que, também, possuem as maiores extensões de terra, principal

ment, se considerarmos os limites superiores de intervalo e de extrato. Particularmente em relação à participação no capital, a disparidade é tamanha, que assimilamos o caráter de ações de sociedade anônima às quotas-partes.

A constatação de que - dentre aquele conjunto - é muito maior o número daqueles que comercializam de maneira in constante, que o daqueles que nunca comercializaram, corrobora, de certa forma, nossa interpretação de que boa parte desses associados aplica capital na cooperativa não só porque este é remunerado, mas também pelo que chamamos de "expectativa futura", pois à medida que a mesma se expande e diversifica a oferta de serviços, tais como: fornecimento de insumos, fertilizantes, defensivos e equipamentos agrícolas; de torta para o gado - a partir do momento em que passou a trabalhar com o algodão -, da mecanização agrícola, etc, os mesmos também se beneficiam, conforme veremos.

Em 1979, o preço do quilo de torta de algodão no mercado girava em torno de Cr\$ 10,00, e a cooperativa o vendia por Cr\$ 3,50. Em 20/12/79, o comportamento da inscrição para utilização de tratores⁵⁵ era o seguinte:

(55) Na relação constavam os nomes dos sete associados que subscreveram ou aumentaram capital no montante correspondente a dois milhões de cruzeiros, parcela de entrada que tocava à cooperativa no financiamento da patrulha moto-mecanizada. Duas máquinas ficariam à disposição daqueles associados, por isso não havia delimitação na utilização das horas, e os mesmos não estão contados entre os 32 associados mencionados.

QUADRO XIV - COOPERSISAL - SERVIÇO DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA
INSCRIÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE TRATORES
(Até 20/12/1979)

Nº DE SOLICITANTES	Nº DE HORAS SOLICITADAS
1	50
2	80
6	100
3	150
7	200
1	250
3	300
1	400
4	500
2	600
1	700
1	1000
32	9.110

$$\bar{X} = \frac{9.110}{32} = 285 \text{ horas}$$

Considerando que um trator de esteira trabalha um (1) hectare na média de duas (2) horas, então a média de 285 horas de trator solicitadas, já nos dá uma idéia da extensão da área a ser trabalhada, o que, por sua vez, indica quais categorias de associados demandam⁵⁶ e se beneficiam do serviço de

(56) É interessante assinalar a diversidade de locais de origem dos solicitantes e o fato de que, dentre os mesmos, alguns nunca colocaram sisal na cooperativa. A "distância" entrava apenas a colocação do produto na cooperativa...

mecanização agrícola.

Um outro dado bastante expressivo do relacionamento cooperado/cooperativa é o da frequência às assembleias. A baixa e decrescente média de comparecimento às mesmas - menos de 10% do total de associados existentes na data de realização da última assembleia no ano de 1979 - nos demonstra a total falta de participação (ver quadro XV) daqueles que se supõe "fazerem" a cooperativa: seus cooperados. O fato de as assembleias de cooperativas funcionarem em terceira convocação⁵⁷ não é novidade, como também não o é a constatação de que os associados sempre presentes às mesmas são aqueles que detêm maior participação no capital, e a de que é desse grupo que saem os ocupantes de todos os cargos administrativos da cooperativa. A validade de tais constatações, entretanto, está na comprovação concreta de uma realidade que nega o comumente veiculado em relação ao cooperativismo.

Por um lado, este quadro comprobatório de que há um esvaziamento total na relação cooperado/cooperativa demonstra, sobretudo, que o objetivo principal de defesa econômica e social dos cooperados, apontado em estatuto, não foi alcançado, já que a grande maioria - que é constituída de pequenos produtores - ao que parece, prefere "defender-se sozinha". A decorrência essencial desta situação é a área de influência da cooperativa se restringir apenas ao Município de Pocinhos, quando pretendia atingir 6 das 7 principais micro-regiões produtoras. Esta é mais uma demonstração de que o verdadeiro caráter do cooperativismo é percebido pelo homem do campo.

Por outro lado, ele sugeriria haver um reflexo negativo no volume de produção que a cooperativa teria ao seu dis

(57) É louvável a honestidade de propósitos e a firme e idealista convicção doutrinária da técnica da EMATER/Pb, Maria de Jesus Farias Gonçalves. Apesar de as assembleias poderem funcionar em 2ª ou 3ª convocação com qualquer "quorum", presenciamos a referida técnica só abrir reuniões na COAGRO, em Cuité, com, pelo menos, 10% do total de associados presentes, justificando que "não era possível uns poucos associados decidirem pela grande maioria".

QUADRO XV - COOPERSISAL - ASSOCIADOS PRESENTES ÀS ASSEMBLÉIAS

A N O	TOTAL DE ASSOCIA- DOS (+)	A S S E M B L É I A S							
		ORDINÁRIA (++)		EXTRAORDINÁRIA			ASSEMBL. REALIZ. TOTAL	SÓCIOS PRESENTES TOTAL	MÉDIA DE COMPA RECIMEN- TO
		Nº de sócios presentes		Nº de Assembl. realizad.		Total de sócio presentes %			
1 9 7 4	60	45	75,0	01	18	30	2	63	31 52,0
1 9 7 5	99	21	21,0	01	26	26	2	47	24 24,0
1 9 7 6	126	32	25,0	03	52	14	4	84	21 17,0
1 9 7 7	145	32	22,0	03	52	12	4	84	21 14,0
1 9 7 8	146	19	13,0	01	18	12	2	37	18 12,0
1 9 7 9	370	28	7,5	01	14	4	2	42	21 5,5

FONTE: Livro de Registro de Atas.

(+) Este total corresponde ao número de associados na data de realização da última assembléia no ano.

(++) A Assembléia Ordinária é realizada uma vez, no princípio de cada ano. Seu objetivo principal é o da prestação de contas.

por para transacionar. Na verdade, por este ângulo a cooperativa não tem problemas, já que o seu volume comercializado é tão expressivo que a colocou em "20 lugar entre as congêneres que fazem exportação, tendo cambiado US\$ 2.423.000 dólares"⁵⁸ no ano de 1979. Vejamos os mecanismos que concorrem para evitar o que deveria ser um problema.

4.5. A CAPITALIZAÇÃO DA EMPRESA COOPERATIVA

Criticando a legislação cooperativista em vigor, MOU RA (1974:95) diz que

"dentre os produtos híbridos da improvisação, podemos referir a solução brasileira dada ao problema da operação com terceiros, estranhos ao quadro social das cooperativas, de que é exemplo típico a resolução baixada a 4 de setembro de 1972, pelo Conselho Nacional de Cooperativismo." (grifos nossos)

De acordo com esta resolução, as cooperativas pode rão operar com estranhos, em valor igual ao das operações realizadas nos três últimos anos, e, para o mencionado autor, "isso constitui estímulo permanente a desvios". Mas não fica só aí. Parece que os "legisladores" "confundiram" tudo, a ponto de pessoas físicas poderem fazer parte de Federações e de Centrais, pessoas jurídicas de cooperativas singulares, etc, etc:

...'Já a presença de pessoas físicas em cooperativas centrais era uma velha concessão às pressões regionalistas dos grupos de influência na década de 30, concessão tolerante, que desde o início teve caráter transitório, porque se esperava que os grupos incorporados fossem gradativamente constituindo suas cooperativas locais. Vimos, porém, que a concessão transitória durou quase quarenta anos! Afinal, um decreto-lei da Revolução de 1966, acabou com a farsa, proibindo terminantemente o ingresso de pessoas físicas em cooperativas centrais. Isso que era uma das melhores coisas, senão a melhor, do decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966 (o que promoveu o 'sanea-

(58) Jornal COOPERSISAL, junho/1980.

mento'), veio a ser restabelecido pela lei vigente, e pior ainda, com o agravante de se estender às federações." ... (grifos nossos)

O referido "doutrinário" ainda não enxergou que estamos na área da "Empresa cooperativista" e que, coerente com seus propósitos e seu papel, o Estado - de quem emanam as leis que beneficiam as minorias - tratou de retirar todos os "impe-cilhos" legislativos à concentração de capital, principalmen-te nos ramos agrícolas ligados à exportação. Mas, no dizer do autor, as medidas são uma "deformação afrontosa ao sistema integracional do Movimento".

É comprando sisal a terceiros - através de agente-, não só na Paraíba como nos demais Estados produtores; é admi-tindo "proprietários de motor" em seu quadro de associados, como também pessoas jurídicas; e, finalmente, participando do esquema de "doações" - tratado adiante - do Governo Federal, que a COOPERSISAL forma seus estoques.

A produção dos associados representa, em média, cer-ca de 63% do volume total comercializado, conforme se pode ob-servar no quadro XVI. Ali relacionamos o volume de sisal colocado pelos cooperados⁵⁹ com o volume total comercializado no período de 1975 à 1979. Considerando que a quantificação do produto colocado pelo cooperado foi realizado com base em nosso levantamento das Notas Fiscais de recebimento do produto do associado pela Usina, portanto, antes de o sisal passar pe-

(59) Apesar de termos levantado os dados da produção colocada pelos associados no ano de 1974 - a partir de maio, pois a cooperativa foi fundada em abril - preferimos traba-lhar com dados a partir de 1975, já que não conseguimos informações oficiais da cooperativa, quanto ao volume co-mercializado naquele ano. A Revista Ação Associativa nº 3, do INCRA, 1978, indica que a COOPERSISAL exportou - 24.000 kg em 1974, enquanto, na mesma, a informação foi de que no primeiro ano de funcionamento não se realizou exportação.

QUADRO XVI - COOPERSISAL - SISAL COLOCADO PELOS ASSOCIADOS/

VENDAS TOTAIS. 1975 a 1979

ANO	PRODUÇÃO DOS ASSOCIADOS		VENDAS TOTAIS		A/C	B/D
	(A) Quant. kg	(B) Valor Cr\$	(C) Quant. kg	(D) Valor Cr\$		
1975	2.178.898	5.556.935	6.523.992 ⁽⁺⁾	24.041.946	33,4	23,1
1976	2.608.376	6.549.793	7.331.215 ⁽⁺⁾	25.073.102	35,5	26,1
1977	2.758.541	8.929.984	2.337.356	10.864.007	118,0	82,2
1978	3.260.252	15.026.930	3.432.041	21.270.919	95,0	70,6
1979	2.209.994	16.465.697	6.887.424	90.294.917	32,0	18,2

FONTE: Faturas de Vendas (mercado interno e externo); Balanços Gerais e Notas Fiscais de recebimento do produto dos associados.

(+) Quando procedemos ao levantamento das vendas através das faturas, não conseguimos subsídios quanto ao volume da produção vendida nesses anos. Esta quantidade foi estimada da seguinte maneira: pegou-se os valores das vendas para os mercados interno e externo - citados em balanços - e dividiu-se pelos respectivos preços médios de venda no ano. 1975 foi o único ano em que a quase totalidade da produção se destinou ao mercado interno, pois, excluindo o primeiro ano de funcionamento, nos demais a maior parte das vendas é para o mercado externo, conforme o ANEXO VI.

$$\bar{x}_{A/C} = \frac{313,9}{5} = 62,8\%$$

$$\bar{x}_{B/D} = \frac{220,0}{5} = 44\%$$

* Ver anexo V.

lo processo de beneficiamento⁶⁰ onde, geralmente, ocorre "quebra de peso", e que não se averiguou o estoque anual, então a média em apreço pode até ser inferior. Esta observação é válida também para a comparação entre os valores pagos pela produção do associado e os valores resultantes das vendas totais no ano, onde a média, bastante inferior à primeira, é de 44%.

O baixo volume de vendas que se observa nos anos 1977 e 1978, deve-se à queda das vendas no mercado externo devido a dois fatores principais: formação de estoques nos países europeus e concorrência do fio sintético que entrara firme no mercado durante a fase de alta dos fios de sisal. Mesmo que os preços do sisal entrem em declínio por curtos períodos, isto não afeta as grandes empresas, pois nesses períodos, sob a desculpa de "comércio ruim" os preços pagos aos verdadeiros produtores - pequenos proprietários e trabalhadores da agave - caem estrondosamente, sendo este o mecanismo que propicia a formação de estoques quer a nível micro ou macro-empresa e governo.

E através do esquema descrito e ainda com a contribuição de todos os incentivos fiscais e financeiros que o Estado põe à disposição das cooperativas - e por isto as mesmas possuem as melhores condições para competir no mercado - que a COOPERSISAL cresce. O rico "veio" sisaleiro tem propiciado a fabulosa expansão, no entanto as sobras líquidas à disposição da Assembléia, resultantes das atividades totais, relativamente, têm decrescido anualmente:

(60) É muito pequena a quantidade de sisal já beneficiado que a cooperativa recebeu de associados, por isto não se faz a distinção. Em Pocinhos, por exemplo, existe apenas um associado que possui usina de beneficiamento, mas este coloca o produto raramente.

QUADRO XVII - COOPERSISAL - SOBRAS LÍQUIDAS

1975 a 1979

ANO	SOBRAS LÍQUIDAS	
	do Sisal Cr\$	Totais (+) Cr\$
1975	505.890	505.890
1976	788.205	788.205
1977	2.178	2.178(++)
1978	335.704	407.524
1979	6.385.945	154.120

FONTE: Balanços Gerais

(+) À disposição da Assembléia.

(++) A explicação que conseguimos para tamanha queda foi a de retração das vendas.

Pelos Balanços Gerais verifica-se, em 1978 e 1979 , constantes e alternados prejuízos quer no setor do algodão, no de mecanização agrícola, no de revenda, etc. Considerando que o até aqui comentado demonstra perfeitamente que o "modus-operandi" da cooperativa se aproxima do funcionamento de uma empresa sociedade anônima - aliás, é difícil encontrar a diferença real⁶¹ - achamos desnecessário: aprofundar a discussão

(61) A Lei 5.764/71 estabelece, em seu Art. 28, a criação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES, "destinado à prestação de assistência aos associados, ~~seus~~ familiares e, quando previsto em estatuto, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas no exercício." Não tomamos conhecimento de nenhuma promoção da COOPERSISAL dentro do que prescreve o FATES.

Analisando o problema da utilização de Fundos pelas cooperativas MOURA (1974) diz: "Não acreditamos que as cooperativas estejam efetivamente utilizando (...) os fundos disponíveis para promoverem a educação, pelo menos entre os próprios associados. É mesmo possível que, como

no que concerne à distribuição - os diversos mecanismos pelos quais os sócios que exercem a liderança se remuneram já são por demais conhecidos: altos honorários, viagens, despesas suntuárias, etc -; fazer análise financeira e diagnóstico de sua expansão. Com o arsenal de incentivos fiscais e financeiros postos à disposição da elite dominante na exploração da agave e, particularmente, da que está agrupada sob a forma de "Empresa Cooperativa", que se verá a seguir a tendência é a superação das "fases difíceis" e ela acumular cada vez mais capital.

4.5.1. O ESTADO: "PATERNALISMO" PROVIDENCIAL!

Em documento intitulado "Pré-EGF Capitaliza Cooperativas" (ver anexo IX), a Comissão de Financiamento da Produção (1979) diz:

"Com o objetivo de proporcionar capital de giro às cooperativas e às CIDAS (Companhias Integradas de Desenvolvimento Agropecuário) para que elas possam adquirir a produção de agricultores de 'baixa renda', o Governo Federal instituiu, em 1978, uma linha de crédito denominada Pré-EGF".

Para nós o documento revela o verdadeiro caráter do cooperativismo implementado pelo Estado, pois, contrariamente ao seu rotineiro discurso mistificador de o cooperativismo se contrapor à intermediação, de ser a maneira de o agricultor se defender da exploração, etc, aqui se diz claramente que o objetivo é adquirir a produção de agricultores de "baixa renda". Mesmo que ele esteja engajado à cooperativa, quem se capitaliza é a fração dominante dentro da mesma, e ele continua sendo "um baixa renda".

O Pré-EGF é o que se poderia chamar de uma boa "escanteada" na rede de intermediação - logicamente que no seu

acontece com os demais fundos (inclusive o de reserva), esteja sendo utilizado como capital de giro, visto que nenhuma notícia especial encontra-se nos relatórios a respeito de cursos e programas educativos." (pg. 87).

segmento mais fraco, ou seja, "agentes compradores" e "proprietários de motor" -, pois supre a "cooperativa" de capital de giro permanentemente, ao mesmo tempo em que contribui na sua capitalização. O dinheiro é liberado em uma única parcela, mediante a emissão de Nota de Crédito Rural (NCR), cujo prazo de vigência é de 90 dias para o guaraná e 120 dias para os demais produtos, aí incluindo-se o sisal. Em ambos os casos, o vencimento é prorrogável por mais 60 dias.

"Durante o prazo da NCR, o mutuário deve procurar 'girar', ou seja, reaplicar o capital o maior número de vezes possível. Assim, ao adquirir (a preços nunca inferiores ao Preço mínimo) a produção de agricultores de 'baixa renda', ele deve, em seguida, vendê-la no comércio ou negociá-la com o governo (através de um EGF ou um AGF). Por sua vez os recursos obtidos nessa operação são empregados em novas compras junto a produtores para posterior venda no comércio ou negociação com o governo. E assim, sucessivamente." (grifos nossos).

O EGF e o AGF são outro "veio". Através deles o Governo adquire a produção e depois faz o "rateio" entre exportadores de fibra e indústrias. De acordo COM LEPESCH (1978) foram adquiridas as safras de 1974/75 e de 1975/76, em sua totalidade, representando, respectivamente, 188 mil e 170 mil toneladas.

"... conforme foi previsto na fixação daquela safra, quando foi mantido o preço mínimo da safra anterior, o governo viabilizaria as exportações de sisal através de um programa de venda de seus estoques aos exportadores subsidiando a diferença entre os custos totais do estoque e o preço externo. Essa diferença era paga em fibra de sisal. O mesmo esquema foi montado junto às indústrias de 'baler twine' com o objetivo de mantê-las operando normalmente, efetuando doações de fibras, equivalentes à diferença de preços entre o custo do estoque do governo e o que a indústria poderia pagar, a cada exportação efetual." (grifos nossos).

A participação de cada segmento beneficiado com este esquema criado à época por uma contingência de mercado e que continua sendo adotado⁶² pode ser visto no quadro a seguir:

QUADRO XVIII - VENDAS DE SISAL BENEFICIADO DOS ESTOQUES DO GOVERNO FEDERAL

Destino	1 9 7 6		1 9 7 7	
	Quant.(ton)	%	Quant.(ton)	%
Ind. de Celulose	39.817	21,8	40.166	38,9
Ind. de "baler twine"	21.255	11,6	20.386	19,6
Outras Ind. (1)	20.010	11,0	23.150	22,5
Export. de Fibra	101.730	55,6	19.419	18,8
TOTAL	182.812	100,0	103.121	100,0

"FONTE: CFP/DO/GECOM (Sergio Lepesch, agosto de 1978)

(1) Indústrias de tapetes, mantas, colchões, cordas, etc."

Particularmente para a cultura do sisal, a ELECTROCONSULT DO BRASIL LTDA (1978) ainda nos dá o seguinte elenco:

"A Resolução nº 398, de 1976, do BACEN (Banco Central) estabelece programas de financiamento à produção para exportações. No caso do 'baler', o financiamento corresponde a 30% das exportações efetivamente realizadas no ano imediatamente anterior, mais 20% do incremento havido nas exportações da empresa no ano anterior relativamente ao ano que o antecede. De três em três meses a CACEX emitirá certificado adicional correspondente a 20% do incremento obtido em cada quadrimestre, comparativa -

(62) Até 17/12/79, a COOPERSISAL tinha adquirido 796,000kg de sisal da CFP, no valor de Cr\$ 5.701.780,00, portanto, ao preço médio de Cr\$ 7,16 o quilo. Na medida em que o sisal recebido é negociado ao preço de mercado os "favorecidos" se beneficiam, ao mesmo tempo em que provocam uma baixa de preço que vai afetar, principalmente, os pequenos produtores.

mente com igual período do ano anterior. Os juros dessas operações são de 8% a.a. e o prazo é de um ano. Esta Resolução cria a primeira forma de incentivo financeiro, que é a de crédito subsidiado.

O Banco do Brasil possui uma linha de crédito rotativo que complementa o financiamento estabelecido pela Resolução 398, no caso do 'baler' em mais 10%, com juros de 15% a.a., ou, em se tratando de empresas das Regiões Norte e Nordeste, com juros de 12% a.a. Esta linha só atende a indústria e tem prazo inicial de 180 dias, prorrogáveis a 360 dias. Novamente, tem-se outra fonte de incentivo financeiro, visto o preço do dinheiro (12 a 15% a.a.) ser inferior a taxa de inflação.

Existem também concessões de crédito, por parte do Banco do Brasil, para investimento e custeio de novos plantios ou renovação de lavouras de sisal. O estudo para concessão do crédito para novos plantios só pode ser feito através de projeto elaborado pela EMATER, a qual recebe, por isto, 2% do valor do investimento.

Dentre os incentivos fiscais destaca-se o ressarcimento de tributos, regulado pelo Decreto-Lei nº 491, de 1969, regulamentado pelo Decreto nº 64.833, de 1969. Segundo estes documentos legais, os fabricantes-exportadores de 'baler' poderão se creditar, em sua escrita fiscal como ressarcimento de tributos, da importância correspondente ao IPI (36%), calculado como se devido fosse sobre o valor FOB, em moeda nacional, de suas vendas de sisal ('baler') ao exterior.

No caso do imposto de renda, há o incentivo fiscal na forma de isenção de recolhimento da parcela tributável das exportações de sisal.

Decreto 1.189 isenta as indústrias de 'baler' do imposto de importação e do IPI, as importações de bens (máquinas, equipamentos, aparelhos, partes, peças, acessórios, matérias-primas, embalagens etc), em valor não superior a 10% do incremento das exportações em relação ao ano anterior.

O Decreto-Lei nº 1.248 estabelece que as operações decorrentes de compra de mercadorias, no mercado interno, quando realizadas por empresa comercial exportadora, para o fim espe-

cífico de exportação, terão o tratamento tributário previsto neste Decreto-Lei nº 491 e os previstos pelo Decreto nº 71.866, de 1973. Em última análise, o industrial que venda no mercado interno, a uma firma exportadora, goza dos mesmos incentivos fiscais como se expor - tasse em conta própria."

Este conjunto de incentivos fiscais e financeiros e mais o "apoio" que certamente ainda será dado pelo Estado para que o "cooperativismo" seja o canal implementador das mudanças tecnológicas que a conjuntura econômica no ramo sisaleiro requer, provavelmente, terá como consequência a solidificação das duas "cooperativas" existentes na Paraíba engajadas nessa atividade. A Cooperativa Agrícola do Curimataú Ltda - COAGRO, de Cuité, por enquanto, alcançou apenas o estágio de beneficiamento do sisal, restando galgar o da exportação e o da manufatura. Essa situação fez com que, ao principiarmos nosso trabalho, supuséssemos que a mesma seria incorporada pela COOPERSISAL. Mas enquanto esta deu o seu "grande salto", supomos que a COAGRO parece ter dado "o pulo do gato". No elemento definidor de todo o esquema de poder - a nível do setor primário -, a modernização do processo de desfibramento, ela conseguiu colocar-se em igualdade de condições para "negociar" e não ser "tragada".

Para a fração dominante agrupada na COOPERSISAL, a situação já está quase estabilizada. Ela conseguiu inserir-se nos quatro principais pontos estratégicos do mercado sisaleiro: beneficiamento, exportação de fibra, industrialização e exportação do manufaturado, o que representa a supressão dos seguintes grandes concorrentes: proprietários de usina, exportadores de fibra, exportadores de manufaturado e "agente comprador" das fábricas manufatureiras. A concentração de capital está perfeitamente viabilizada, já que a renda fundiária, o capital comercial e o capital industrial formam aqui um só corpo.

De qualquer modo que se defina a situação concernente ao processo de desfibramento, ela afetará profundamente o conjunto dos agentes sociais envolvidos na exploração do sisal na Paraíba. Para os grandes proprietários de terra restará a opção de engajar-se numa das duas cooperativas - se não surgir outro grupo com bastante força política para formar mais uma -; os pequenos proprietários de terra, os "proprietários de motor" e os demais trabalhadores - verdadeiros produtores - terão como opção apenas sofrer as consequências da modernização da cultura sisaleira. Esse é o lado principal da questão que nos resta ver. E esses efeitos só são claramente percebidos quando se desce a análise ao nível da estrutura produtiva, o que é feito a seguir. Enfocamos o município de Pocinhos porque ele se constitui, por enquanto, na principal área de atuação da COOPERSISAL. Mas, de modo geral, as condições vigentes no mesmo com relação à exploração do sisal são similares às vigentes em quase todos os municípios produtores de sisal na Paraíba.

4.6. POCINHOS E A MODERNIZAÇÃO DO SISAL: PROGRESSO PARA QUEM?

O Censo de 1970 acusa uma população total de 14.354 habitantes em Pocinhos, dos quais, 10.315 vive na zona rural e 4.049 na zona urbana. A densidade demográfica, com base nesses dados, é de 23 hab/km². Sendo uma população predominantemente rural, vejamos com que recursos naturais e materiais a mesma conta para sobreviver, o que define, em última instância, o grau de desenvolvimento da mesma.

4.6.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.6.1.1. Características Geográficas

O município de Pocinhos está situado no Planalto da Borborema, no começo dos "Cariris Velhos". Ao poente está por completo nos Cariris, e ao nascente na Região Agreste. Limitando-se com os municípios de Cuité, Remígio, Esperança e Campina Grande, a cidade de Pocinhos tem uma altitude de 624m acima do nível do mar, segundo o Conselho Nacional de Estatística. Com relação à sua área, há divergência. Em dois documentos distintos, porém de uma mesma fonte - Departamento Estadual de Estatística-menciona-se 618 km² e 736 km².

O clima é considerado relativamente frio e seco; a temperatura oscila entre 18° e 30°, sendo considerado "um dos melhores do Estado", conforme dizem seus habitantes, já tendo existido, segundo alguns, até "uma casa de repouco para tuberculosos".

As chuvas vão de março a julho, e, às vezes, de abril a outubro, porém sua distribuição não é regular. Apresenta uma índice pluviométrico de 40 mm em média. No que toca ao relevo, o Município não apresenta acidentes geográficos de destaque. O terreno é ligeiramente ondulado e, em boa parte, existem rochas. Algumas delas, por sua formação natural, contêm cavidades que permitem o armazenamento de água da chuva, formando pequenos "açudes". Um desses "maiores" açudes abastece a população do bairro denominado Cacimba Nova e adjacências. O outro "maior" tem sua água utilizada na lavagem de roupas, o que é feito no local, pois as rochas também servem de quaradouro e secador, fornecendo aos olhos um verdadeiro espetáculo de cores. No Agreste o solo é arenoso, e, no Cariri, argiloso. Porém existem solos de diferentes qualidades, segundo informação do técnico de EMATER - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural / Pb-, e essa variedade permite a exploração de diversas culturas. No Agreste o cultivo mais

intenso é de produtos de subsistência: milho, feijão, mandioca, batata-doce e batatinha. No Cariri a cultura dominante é a de agave, existindo, também, em reduzida escala, a de algodão.

A vegetação é baixa, de uma forma geral. Em sua maioria, constitui-se de cactos, macambira, xique-xique, faxeiro, cardeiro, etc. Mesmo em terrenos rasos, se a evaporação da água das chuvas não for acelerada, cresce um tipo de pasto natural.

Quanto aos seus recursos minerais, por enquanto, se resumem a algumas jazidas de pedra calcarea e argila - em exploração -, pequenas minas de xelita, além de existir um projeto para exploração de bentonita.

É importante ressaltar que, em 1977, foi detectada a existência de radioatividade⁶³ e, à época que fazíamos nosso estudo exploratório na área (1978), técnicos da NUCLEBRÁS estavam fazendo prospecções na propriedade do sr. Apolônio de Melo, além de andarem esquadrinhando todo o Município. O referido proprietário não nos informou o tamanho de sua propriedade (observamos que do local da prospecção até o início da cidade são 6 km), mas contava muito satisfeito que:

"... teve dia di eu contá nove home lá em casa, e veio até um coroné di verdade, qui mi deu o cartão com o endereço dele no Rio..."

Quando perguntamos se haviam indenizado o sisal arrancado do local da prospecção, ele respondeu:

"... eles mi dero dez mil pela agave qui tive ro di tirá daqui prá butá as máquina. Eu num fiquei muito sastifeito não, mais sabe cumo é né?... eles vem cum aquelas cunversa bunita, diz qui a dispesa é muito grande prá fazê um negócio desse, aí a gente si conforma."

(63) Certamente, foi através de método do tipo utilizado no Projeto RADAM, pois alguns entrevistados aos quais perguntamos como foi descoberto o urânio, assim se expressavam: "primeiro a gente via um avião de vez em quando vuando por aqui. Depois aparecero uns home com uns papezinho

A nível formal não foi divulgada qualquer informação concernente à dimensão da jazida ou ao seu teor, apesar de a imprensa ter tentado extraí-las à época:

"Os técnicos da firma Nuclebrás Auxiliar de Mineração S/A, com sede em Recife, que atuam naquele município sob a coordenação do geólogo alemão Stache Andreas, já expediram uma orientação oficial ao prefeito Silvio Souto, no sentido de não serem prestadas informações aos repórteres que atualmente têm assediado a aquele município para colher dados sobre a mina de Urânio descoberta recentemente e que é hoje um fato consumado." (Diário da Borborema, Campina Grande, 5/11/78 - "Técnicos que - rem sigilo sobre o Urânio encontrado em Pocinhos".)

Também o jornal O Norte, de João Pessoa, cobriu o assunto numa série de três reportagens e, na de 23/10/78, destacamos o seguinte trecho:

"Trabalhando em regime de 24 horas por dia, a Nuclebrás Auxiliar de Mineração S/A, está fazendo perfurações com suas três sondas, que variam de 80 a 270 m. Um dos funcionários da empresa (que não quis dizer o nome, para evitar complicações futuras) afirmou que à medida que perfuramos no sentido da cidade, encontramos melhor matéria-prima, numa profundidade menor." "

Aliás, os entrevistados com os quais falávamos do assunto sempre afirmavam: "onde eles bota o apareinho por aqui o bicho fica zunindo; tem urânio até dibaixo da igreja", e graçejavam dizendo: "as amostras tão saindo de caminhão!"

Desse modo, no que toca a Recursos Minerais, está comprovado que Pocinhos também é detentora da "riqueza do terceiro milênio", o urânio. Esperemos que tal minério, que acreditamos existir em todo o solo nordestino com características idênticas

que tinham uns caminho desenhado e perguntano por onde se chegava até o locá, que era a propriedade de Apolonio..."

ticas às daquele município, venha, de fato, a promover a redenção não só do mesmo, mas de toda a Região.

4.6.1.2. Organização Econômico-Social

1. Infra-estrutura

Existe uma rede de distribuição implantada há 10 anos, mas a cidade não tem abastecimento d'água por esta via. Segundo informações, a dificuldade de implantação reside no fato de não existir manancial natural, visto que não existem rios perenes com condições propícias, já que a água é salgada. O abastecimento mais próximo do centro da cidade provém de um "chafariz", e existe um carro-tanque da Prefeitura que faz a distribuição nas casas, cujo preço, à época, era de Cr\$ 40,00 o carro. Para se ter uma idéia, à mesma época, os "puxadores", categoria melhor remunerada no trabalho da agave, ganhavam Cr\$ 700,00 a Cr\$ 800,00 por semana. Uma outra forma de distribuição é através de "latas" carregadas por burros. O preço da lata d'água era de Cr\$ 3,00.

2. Educação

A rede de ensino está composta de 85 escolas na zona rural, 1 (um) colégio (que prepara até o 2º grau) pertencente à Prefeitura Municipal, 1 (um) grupo estadual e mais 3 (três) municipais. A Prefeitura comprou um ônibus para levar e trazer estudantes universitários que estudam em Campina Grande, assim como para servir aos professores não residentes na cidade. O salário dos professores variava em torno de Cr\$ 180,00 a Cr\$ 500,00, quando o salário mínimo girava em torno de Cr\$ 2.000,00. Somente duas professoras ganhavam Cr\$ 1.000,00 mensais, e assim mesmo porque tinham mais de 25 anos de magistério. Normalmente, as professoras que ensinam na zona rural têm apenas a 1ª fase do 1º Grau ou o antigo Primário.

3. Saúde

Em termos de saúde, há um hospital-maternidade que mantém convênio com o FUNRURAL e o FUSEP, mas atende à população em geral, independente dos convênios, e gratuitamente. Há um médico de plantão permanente (são dois que se revezam) que, aos sábados e domingos, são auxiliados por dois estagiários (sexanistas de Medicina). Por causa da feira aos sábados, o movimento é maior em fins de semana, pois os trabalhadores retornam do campo. Não existe ambulância, mas há um carro da Prefeitura especialmente para carregar os doentes.

O Sindicato Patronal e o dos Trabalhadores Rurais mantêm permanentemente, um médico e um dentista, este último para todo o tratamento, exceto o de canal.

4. Indústria - Comércio - Bancos

No município de Pocinhos não existem indústrias nem, tampouco, Bancos. Quanto ao Comércio, há um Mercado Público, um mercadinho particular e algumas mercearias.

4.6.2. A PRODUÇÃO DE SISAL

Todas as autoridades que entrevistamos - Prefeito, ex-Prefeitos, técnicos da EMATER etc, resumiam as atividades econômicas do Município em:

"70% produção de sisal;

20% pecuária (gado bovino e caprino, este em maior proporção);

10% algodão."

A agricultura de subsistência, apesar de relativamente acentuada, não é considerada expressiva em termos econômicos. Conforme já foi visto, é realmente o sisal quem tem maior peso na renda gerada: 70,6%, e, considerando o quadro geral, acima exposto, que retrata o estágio de desenvolvimento em que se encontra o Município, achamos necessário fazer uma retrospectiva histórica da produção de sisal, para poder situá-la atualmente.

4.6.2.1. Retrospectiva Histórica

O cultivo da agave foi iniciado em meados da década de 40⁶⁴, e em curto espaço de tempo alastrou-se por toda a zo

-
- (64) A cultura da agave foi introduzida no município de Pocinhos a partir de 1940, pelo Padre José Galvão, conforme afirmação do mesmo e de várias pessoas que entrevistamos na cidade.

"Vim para Pocinhos em 1938. Quando cheguei aqui a pobreza era grande! O povo vivia em torno do criatório: gado bovino e caprino, e das culturas de algodão - que já não era expressiva - cereais e ainda da produção de carne de sol, por causa do clima frio e seco daqui." (pesquisa de Campo, 1978).

O Padre informou, ainda, que Pocinhos foi centro de uma das maiores feiras de gado da Paraíba. Utilizando o "altar" iniciou sua campanha para estimular o povo a plantar a agave "porque aquilo seria o pão do pobre futuramente". Para implementá-la, disse que conseguiu seis caminhos de "bubilhos", através da Secretaria da Agricultura da Paraíba, no Governo de Argemiro de Figueiredo. Conforme declarou, o seu interesse pela agave foi derivado da leitura de revistas mexicanas que falavam sobre a cultura da agave e, como sempre se considerou um homem progressista, sentiu-se desafiado a tentar materializar as suas expectativas.

na carirense. "As áreas de derrubada foram ocupando todos os terrenos disponíveis, pedregosos ou não, dos altos ou dos baixos, inclinados ou planos, segundo a técnica tradicional: corte, queimada e retirada dos troncos."⁶⁵ Pocinhos, de simples vilarejo construído de casas de taipa, transformou-se num pequeno centro urbano, "uma verdadeira pequena cidade".⁶⁶

Já em 1950, grandes áreas antes dedicadas ao algodão e à pecuária haviam sido substituídas pela agave, consolidando-se, a partir daí, sua hegemonia enquanto atividade econômica da região. No biênio 1955/56, existiam cerca de 2.000 hectares plantados, o que significa, pelo espaçamento mais comumente ali adotado,⁶⁷ oito a dez milhões de pés de agave.

A pecuária - atividade ligada à origem da cidade⁶⁸ - embora tenha perdido grandes espaços para essa planta, não foi extinta; manteve-se como atividade econômica subsidiária. Nos anos 50, inclusive, realizava-se uma grande feira de gado em Pocinhos, para onde convergiam os fazendeiros da redondeza. Esta feira, segundo se conta, deixou de existir em virtude do peso dos impostos que incidiam sobre os rebanhos para ali trazidos cuja observância teria de ser absoluta, dada a contínua

(65) PROST, G. O Cariri Semi-Árido transformado pela Agave. IN: Revista Brasileira de Geografia, 1967.

(66) Idem, Idem.

(67) BNB - SISAL (Aspectos Técnicos) vol. II. Ceará, 1959. O espaçamento mais comum em Pocinhos é de 2 metros entre as fileiras por 1 metro entre as plantas de uma mesma fila. Neste espaçamento dá, em média, 4 a 5 mil pés por hectare.

(68) Segundo José JOFFILY (1892) "Essa povoação, cujo nome é devido aos pequenos poços que primitivamente formavam o seu olho d'água" principiou quando o casal José Aires Pereira e Emerenciana, "fazendeiros nos Dantas dos índios chamados 'Uriais' e 'Brabo'," edificaram uma fazenda de criação. De 1815 a 1817, foi construída a capela de Nossa Senhora da Conceição. A semelhança de tantos outros povoados surgidos por este país afora, esta capela, pela promoção de festividades religiosas, tornou-se o centro

fiscalização dos agentes do Estado naquele local.⁶⁹

A ocupação do solo em Pocinhos, atende ao padrão sempre presente na agricultura brasileira em que uma atividade de grande valor comercial coexiste com a produção de gêneros alimentícios, embora esta se conserve num "plano apagado"⁷⁰. Assim o foi durante seu primeiro ciclo econômico - o gado - como também durante o ciclo do algodão, havendo, porém, uma distinção essencial entre esta cultura e a da agave: enquanto o algodão - considerada cultura democrática, conforme NOVAES (1980) - alargava espaço para a cultura de subsistência, dada a viabilidade de consorciamento, a agave praticamente o extingue, de vez que a cultura não permite consorciamento, exceto no primeiro e/ou até o segundo ano de uma existência que varia de 12 anos a mais⁷¹.

social do POVOADO, que foi distrito de Campina Grande até meados de 50. "Entre as povoações que existem no Município (Campina Grande), a mais notável é a de Pocinhos..."

(69) Esta informação nos foi dada por produtores e chefes políticos de Pocinhos daquela época.

(70) PRADO JR., C. A Questão Agrária. São Paulo, Editora Brasileira, 1979.

(71) "... O conjunto da plantação, porém, é explorado economicamente até 25 anos porque há um processo de renovação natural contínuo por 'filiação'. Passado esse tempo, o sisal deve ser erradicado, pois o espaço para as plantas produtivas torna-se progressivamente menor, dado que a área útil das fileiras é, cada vez mais, ocupada pelos tocos das plantas mortas. (...) ...O processo de erradicação é muito difícil, especialmente se o campo estiver abandonado, pois os tocos de sisal permanecem ainda por um ano depois da queimada, só apodrecendo depois disto. Além do mais, as raízes formam uma rede muito densa que dificultará muito o preparo do solo". (pags. 35/6). GRABOIS, José & AGUIAR, Ma. de Jesus N. Os Sistemas Agrícolas Tradicionais e os Elementos de Modernização no Sertão Ocidental da Paraíba, Campina Grande, UFPb, Departamento de Sociologia e Antropologia, 1980. Mimeog. 68 pag.

Este fato já deixava entrever mudanças qualitativas nas relações de produção, pois além de o algodão permitir consorciamento com produtos alimentares - o que propicia redução do seu custo de produção - ainda permitia, e permite no Sertão Semi-Árido onde é cultivada, que parceiros, agregados e moradores se estabelecessem em parcelas da propriedade. Pode-se ter uma idéia da composição da mão-de-obra à época, a partir de dados atuais sobre a mesma, em que, conforme BERNAL (1978), "A predominância da mão-de-obra não-assalariada é marcante, atingindo a participação de 87% da força de trabalho adulta, enquanto a assalariada não chega a 11%". Já na produção de sisal, predomina o trabalho assalariado.

Em termos tecnológicos, a cultura da agave, no município, apresenta grandes contrastes. No despontar da exploração da agave, as fibras eram extraídas das folhas através de uma guilhotinha muito rudimentar. Mas já em 1950, este método primitivo havia sido abandonado e substituído por um outro mais moderno, realizado por "desfibradores do tipo rotor"⁷², os quais totalizavam 70 no município, em 1956, segundo o Registro Industrial. Nessa época, enquanto a grande maioria dos produtores utilizava este motor para o processo de extração da fibra, a Usina Olho d'Água fazia uso de uma máquina tecnologicamente moderna, importada do exterior.

A referida usina, considerada a "maior no Nordeste neste ramo de produção"⁷³, possuía uma máquina esteira automática, de grande porte, que consumia - em média - doze caminhões de folhas de agave, desfibrando-as em jornadas diárias de dez horas de trabalho⁷⁴. Nessa usina, porém, se verifica-

(72) BNB - Sisal, obra citada.

(73) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XVII, Paraíba/Rio Grande do Norte. Rio, 1960.

(74) Foram muito interessantes as declarações de ex-trabalhadores daquela Usina - os que entrevistamos tinham trabalhado por períodos de 8, 15 e até 25 anos, segundo os mesmos - os quais se referiam com bastante entusiasmo e saú-

va grandes contrastes. Apesar de a máquina ser o que existia de mais moderno - na Paraíba - não produzia fibra de 1ª qualidade, pois deixava-a um pouco "ondulada". Para solucionar este problema, ou seja, tirar as deformações provocadas pela máquina, adotava-se a prática de bater com cacetes as fibras - sempre no sentido longitudinal - até que elas ficassem lisas⁷⁵.

Com o surgimento das máquinas polidoras, comumente chamadas de "batedeiras", todas as fibras da região passaram a ser beneficiadas através das mesmas, só que este beneficiamento estava centralizado na Usina e na Exportadora e Importadora Tomé Filho Ltda, surgida no período. É interessante ressaltar que apesar do porte da Usina Olho d'Água, esta não exportava diretamente o produto, canalizava-o para os exportadores.

dosismo ao que se conseguia produzir com a "máquina-es-teira":

"Aqui dava um produto beleza! A máquina era uma 'monstra': consumia 12 carros (caminhões) de água das 6 às 4 da tarde."

"Aqui já teve um movimento muito bonito. Trabalhava home, mulé e minino pra dá vencimento à máquina".

Os prédios da Usina, assim como as casas da "vila de moradores" que os circundam, estão em completa ruína. Em algumas casas, das poucas que ainda não ruíram, vivem em estado de miséria absoluta trabalhadores que dedicaram grande parte de sua vida para enriquecer os donos da mesma. Não receberam a mínima parcela de indenização. Apesar da idade avançada, alguns ainda trabalham "alugado", para não morrer de fome, conforme dizem.

(75) Conforme declarações dos ex-trabalhadores e de ex-proprietários de usina naquela época.

Sob o aspecto da mão-de-obra, no início de sua exploração o sisal absorveu grande número de trabalhadores na implantação e contínua expansão dos campos. No processo industrial (desfibramento/beneficiamento) também era grande o volume de emprego, dada a prática existente de "lavagem" da fibra, hoje totalmente abolida⁷⁶. Os trabalhadores mantinham relação de moradia com os seus patrões - hoje quase inexistente - mas eram remunerados sob a forma de dinheiro pela produção que realizavam semanalmente.

Embora fosse grande o contingente de trabalhadores empregados pelas duas empresas que, praticamente, monopolizavam a produção, ele foi se contraindo tanto pela introdução das máquinas - esteira e polidoras - como pelo abandono da prática da lavagem - que, segundo se apurou, foi devida à dificuldade de água e às "queixas" dos trabalhadores que desempenhavam a função por estarem com as mãos sempre feridas. A migração no período foi intensa, daí porque PINTO⁷⁷ identifica duas correntes imigratórias - em 50-60 - no seu estudo sobre o sisal na Bahia: uma proveniente da Paraíba, "dado o de

(76) Essa prática realmente foi abolida. Entretanto conforme se pode constatar na pesquisa realizada, não há, uma justificativa única para o fato. Alguns dizem que não há praticamente qualquer diferença entre a fibra lavada e a não lavada; outros afirmam que o padrão da fibra foi melhorado com as polidoras automáticas, dispensando a lavagem; há quem diga, ainda, que devido à contínua escassez de água na região, essa prática tornou-se impossível; e, finalmente, outros apontam que por ser a fibra muito corrosiva e, por conseguinte, provocar feridas nas mãos dos trabalhadores, estes passaram a recusar tal serviço.

É provável que a escassez de água e as "queixas" dos trabalhadores aliadas ao beneficiamento propiciado pelas polidoras automáticas, tenham possibilitado a dispensa dessa atividade, de vez que a lavagem da fibra extraía completamente a clorofila melhorando, portanto, seu padrão, que está em função do comprimento e da cor.

(77) PINTO, Maria Novais. "Contribuição ao Estudo da Lavoura Especulativa do Sisal no Estado da Bahia, In: Revista Brasileira de Geografia, 1967.

semprego provocado pela introdução de uma máquina automática "Schmidt : Corona", e outra composta de trabalhadores provenientes de várias regiões durante o período da seca, mas que "re tornam ao lugar de origem nas épocas de chuva".

Como não podia ser exceção à regra, a cultura do sisal promoveu mudanças qualitativas nas relações de trabalho ao formar a classe de trabalhadores assalariados, cuja expansão está ligada às mudanças até aqui mencionadas e às que se processaram no período de declínio do sisal. O saldo das migrações e da fase de retração do sisal, ocasionando relativa escassez de mão-de-obra, foi a adoção generalizada do processo de desfibramento através do "motor". Com isto promove-se outra mudança qualitativa nas relações de trabalho: introduziu-se o trabalho em equipe objetivando, a divisão das tarefas entre os seus membros, onde cada um realiza um trabalho específico que corresponde a uma parte do processo de produção e se torna "um especialista" na sua função.

4.6.2.2. As Condições Atuais

Se em 1956 existiam 70 motores de desfibrar agave, em 1979 existiam 300 motores e 100 turmas, de acordo com estimativa do técnico da EMATER e de proprietários, em Pocinhos.

Através dos "proprietários de motor" - que se inserem, ao mesmo tempo, no processo produtivo e no de comercialização, conforme vimos -, das duas usinas de beneficiamento privadas e da COOPERSISAL - que também tem a sua usina - a produção do município é escoada, respectivamente, para os mercados interno e externo. Para sabermos como está organizada essa produção vejamos primeiro a estrutura fundiária.

De acordo com o INCRA, a propriedade fundiária em Pocinhos está distribuída da seguinte forma:

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	IMÓVEIS		Á R E A	
	Número	%	Hectares	
Menos de 10	422	46,27	1.859,8	3,10
10 a menos de 100	355	38,93	11.460,5	19,11
100 a menos de 1.000	128	14,03	35.722,8	59,26
1.000 a menos de 5.000	7	0,77	10.937,6	18,23
Mais de 5.000 ⁷⁸	-	-	-	-

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais/4 - Cadastro de 1976

Como não podia deixar de ser, existe um grande contraste entre o primeiro extrato - imóveis com menos de 10 ha - e o último - de 1.000 a menos de 5.000. Enquanto aquele corresponde a quase 47% do total de imóveis ali existentes e ocupa, apenas, 3,1% da área total, esse último, embora represente menos de 1% do número de imóveis, detém uma área de 18,23%.

Ainda, conforme classificação daquele órgão, 624 dos imóveis, ou seja, 68,4% do total existente, são MINIFUNDIOS; 2 imóveis estão classificados na qualidade de empresas rurais; e 286 (31,4%) são considerados LATIFUNDIOS POR EXPLORAÇÃO⁷⁹.

Continuando, nos valem da análise das relações de trabalho feita por LUCENA⁸⁰; nos diz que, em Pocinhos, as propriedades de até 10 hectares dedicam-se, em sua maioria, ao cul

(78) Constatamos que existem, pelo menos, 3 propriedades com mais de 5.000 ha. Ver nota 50.

(79) INCRA, Estatísticas Cadastrais/e - 1976.

(80) LUCENA M^a. de Lourdes R. Mão-de-obra no Sisal: Características e Tendências. Projeto de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Economia. UFPb, "Campus" II, Centro de Humanidades. 1979.

tivo de produtos de subsistência - principalmente se localizados no Agreste - sendo trabalhadas pelos seus proprietários, ou por terceiros, sob a forma de parceria ou arrendamento. Em qualquer das três condições, o objetivo é o consumo por parte de seus produtores, portanto, a parcela que for levada a mercado pode ser considerada "excedente". A mão-de-obra empregada é, fundamentalmente a familiar, mas nas épocas de plantio, eventualmente, utiliza-se mão-de-obra assalariada.

Esses produtores - principalmente os localizados no limite inferior a médio do extrato - vendem, normalmente, a sua força de trabalho nos campos de agave - temporária ou permanentemente - como meio de suprir as suas necessidades básicas, deixando a sua unidade produtiva entregue à família. Desse modo se articulam com o capital, tanto provendo o suprimento de gêneros alimentícios indispensáveis à reprodução da massa de trabalhadores despossuída de meios de produção, como fornecendo sua força de trabalho a baixo preço - pois as suas unidades produtivas lhes propiciam complementar o salário -, e, ainda, mantendo, na área, um exército de reserva de força de trabalho potencial constituído pelas suas respectivas famílias.

Já nas propriedades que cultivam a agave - que se dá sobretudo no limite superior desse extrato de área localizada no Cariri - a produção é totalmente voltada para o mercado. Entretanto, esses minifundiários não possuem "motores" para realizar o desfibramento da folha de agave, e por isto vendem a sua produção na "folha", ou pagam aos proprietários desses motores para efetuarem o desfibramento. Em ambas as formas os mesmos são explorados, de vez que os preços pagos pelos compradores ou cobrados pelos desfibradores, estão sempre abaixo dos de mercado.

Sob a ótica capitalista, tais mecanismos se configuram numa excelente forma de apropriação do sobretrabalho incorporado ao produto. Produzindo a custos mais baixos, tanto pela ausência de qualquer tecnologia, como pela utilização da mão-de-obra familiar em longas jornadas de trabalho, esses mi

nifundiários transferem seu sobretrabalho para a classe capitalista, ao vender sua produção a baixos preços.

Quanto às semelhanças entre essa faixa de produtor e aquela que produz gêneros alimentícios, estão na utilização predominante da força de trabalho familiar e na dependência que ambas têm de suas atividades agrícolas para subsistirem e reproduzirem a família.

Nas propriedades de mais de 10 hectares a menos de 100, a cultura predominante é a da agave. A produção de subsistência aí é em menor escala.

O espaçamento⁸¹ comumente adotado no plantio só permite o consorciamento com produtos de subsistência até os dois primeiros anos de vida dessa planta, em virtude do espaço que as suas raízes e folhas ocupam. Como o ciclo de vida da agave é muito longo - em média 12 anos - essa prática é quase inexistente em Pocinhos. Por essa razão, geralmente, não se encontra, nessas áreas produtoras, outros tipos de relações de trabalho, como a parceria e o arrendamento, sendo o assalariamento a forma usual.

A prática de venda na "folha" e, principalmente, a de pagamento pelos serviços de desfibramento ou descorticamento, são muito difundida, especialmente naquelas propriedades que estão mais próximas do limite inferior do extrato.

Essas propriedades, assim como os minifúndios, vivem inteiramente ausentes dos veículos de assistência técnica e creditícia do Governo, segundo a autora. Para tal fato, os órgãos oficiais⁸² alegam que, além de terem pequenos lastros pa

(81) O espaçamento comumente usado é o de "2x1" (dois metros entre fileiras e um metro entre plantas, na fileira). Adotando-se fileiras duplas, com um espaçamento de 5 metros entre cada dupla, pode-se fazer o consorciamento. Entre tanto, esta técnica exige largas extensões de terra.

(82) Informação do técnico da EMATER em Pocinhos.

trimoniais, essas propriedades estão muito pulverizadas na região, tornando-se anti-operacional e anti-econômico estender-lhes assistência.

Entretanto, a ausência dessa assistência também é fator que contribui para a reprodução das atuais condições de relativa pobreza em que vivem os pequenos produtores, pelo corte prematuro das plantas e pelo número de cortes que fazem por ano⁸³, além do desordenamento que se observa no plantio, o que provoca, dia a dia, a diminuição de sua produção. Portanto, mesmo dispondo de maiores áreas, essas propriedades enfrentam, praticamente, as mesmas dificuldades de reprodução que as do extrato anterior.

Acima de 100 ha a menos de 5.000 ha, extrato que envolve médias e grandes propriedades⁸⁴, o panorama é bem outro.

Dispondo de grandes áreas que permitem a produção extensiva além de contarem com assistência técnica e creditícia, essas propriedades exercem o controle da produção sisaleira no Município.

Nesse extrato de propriedade se observa, quase sempre a realização de todo o ciclo produtivo do sisal, desde a recuperação de campos antigos e implantação de novos, até o descorticamento da folha. Em algumas propriedades - limite superior do extrato - esse ciclo é ainda mais completo, pela presença de uma usina de beneficiamento da fibra que funciona quase ininterruptamente.

Esses proprietários possuem seus próprios motores desfibradores - cujo número varia em função do tamanho da propriedade - os quais são mantidos em funcionamento permanente,

(83) O ideal seria um corte anual, mas a maioria dá dois cortes e até três por ano.

(84) A autora esclarece que chama de médias propriedades aquelas com mais de 100 ha e menos de 1.000 ha; e de grandes propriedades aquelas com mais de 1.000 ha. Porém se considerarmos que a produção mínima econômica estimada é de 36 ton. e que a produtividade média por hectare, em Poci

por equipes de trabalhadores assalariados. A agave cultivada em largas extensões de terra, mesmo submetida apenas a um ou dois cortes anuais, propicia trabalho continuamente. Os motores só param por ocasião de longos períodos de estiagem em virtude do murchamento das folhas, as quais, entretanto, se recuperam tão logo caiam as primeiras chuvas.

A mecanização ainda se restringe somente ao descorticamento, na maioria dessas propriedades. Entretanto, encontram-se alguns tratores⁸⁵ de larga potência - naquelas situadas no limite superior do extrato - que são utilizados na fase de preparação do terreno para o plantio.

Observa-se, em algumas, variação na técnica do espacamento, todavia não adequadas ao consorciamento com outras culturas além do prazo de dois anos, já referido.

Finalizando, LUCENA diz que os proprietários principalmente os que se situam no limite superior do extrato - difficilmente moram em suas propriedades. Residem em Campina Grande ou em outros municípios próximos, ou, ainda, na zona urbana de Pocinhos. Apesar disso, não é muito frequente a presença de administradores, os proprietários as dirigem diretamente mesmo quando nelas não residem.

No que concerne à mão-de-obra na exploração da agave, ela é constituída tanto por trabalhadores que não possuem qualquer meio de produção, como pelos pequenos proprietários de terra e pelos "proprietários de motor". Ao contrário das duas primeiras categorias, esta última tem um certo poder de barganha dentro do processo, conforme já foi visto.

Na fase de implantação ou recuperação de campos de

nhos, é de 700 ha, então o limite inferior do extrato sobe para 200 ha.

(85) Acreditamos que o ^{uso} de tratores deve ter aumentado, a partir de 1980, com a patrulha moto-mecanizada adquirida pela COOPERSISAL.

sisal, que envolve as tarefas de destocamento, limpeza do terreno e plantio, contrata-se (emprasta-se) turmas de trabalhadores para efetua-las. Não há discriminação de sexo ou idade para realização deste trabalho, e mulheres e crianças são largamente empregadas. A discriminação somente se manifesta através de salários, de vez que a "diária" paga às mulheres corresponde à metade da "diária" paga aos homens, e o pagamento dos menores não é fixado. Se na propriedade houver moradores - geralmente é um e no máximo três - estes também se incorporam ao trabalho, juntamente com a família, sendo que recebem de acordo com a forma estabelecida pela relação de moradia. No caso, os filhos dos mesmos não são remunerados. A duração da jornada de trabalho é de 10 horas - e às vezes mais - por dia.

Deve-se salientar que no caso da "empreitada", a exemplo do que se verifica em outras culturas, também atuam os "turmeiros" - pessoas que contratam trabalhadores, também conhecidas por "gatos" - com os quais a mesma é acertada.

Na fase de colheita/desfibramento, na qual trabalham, geralmente, 8 pessoas por motor (ver nota 27), quer sejam em motores pertencentes ao "proprietário de terra" ou aos "proprietários de motor", todos recebem seus salários por produção, na base de quilo de fibra "verde" (molhada) produzida, cujos preços em maio de 1980, eram de: Cr\$ 0,50 para "puxador"; Cr\$ 0,40 para "cortador" e Cr\$ 0,35 para os demais. Para efeito comparativo, no mesmo período, o sisal era comercializado no mercado a Cr\$ 15,00 o quilo. Constatamos que os menores que exerciam funções de adulto - inclusive a de "cortador" - recebiam salários mais baixos.

A duração da jornada de trabalho é de 10 horas, sendo elástica nas fases de "pico":

"... quando há necessidade de aumentar a produção, eles trabalham das 4 e até das 3 horas da manhã, até as 11; pegam as onze e meia e vão até as 5 da tarde, mais ou menos. Eles tem muito interesse, pois ganham por produção..."
(Um grande proprietário - Pesquisa de Campo)

Na verdade, a necessidade de aumentar seu miserável ganho, leva o trabalhador a desenvolver um ritmo intenso de trabalho - a média de folhas de agave desfibrada por minuto é de 150 - e a aumentar sua jornada, sem levar em conta o desgaste físico que isso lhe provoca. Além do mais, o fato de trabalharem em equipe e de a atividade de cada um ser fundamental para o outro, gera uma vigilância mútua entre os mesmos, de forma que aquele que não acompanha a produtividade média do grupo tende a ser rejeitado por ele. Desse modo, não há despesa com "capatazes" para realizar o trabalho de inspeção, por parte dos "proprietários de terra" ou dos "proprietários de motor".

Dentro da categoria "proprietário de motor", os que possuem um ou dois motores são mais numerosos, conforme pudemos distinguir pelos 26 que são associados da COOPERSISAL. Nesse caso, os mesmos também trabalham no "motor" e, não raro, alguns membros da família trabalham com ele. Pelas condições de vida dos mesmos⁸⁶, que pouco diferem das dos demais trabalhadores, podemos dizer que seriam apenas "trabalhadores melhor remunerados".

O trabalho por produção resulta, assim, numa excelente forma de extração da mais-valia, considerado o estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas no sisal.

Do lado do trabalhador representa um desgaste prematuro de sua força de trabalho, sem uma contrapartida de melhores condições de subsistência. Esse trabalhador, via de re

(86) Visitamos as casas de alguns no bairro Nova Brasília, onde mora boa parte dos trabalhadores da agave. A exceção na condição de vida em relação dos demais trabalhadores, está em a casa ser mobiliada, embora os móveis sejam modestos; em a mulher do mesmo não trabalhar na agricultura e nos filhos poderem frequentar escolas.

gra, passa a semana toda na propriedade, em barracões ou galpões, alimentando-se precariamente com gêneros trazidos de casa⁸⁷, e cozinhando-os no próprio local de trabalho. A sua renda, normalmente, não lhe permite satisfazer as necessidades básicas, sendo muito comum a prática de arrendar ou explorar - em parceria - pequenas áreas, onde cultivam produtos de subsistência, para seu consumo. Toda a família participa desta tarefa durante a semana, porém aqueles que trabalham na agave só assumem o roçado aos domingos sendo este o seu "descanso"!

A desmobilização política dos trabalhadores da agave é total, não se constatando, durante a pesquisa, a menor perspectiva de reivindicação de parte dos mesmos: não têm carteira assinada - documento que a maioria nem possui -, não auferindo, portanto, benefícios da previdência social; geralmen

(87) O almoço comum é feijão com água e sal, farinha e rapadura, e, às vezes, um peixe industrializado e salgadíssimo, cujos apelidos são: 'pió sem ela', 'mulé de cambiteiro' e 'lavô num presta'. Cozinham no próprio local de trabalho, em panelas de barro. Quando esquecem de trazer prato, comem na própria pá de retirar bagaço. Em casa o café da manhã é, geralmente, puro, conforme declararam. O almoço é constituído do mesmo que já foi dito acima, e o jantar - 'para variar' - feijão com farinha - quando sobra do almoço - e café, ou então 'café com bolacha seca'. As habitações dos trabalhadores da agave expressam fielmente o seu grau de miserabilidade: geralmente, o piso é de chão batido, tetos baixos com cobertura de telha e divididas em três compartimentos: sala, quarto e cozinha. Não existe instalação sanitária a água utilizada é proveniente de barreiros que se situam a distâncias, relativamente, grandes. De 29 pessoas que tinham ou tiveram filhos, cujo total somou 258 nascimentos, 133 (51,5%) estavam vivos e 125 (48,5%) morreram, geralmente, nos primeiros anos de vida. Poderíamos dizer que para cada filho vivo corresponde, praticamente, um morto. As causas dessa mortalidade, segundo os informantes, eram febre e desinteria. Quanto ao nível de instrução: das 54 pessoas entrevistadas, 24 (44,4%) eram totalmente analfabetas; 26 (48,2%) eram semi-analfabetas (assinam o nome e lêem precariamente), e 4 (7,4%) tinham o primário incompleto. De modo geral os filhos não estudam porque

te, não são indenizados por acidentes de trabalho⁸⁸, e a assistência médica de que dispõem se restringe à proporcionada pelo Sindicato - cujo presidente era um médio produtor de sisal, estando no cargo há anos - que tem um dentista durante a semana, apenas para extrações, e um médico aos sábados.

Assim, esta categoria de trabalhador está inteiramente submetida ao controle político e econômico dos donos da terra, tanto pelo que já foi exposto e pela ausência de outras alternativas de emprego no município, como - e principalmente - pelos empréstimos que contraem com os mesmos.

O recurso do empréstimo é a estratégia geral utilizada pelos "produtores" de sisal, para subjugar os trabalhado

trabalham na agave ou no roçado, e os pais não podem pagar escolas particulares para estudarem a noite."

LUCENA, Ma. de Lourdes R. & SARAIVA, Ivony L.M. Mão-de-obra no Campo. Trabalho apresentado nas disciplinas Prática de Pesquisa em Ciências Sociais e Análise Microeconômica, do Curso de Mestrado em Economia da UFPb, "Campus II", Campina Grande, 1978.

- (88) Não encontramos um acidentado sequer que tivesse sido indenizado. Dentre os entrevistados, um "cortador" estava se recuperando de delicada intervenção cirúrgica, porque tivera os dedos da mão direita quase que decepados. Esta va bastante revoltado porque havia recorrido ao "Juiz" e este se pronunciara a favor do pagamento de Cr\$120,00 durante 3 semanas, o que o proprietário relutou em obedecer. A quantia era irrisória pois tinha mulher e dois filhos para sustentar, além de não haver possibilidade de recuperar-se em tal tempo.

Apesar de não termos visto casos de indenização, um entrevistado afirmou que "o acidentado recebia Cr\$ 280,00 do Sindicato e, quando recorre a 'Junta', Cr\$ 7.000,00 de indenização, que não é nada para quem não pode mais trabalhar." Ele apresentou como frequentes os casos em que os proprietários dão um "motor na base de Cr\$15.000,00 para que a vítima possa arrumar sua vida". (Médio proprietário de terra/Proprietário de motor- Pesquisa de Campo).

res. Estes empréstimos não são alvo de uros, nem o trabalhador que o contrai jamais salda a sua dívida, porque nunca tem condições. Quem salda sua dívida com o antigo patrão, é aquele com quem vai trabalhar.

Este expediente dá origem à "feira de candangos"⁸⁹ - comércio centrado na venda de "puxador", principalmente, e de "cortador" da agave - que é parte da feira local, realizada aos sábados. Na referida feira, tanto os "candangos ou peões" se "vendem" quando estão insatisfeitos com quem trabalham; como os que "possuem turmas" - geralmente donos de motores - oferecem "peões" que trabalham consigo, ou que o procuraram para que lhe arranje um novo local de trabalho, se não é conveniente ao próprio procurar. A base da negociação é o montante da dívida que o trabalhador tem, exceto neste último caso, pois aí o "arranjador" ganha uma porcentagem da pessoa com quem efetua a transação, se o "peão" for bom.

Esta é a realidade dos homens que trabalham nos campos de agave, não só em Pocinhos, mas em toda a Paraíba, a qual é muito bem ilustrada nesta citação feita por um "progressista" médio "produtor".

"... a escravidão negra do Brasil acabou no século passado, mas aqui em Pocinhos existe a escravidão do branco..." (Pesquisa de Campo)

(89) Não só na "feira de candangos" pudemos constatar o comércio de operários da agave, mas também numa das maiores propriedades de Pocinhos que, inclusive, usa o mecanismo do "barracão" - única, segundo se afirmou, a usar tal mecanismo - fator gerador de maior endividamento. Um dos proprietários, após fazer más referências ao comportamento dos operários, concluindo que "davam muita dor de cabeça", assim se expressou:

"... na semana passada eu mesmo vendi uma turma de sete a B.C. por dez mil..." O senhor vendeu os motores? "... Não, vendi os homens! Aqui se o operário quizer mudar de emprego, o proprietário para o qual vai trabalhar paga a dívida que ele tem com o antigo patrão, pois to dos eles são endividados. ...E tem uma coisa, se o nêgo fugi a gente vai buscar no empurrao: se ele se meter a besta leva uma surra!"

4.6.3. As Consequências da "Agricultura Moderna"

Diante desta realidade fica evidente que o processo de modernização da cultura sisaleira vai provocar fortes reflexos sobre os diversos agentes que compõem a estrutura social de Pocinhos - e de todos os municípios que, como o mesmo, dependam quase que exclusivamente da agave - acarretando mudanças qualitativas na formação e reprodução das relações sociais.

Assim, a perspectiva para os pequenos produtores de sisal -, por exemplo, é o seu alijamento, enquanto tal, desse processo, na medida em que as suas unidades produtivas-fontes geradoras de suas rendas - não viabilizam o seu engajamento, seja no que tange à expansão de novos campos, dada a reduzida área de suas propriedades, seja através do uso da técnica - produtividade vertical - pela total ausência de suporte financeiro próprio e inacessibilidade às fontes creditícias oficiais ou particulares⁹⁰.

Essas unidades produtivas, portanto, tendem a ser absorvidas pelo capital na sua ânsia de novas terras para expansão da cultura a fim de atender a demanda industrial, o que configurará, por um lado, uma maior concentração da propriedade fundiária, e por outro, um incremento do exército de reserva de força de trabalho, pela arregimentação desses elementos às suas fileiras. No caso de permanecerem com a posse jurídica de suas propriedades, esses agentes se articularão com o capital apenas na qualidade de transferidores de sobretrabalho, via intensificação da venda na "folha". A sua permanência ainda será benéfica para aqueles que produzem sob

(90) LUCENA, Ma. de Lourdes & SARAIVA, Ivony. A Modernização da Economia Sisaleira - Estudo de Caso: Pocinhos. I Encontro Realidade Nordestina, 10 a 12/6/1980. Convênio UFPb-Fundação Ford. Caderno I. Campina Grande, Centro de Humanidades, Cursos de Mestrado em Economia e em Sociologia.

bases técnicas minimizadoras de custos de produção dado que os preços mínimos estipulados pelo Estado para o sisal, são determinados pelos custos daqueles que produzem em piores condições.

Outro segmento da sociedade sisaleira Pocinhense a ser atingindo pelas transformações que ora se impõem a essa cultura, é aquele representado pelos "proprietários de motor". Esses agentes, em sua maioria, contam apenas com a renda que a exploração desse meio de produção lhes propicia, geralmente, contando com a participação do seu trabalho e de alguns membros da família, a fim de minimizar custos com a contratação de força de trabalho alheia.

Com a penetração das máquinas de descorticar automáticas, os "proprietários de motor" tenderão a sair do mercado, tanto pela inacessibilidade à sua aquisição, dada a pretensão de seu monopólio pela Cooperativa, como pela impossibilidade de competir com as mesmas em termos de custos, por sua alta produtividade.

O afastamento dos proprietários de motor, representará um reforço ao exército industrial de força de trabalho, e a apropriação por menos da além de se retirar do mercado um intermediário das transações entre produtores e comercializadores de sisal.

Sobre a massa de trabalhadores do sisal, essas mudanças técnicas atuarão no sentido de nivelar - por baixo - o preço da força de trabalho, pela liberação dos trabalhos realizados pelos "puxadores" da agave. Com a máquina automática, todas as tarefas do descorticamento poderão ser realizadas indiscriminadamente por mulheres, crianças e homens, dispensando-se qualquer nível de especialização para realizá-las.

Sem dúvida, as mudanças que ora surgem para o setor sisaleiro, se por um lado reduz sua dependência da "temperatura" do comércio internacional, por outro proletariza pequenos produtores, proprietários de motor, e nivela por baixo a força de trabalho da região. Além do mais, o engrossamento do exército de desempregados com os referidos agentes, por um lado, fortalecerá significativamente o capital pela pressão que exercerão para baixo sobre os salários, e por outro, contribuirá decisivamente para o aumento da emigração na Paraíba.

5. C O N C L U S Ã O

No ramo sisaleiro da Paraíba, o cooperativismo tem surgido por iniciativa dos médios e grandes proprietários de terra e proprietários de usina de beneficiamento, segmentos que controlam a produção de sisal. A aliança entre os mesmos se deu em duas ocasiões distintas: na primeira fase de auge da cultura - a qual vai desde a introdução da mesma, nos anos 40, até início da década de 60 - quando a produção era totalmente voltada para o mercado externo. Para fugir ao sufoco causado pelas empresas estrangeiras implantadas no mercado, ditos segmentos apelaram para o cooperativismo, recurso eficaz para atrair um bom número de pequenos produtores e, por conseguinte, para apropriação do seu sobretrabalho. Na segunda ocasião - que corresponde à atual fase de auge, surgida na primeira metade da década de 70 - a aliança é feita novamente, mas agora para romper o esquema oligopolizante imposto pelas quatro firmas exportadoras "sobreviventes" à crise verificada no mercado sisaleiro nos anos 60. Entre estas duas fases de auge há apenas uma diferença quantitativa: na primeira ocasião chegaram a existir quatro cooperativas exportadoras de agave; hoje só existe uma que exporta.

Na essência, aquele rompimento era forçado pela conjuntura extremamente favorável que se verificou no mercado sisaleiro, principalmente após a crise do petróleo de 1973-74, tanto a nível interno como externo. No primeiro caso, pela expansão dos ramos industriais que empregam o sisal como insumo básico; no segundo, pela ampliação da faixa de mercado para os fios de sisal, de vez que a demanda de fibra por parte dos países importadores é função direta da procura por aqueles fios.

O surgimento da Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba Ltda - COOPERSISAL, é resultado da atuação do Estado na sua função de "mediador", ou seja, de sua

ação tendente a dirimir as contendas dentro da fração dominante. De maneira análoga, o seu desenvolvimento conta também com a ajuda do Estado, aqui na sua função de preservar e fomentar as condições para a acumulação de capital, seja em geral seja em casos particulares.

Após a intervenção que se verificou a partir de 1966 com o Dec. 59, e que culminou com a Lei 5.764, em 1971, certamente não é por coincidência que a nível do Estado haja a preferéncia de implementar, através da forma cooperativista, a modernização de culturas como a do sisal, cuja conjuntura e conômica está a requerer. Este processo modernizante consiste na substituição da "AGAVE SISALANA PERRINE", espécie cultivada em todo o Nordeste, por um tipo HÍBRIDO de maior produtividade; na mecanização e adoção de novas técnicas de plantio; e na inovação tecnológica dos processos de desfibramento da folha da agave e de beneficiamento da fibra resultante do mesmo.

Surgida em 1974, a COOPERSISAL conseguiu expandir - se dentro do ramo, implementando quase todas as medidas modernizantes. Além disso, logrou penetrar no setor secundário não só do próprio ramo, ao adquirir uma fábrica de cordas e fios de sisal, mas também de outros como o do algodão e o da produção de leite pasteurizado.

A expansão dentro do ramo significou a penetração nas quatro principais atividades estratégicas do mesmo: beneficiamento da fibra, exportação da fibra, industrialização da fibra e exportação do manufaturado. A liderança da cooperativa consegue, assim, afastar o perigo que representam quatro categorias de grandes concorrentes, a saber: a dos proprietários de usina; a dos exportadores de fibra, a dos fabricantes de fios e a dos exportadores de fios. Isto representa uma integração vertical e uma concentração de capital, na medida em que um capital vai ocupando novos espaços e se ampliando através deles. O capital comercial e o capital industrial aparecem aqui formando um só corpo.

Pelos avanços mencionados e pelo cumprimento da meta de mecanização do plantio, o grupo está à frente em relação aos outros que operam na exploração do sisal na Paraíba. Porém, o entrave à sua total consolidação está na inovação do processo de desfibramento. Este é o ponto "nevrálgico" da questão porque ele pode reestruturar substancialmente o esquema de poder vigente, ainda modificando as relações sociais de produção. A COOPERSISAL financia, desde 1979, a fabricação de uma nova máquina desfibradora - o que está sendo feito por empresa privada local - mas ainda não começou a operar com a mesma, apesar de já ter testado o protótipo há algum tempo. Com a introdução dessa máquina, a produtividade seria, no mínimo, quintuplicada, já que, segundo estimativas, a produção deverá aumentar em 10 vezes, e o pessoal em 2,5 vezes. A cooperativa pretende fabricá-la em grande escala, se possível até para exportação, mas não cogita comercializá-la na Paraíba, pois pretende utilizá-la apenas na prestação de serviços.

Para obter tal posição dominante, a COOPERSISAL certamente encontra barreiras. Dois fatos indicam estar havendo um confronto de forças. O primeiro: a Cooperativa Agrícola Mista do Curimataú Ltda - COAGRO, criada, em 1975, em Cuité - na principal microrregião produtora -, ainda não conseguiu penetrar no mercado exportador de sisal, seu produto básico, mas tem um projeto para instalação de uma fábrica de cordas. O segundo fato consiste em que o Núcleo de Pesquisa do Sisal-NUPES, criado em 1979, no "Campus" II (Campina Grande) da Universidade Federal da Paraíba, já está com um protótipo de máquina desfibradora de sisal em testes. Tudo indica que na atual configuração de forças, a COAGRO conseguiu situar-se relativamente bem, logrando por-se à altura para não sucumbir e sim negociar.

De qualquer modo que se resolva a questão - quer por acordo de intercambio de vendas e delimitação de área de ação, ou por fusão, hipótese menos provável - esta terá como consequência a consolidação das duas empresas, caso não surja ou-

tro grupo com bastante força política para formar mais uma. A "flexibilidade" da legislação cooperativista em vigor a partir dos anos 70, que retirou alguns pontos da anterior que poderiam entrar o crescimento de empresas cooperativas; a gama de incentivos fiscais e financeiros e mais a ênfase que o Estado coloca no cooperativismo como elemento modernizador, fecham o circuito protetor.

Se não fora todo este suporte, existiriam fortes elementos para pensar-se que a COOPERSISAL não teria crescido tanto, já que a análise das relações cooperado/cooperativa revelou fatos significativos.

De um total de 370 associados constantes do Livro de Matrícula à época em que colhíamos nossos dados (1979/80), verificou-se que somente 299 podiam ser considerados sócios de fato, pois o restante subscreveu capital mas nunca integrou a mínima parcela nem transaciona com a entidade. Desses 299, constata-se que 148 subscreveram capital, mas nunca comercializaram a produção através da cooperativa; dos 151 restantes, 47 (31%) comercializa de maneira constante ou regular através da mesma, e 104 (69%) o faz de maneira inconstante.

É especialmente expressivo o comportamento dos pequenos produtores associados à COOPERSISAL. Como o número absoluto dos mesmos é maior dentre os que nunca comercializaram sua produção com a entidade, isto seria um indicador de que existe um esvaziamento, uma "fuga" da cooperativa. Também significaria que a palavra cooperativa perdeu seu poder de atração, pelo menos, no ramo do sisal, entre aqueles a quem o cooperativismo se destina "pelo verbo".

Os médios e grandes produtores se destacam na colocação do produto de maneira inconstante. Para esses e para os que nunca comercializaram sua produção através da cooperativa, a nossa suposição é a de que aplicam capital na mesma pelo que chamamos de "expectativa futura", pois na medida em

ela cresce e diversifica os serviços prestados a seus associados, como crédito, mecanização, insumos e implementos agrícolas, alimento para o gado, etc, este segmento composto de médios e grandes proprietários é, de fato, o que se beneficia.

Um outro dado bastante expressivo do relacionamento cooperado/cooperativa e do esvaziamento paulatino da "cooperativa" é o da frequência às assembleias, pois é muito pequena a quantidade de associados que comparece às mesmas. "De aproximadamente metade em 1974, ano da fundação, desceu para 24% em 1975, 17% em 1976, 14% em 1977, 12% em 1978, e apenas 5,5% em 1979. Nas assembleias extraordinárias a frequência é habitualmente menor que nas ordinárias. Isto demonstra claramente uma tendência à baixa no referente à evolução do indicador de participação, sobre um pano de fundo de aumento constante do número total de associados." (1)

O até aqui demonstrado e mais o fato de se constatar que enquanto a "cooperativa" se expande, as sobras líquidas à disposição da Assembleia diminuem a cada ano (embora as sobras líquidas do sisal, geralmente, estejam crescendo) tem o mérito de tornar desnecessário proceder-se a qualquer análise econômico-financeira mais detalhada.

É comprando sisal a terceiros - através de agente - não só na Paraíba como nos demais Estados produtores; é admitindo proprietários de motor - segmento importante da intermediação - em seu quadro de associados, como também pessoas jurídicas; e, finalmente, participando do esquema de doações de fibra do Governo Federal, que a COOPERSISAL forma seus estoques, pois a produção colocada pelos associados, segundo nossa estimativa mais otimista, representa, no máximo, uns dois terços do volume total comercializado anualmente.

(1) Observação do Dr. Elbio Troccoli Pakman, membro da banca examinadora.

A análise da procedência dos 151 associados que colocam a produção na "cooperativa" revelou que 111 eram de Pocinhos. Daí a nossa afirmativa no sentido de que a área de atuação da mesma se restringe àquele município, apesar de ser pretensão estipulada em Estatuto, atuar em 6 das 7 principais microrregiões produtoras de sisal.

Diante da potencialidade das medidas modernizantes que estão sendo implementadas no ramo do sisal, principalmente as relativas à mecanização do plantio e à inovação do processo de desfibramento, o estudo das condições de exploração da cultura no município de Pocinhos, principal área de atuação da COOPERSISAL, indica os reflexos que advirão sobre os diversos segmentos que compõem a sua estrutura social. Entretanto, essa expectativa deve ser estendida a todos os municípios que, como Pocinhos, dependem exclusivamente da cultura do sisal; e o seu número é relativamente grande.

Assim, a perspectiva para os pequenos produtores de sisal é a de seu alijamento, enquanto tais. Esse processo dar-se-á na medida em que suas unidades produtivas - fontes geradoras de suas rendas - não possam acompanhar as tendências predominantes inviabilizando o seu engajamento, seja no que tange à expansão de novos campos, dada a reduzida área de suas propriedades; seja no parâmetro intensivo dado pelo uso da técnica, devido à total ausência de suporte financeiro próprio e à inacessibilidade às fontes creditícias oficiais ou privadas.

A tendência predominante, portanto, é essas pequenas unidades produtivas desaparecerem por absorção, por assimilação. Isto, por um lado, significará uma maior concentração fundiária, e por outro, propiciará o incremento do exercício de reserva de força de trabalho mediante a arregimentação de seus proprietários - então desapropriados - àquelas fileiras.

Outro segmento da sociedade sisaleira Pocinhense a ser atingido pelas transformações, é aquele representado pelos proprietários de motor. Esses agentes, em sua maioria, contam apenas com a renda que a exploração desse meio de produção lhes propicia, geralmente contando com a participação do seu trabalho e de alguns membros da família, a fim de minimizar custos com a contratação de força de trabalho alheia. Com a penetração das máquinas de descorticar automáticas, os proprietários de motor tenderão a sair do mercado, tanto pela inacessibilidade a sua aquisição, dada a lógica pretensão de seu monopólio pela COOPERSISAL - e aqui já devemos pensar no plural - pois, como já dissemos, aqui na Paraíba ela pretende utilizar a máquina apenas para a prestação de serviços, assim como pela impossibilidade de competir com as "cooperativas" em termos de custos, pela elevadíssima produtividade a ser atingida com as novas máquinas descortificadoras. O afastamento dos proprietários de motor, sob o prisma do capital, representará um reforço ao exército industrial de força de trabalho, e uma absorção maior da mais-valia.

Sobre a massa de trabalhadores do sisal essas mudanças atuarão no sentido de nivelar - por baixo - o preço da força de trabalho, pela eliminação dos trabalhos realizados pelos "puxadores" de agave, que são os trabalhadores menos mal remunerados em termos monetários absolutos. Com a máquina automática, todas as tarefas do descorticamento poderão ser efetuadas indiscriminadamente por mulheres, crianças e homens, dispensando-se qualquer nível de especialização para realizá-las.

Desse modo, o saldo de todo o movimento modernizante implementado pelo "cooperativismo" vai ser o engrossamento do exército de desempregados, cuja manifestação principal será o da emigração no Estado da Paraíba.

No ramo do sisal em nosso Estado, é esta a realidade de um cooperativismo que, pelo verbo, se destina a "melhorar as condições de vida dos agricultores".

6. SUGESTÕES PARA OUTRAS PESQUISAS

Não só dentro do próprio tema Cooperativismo, como no ramo do sisal em si, o campo de trabalho é amplo.

No que toca ao cooperativismo no setor sisaleiro, seria interessante fazer um estudo do "universo" na Paraíba, e compará-lo com o cooperativismo vigente na Bahia. Existe uma cooperativa de produtores de sisal em Serinha, naquele Estado. Ainda não existem cooperativas no ramo, nos demais Estados produtores de sisal.

Dentro do ramo do sisal especificamente, seria interessante um estudo da formação de preços, que acompanhasse a transferência de valor até o mercado externo, por exemplo. Outro ponto a desenvolver seria o estudo das causas que culminam com a desativação de indústrias processadoras na Europa e a expansão da industrialização no Brasil.

Finalmente, dentro do tema Cooperativismo, mas no ramo do algodão, seria interessante uma análise do sistema Central existente na Paraíba, devido ao fato de cooperativas de sisal penetrarem no ramo do algodão.

7. BIBLIOGRAFIA

- 01 - ALBUQUERQUE, Vera R. C. Cooperativismo: Uma Atividade Inovadora? In: Jornal PONTEIRO, Recife - ASSOCENE- Asociação de Orientação às Cooperativas do Nordeste, dezembro de 1978.
- 02 - AMIR, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio, Ed. Paz e Terra, 1977.
- 03 - ANDRADE, Manoel C. de. Cooperativismo e Região Nordeste: Condicionamentos e Implicações. In: Revista Cooperativismo & Nordeste nº 1, Recife, SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1966.
- 04 - IDEM, Cidade e Campo no Brasil. São Paulo, Ed. Brasilienses, 1974.
- 05 - ASSOCENE - Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste. Anais do 1º Seminário Nacional de Comunicação Cooperativa, 10 a 12/9/77. Recife, 1978.
- 06 - IDEM, Jornal PONTEIRO, setembro/79 e dezembro/78.
- 07 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Sisal - Problemas Econômicos, vol. 1, Fortaleza, 1957.
- 08 - IDEM, Sisal - Problemas Técnicos, vol. 2, 1959.
- 09 - BERNAL, Ma. Cleide C. O Modelo Primário - Exportador do Nordeste - Uma Avaliação Qualitativa. In: Revista Econômica do Nordeste nº 3, jul/set. 1978, vol. 9, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S/A.
- 10 - BENEVIDES PINHO, D. A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista. 2ª edição, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1966.
- 11 - IDEM, A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico. In: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico, coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Bad Godesberg (República Federal da Alemanha). São Paulo, 1974.

- 12 - IDEM, Reavaliação do Cooperativismo Brasileiro. 2ª edição. São Paulo, Universidade de São Paulo - USP, agosto de 1980. 88 pág.
- 13 - BOFF, Leonardo, Jesus Cristo Libertador: Ensaio de Cristologia Crítica para o nosso Tempo. 6ª edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- 14 - BORDA, Orlando F. Un Caso Transcendental de Colonialismo: La Política Cooperativa en América Latina. In: Ciencia Propria Y Colonialismo Intelectual. México, Ed. Nuestro Tiempo, 1970.
- 15 - IDEM, Formação e Deformação da Política de Cooperativismo na América Latina, tradução de Gilvandro Sá Leitão Rios do artigo "Formación Y Deformación de la Política Cooperativa en América Latina". In: Revista Cooperativismo & Nordeste nº 7, Jan/Abril de 1972, Recife, SUDENE.
- 16 - IDEM, El Reformismo por dentro en América Latina. México, Siglo Vientiuno Editores S/A, 1972.
- 17 - BRASIL, Ministério do Interior, SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) - 1975-1979. Programa de Ação do Governo para o Nordeste. Recife, 1975.
- 18 - IDEM, DAA - Plano de Fortalecimento às Cooperativas do Nordeste, Recife, setembro/1979. 4 vols.
- 19 - IDEM, Avaliação Preliminar do Cooperativismo (1963-1968). Recife, 1971.
- 20 - IDEM, CNC - Conselho Nacional de Cooperativismo, Cooperativas Brasileiras, 1978. Brasília, 1978.
- 21 - IDEM, Ministério da Agricultura, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Opção Cooperativista, Brasília, 1977.

- 22 - IDEM, Leis, Decretos etc. Ministério da Agricultura, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Lei nº 5.764 de 16/12/71. Brasília, 1971.
- 23 - IDEM, Ministério da Agricultura, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projeto de Viabilidade Econômica para a Constituição da Cooperativa. Brasília, agosto de 1973.
- 24 - IDEM, IDEM, Revista Ação Associativa nº 3. Brasília s/d.
- 25 - IDEM, IDEM. V Seminário Gaúcho de Cooperativismo, Crédito Fundiário e Colonização. Panatub, RS, 22 a 23/8/1979. mimeog. 21 págs.
- 26 - IDEM, CFP - Comissão do Financiamento da Produção, I Encontro Nacional sobre Perspectivas Agrícolas, 1978. Brasília, 1977.
- 27 - IDEM, Carta às Cooperativas - Pré-EGF Capitaliza Cooperativas, Brasília, 1979.
- 28 - BUARQUE DE NAZARÉ, Antonio. Cooperativismo: a solução do futuro. IN: Revista Nacional do Cooperativismo nº 12, nov/dez. 1979. Brasília, OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras, pg. 52.
- 29 - CAMARGO, Lenita C. Cooperação e Cooperativismo. São Paulo, Fac. de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1960.
- 30 - CARVALHO, Walmir A. T. de. Fibra e Celulose de Sisal - Aspectos Tunológicos. Trabalho apresentado no Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste - 26/4 a 3/5/1959 em Garanhuns, Pe. Rio, Confederação Nacional da Indústria, Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI, mimeografado, 33 págs.
- 31 - CASTRO, Claudio de Moura. A Prática da Pesquisa. São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- 32 - CASTRO, Josué. Sete Palmos de Terra em Caixão, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1967.

- 33 - CAVENDISH, Suely. Cooperativismo e Dominação. Texto apresentado no 3º Encontro do Grupo Agroindústria, Cooperativismo e Grande Produção Agrícola, do Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura, realizado em Piracicaba, São Paulo, maio de 1979, 8 pag. mimeog. NOTA: Este trabalho foi publicado no livro Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 1981.
- 34 - CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, Secretaria de Agricultura e Abastecimento da Paraíba. Monografia da Cultura do Sisal. João Pessoa, outubro/1978.
- 35 - IDEM, IDEM, O Sisal na Paraíba (Aspectos Econômicos) , 1971.
- 36 - CONJUNTURA ECONÔMICA (REVISTA) nº 11, ano XIX, nov/1965.
- 37 - CONSEJO CENTRAL DE COOPERATIVAS. El Camino del Cooperativismo Checoslovaco, Praga, 1965. (Publicado por el Consejo Central de Cooperativas, en Colaboración con la Comisión Checoslovaca para la U.N.E.S.C.O.)
- 38 - DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 15/6/79. I Seminário sobre a Industrialização do Sisal - I SOSISAL.
- 39 - ELC - ELECTROCONSULT DO BRASIL LTDA. Contribuição para o estabelecimento de uma Política Nacional de Produção de Sisal e Abacaxi. Recife, agosto de 1978, 94 págs.
- 40 - EMPRESA JORNALÍSTICA SUL EM REVISTA LTDA. Revista Rural "O TATU" nº 70. Porto Alegre, 1978. (Artigo: Cooperativismo Modelo Econômico Ideal).
- 41 - ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio, Ed. Paz e Terra, 1977.
- 42 - ENGELS, F. & MARX, Karl. Textos, 3 vols. São Paulo. Ed. Alfa-Omega, 1977.
- 43 - FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos, 5ª edição, Rio, Ed. Civilização Brasileira.

- 44 - FERREIRA, Ma. Cristina & GARCIA, Maurício D. O Papel que as Cooperativas de Produção desempenham no Sistema Capitalista Brasileiro. Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Planejamento Agrícola Regional, 1978. mimeog, 36 págs.
- 45 - FIGUEIRA, Fani G. Separando o Joio (Cooperativas de Trigo: Capitalização da Agricultura) Dissertação apresentada ao Departamento de História da USP - Universidade de São Paulo, 1979. mimeog.
- 46 - FOLLMANN, José Ivo. Participação Cooperativa e Mudança Social. IN: Perspectiva Econômica vol. 10, nº 27, Cooperativismo 6. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1980.
- 47 - GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina, 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.
- 48 - GEORGE, Susan. Mercado da Fome. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.
- 49 - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - Secretaria da Indústria e Comércio. Influência do Sisal na Economia do Estado, João Pessoa, 1974.
- 50 - IDEM, Departamento Estadual de Estatística, Paraíba- Aspectos Econômicos - Sisal, João Pessoa, 1974.
- 51 - IDEM, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola- CEPA. O Sisal na Paraíba (Aspectos Econômicos), João Pessoa, 1971.
- 52 - IDEM, IDEM. Monografia da Cultura do Sisal. João Pessoa, 1978.
- 53 - IDEM, IDEM. Programa de Produção e Abastecimento da Cultura do Sisal, 1979/85. João Pessoa, 1978.
- 54 - IDEM, IDEM. Custos de Produção do Sisal. Estado da Paraíba, João Pessoa, 1972.

- 55 - IDEM, IDEM. Lavoura Agavieira - Projeto de Recuperação . João Pessoa s/d (mimeografado)
- 56 - GRABÓIS, José e AGUIAR, Ma. de J. N. Os Sistemas Agrícolas Tradicionais e os Elementos da Modernização no Sertão Ocidental da Paraíba, Campina Grande, UFPb, Depto. de Sociologia e Antropologia, 1980.
- 57 - GUEDES, Claudete C. A Cooperação na Agricultura e a Política de Alianças entre o Operariado e os Campone-ses. Estudo sócio-econômico das transformações do setor agrário da República Democrática Alemã. Campi na Grande, UFPb - Universidade Federal da Paraíba , 1980. Mimeog. 50 págs.
- 58 - GUIMARÃES, Alberto P. A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- 59 - HOBBSAWN, Eric J. A Era das Revoluções: 1789-1848. 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.
- 60 - IDEM, A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.
- 61 - HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 13ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- 62 - HUNT, E. K. & SHERMAN, H. J. História do Pensamento Eco-nômico. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- 63 - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Enciclopédia dos Municípios. Vol. XVII - Paraíba - Rio G. do Norte, Rio, 1960.
- 64 - LENIN, V. I. Sobre las Cooperativas. In: Obras Escogidas, tomo II, Moscú, Editorial Progreso, 1971, págs. 377 a 384.
- 65 - IDEM, La Cuestion de las Cooperativas en el Congresso So cialista Internacional de Copenhague. In: Obras Es cogidas, tomo III, Moscú, Editorial Progreso, 1977.
- 66 - LEPESCH, Sergio. Sisal. Comissão de Financiamento da Produção - CFP, Brasilia, 1978, 27 págs. mimeog.

- 67 - LOPES, Manuel. Diretrizes para o Cooperativismo no Nordeste. Recife, SUDENE, 1969.
- 68 - LOUREIRO, Ma. Rita G. Cooperativismo e Reprodução Campesina. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1978, 31 págs. mimeog. NOTA: Este trabalho foi publicado no livro Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 1981.
- 69 - LUCENA, Ma. de L. R. Mão-de-Obra no Sisal: Características e Tendências. Projeto de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Economia da UFPb - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1979.
- 70 - MATO, Manoel A. A Cooperativa Agrícola na Dinâmica Social. In: CEAS - Centro de Estudos de Ação Social, Cadernos nº 33, set/out. 1974. Salvador, CEAS.
- 71 - MANDEL, Ernest. Introdução ao Marxismo. 2ª edição, Lisboa, Edições Antídoto, 1978.
- 72 - MARQUES, Mário Ozório. Do Associativismo à Consciência de Classe (Educação Rural de Adultos). In: Educação e Sociedade nº 7, set/80, São Paulo, Cortez Editora.
- 72 - MARX, Karl. O Capital. 3ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- 74 - MEDINA, Julio C. Plantas Fibrosas da Flora Mundial. São Paulo, Instituto Agrônomo de Campinas, 1959.
- 75 - MELLO, José Barboza. História das Lutas do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, vol. I, s/d.
- 76 - NAPOLEONI, Claudio. O Pensamento Econômico do Século XX. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.
- 76 - NAI- Núcleo de Assistência Industrial. Projeto para Fabricação de Cordas - Cooperativa Agrícola Mista de Curimataú Ltda - COAGRO, João Pessoa, maio de 1979.
- 78 - NOSELLA, Ma. de Lourdes C. D. As Belas Mentiras. São Paulo, Ed. Cortez & Moraes, 1979.

- 79 - NOVAES, José R. P. Cooperativismo: Acumulação e Mudança Social (Projeto de Dissertação - Curso de Doutorado da COOPE) UFPb - Universidade Federal da Paraíba , 1981, mimeog. 27 págs. NOTA: Este trabalho foi publicado no livro Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 1981.
- 80 - PINHO, Carlos M. O Estado Brasileiro e as Cooperativas. In: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico, coletânea publicada em colaboração com a Fundação Friedrich Naumann, já citada.
- 81 - PIMENTEL, Renato. Princípios Cooperativistas. 2ª edição, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, s/d.
- 82 - PINTO, Ma. Novais. Contribuição ao Estudo da Lavoura Especulativa do Sisal no Estado da Bahia. In: Revista Brasileira de Estatística, 1967.
- 83 - POULANIZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1977.
- 84 - PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. 23ª edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- 85 - IDEM, A Questão Agrária. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- 86 - PREOBAJENSKY, E. A Nova Econômica. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.
- 87 - PROST, G. O Cariri Semi-Árido Transformado pela Agave . In: Revista Brasileira de Geografia, 1967.
- 88 - PURPER, Dornalli L. Integração Social: Condição para o Desenvolvimento Cooperativo - reflexões preliminares na busca de um modelo, IN: Perspectiva Econômica, vol. 10, nº 27, Cooperativismo 6, São Leopoldo RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 1980.
- 89 - REGO, José de Jesus M. de M. Cooperativismo no Tempo. SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Recife, 1977.

- 90 - RIBEIRO, Claudio J. Algumas Observações sobre o Cooperativismo na Paraíba, durante o exercício de 1970. In: Cooperativismo e Nordeste, Jan/Abril 1971. Recife, SUDENE.
- 91 - REVISTA RURAL "O Tatu" nº 70, 1978.
- 92 - REVISTA DO FISCO, nº 24, nov/73. Artigo: "Posição do Siscal Melhora: Crise do Petróleo". João Pessoa, Pb.
- 93 - RIOS, G.S.L. Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social, João Pessoa, Ed. Universitária UFPb, 1979.
- 94 - SALVADOR, Angelo D. Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica. 7ª edição, Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1978.
- 95 - SCHNEIDER, João Elmo. Desenvolvimento Capitalista e Cooperativismo no Brasil. Centro de Estudos e Pesquisas Rurais - CEPER. Brasília, DF, 1979. Nota: Este artigo foi publicado no livro Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, com o título O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro. São Paulo, Cortez Editora, 1981.
- 96 - TEIXEIRA COELHO, J. N. O que é Utopia. Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

ANEXO I

PRINCÍPIOS DOS PIONEIROS DE ROCHDALE

Textos de Rochdale (+) Estatutos de 1844 e modificações de 1845 e 1854)	Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (++) 1937 (Paris)	1966 (Viena)
1. Adesão livre (porta aberta) --	1. Adesão livre -----	1. Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social)
2. Gestão democrática -----	2. Gestão democrática -----	2. Gestão democrática -----
3. Retorno "pro rata" das operações-	3. Retorno "pro rata" das operações-	3. Distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos ser <u>viços</u> comuns; c) aos associados "pro rata" das operações.
4. Juros limitados ao capital ---	4. Juros limitados ao capital ---	4. Taxa limitada de juros ao capital <u>so</u> cial
5. Vendas a dinheiro -----	5. Vendas a dinheiro -----	-----
6. Educação dos membros -----	6. Desenvolvimento da educação em todos os níveis	5. Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em <u>ge</u> ral.
7. Cooperativização global -----	-----	-----
-----	7. Neutralidade política, religio sa e racial	-----
-----	-----	6. Ativa cooperação entre as cooperati- vas, em plano local, nacional e inter nacional.

(+) Rochdale Equitable Pioneers Society Limited - fundada em 1844, em Rochdale (Inglaterra)

(++) ACI (Aliança Cooperativa Internacional), fundada em 1895, com o fim de "continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale". Com sede em Londres, reúne cooperativas do mundo inteiro.

Fonte: BENEVIDES PINHO, D. "A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico", In: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico, Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Bad Godesber (República Federal da Alemanha). São Paulo, 1974, pag. 30.

ANEXO II
COOPERATIVAS DE CRÉDITO
- 1978 -

REGIÕES	CRÉDITO MÚTUO		CRED. RURAL		LUZZATTI		RAIFFEISEN		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	%
SUDESTE	232	83,4	14	25,9	8	32,0	2	256	71,3
SUL	34	12,2	17	31,5	7	28,0	-	58	16,1
NORDESTE	7	2,5	21	38,9	9	36,0	-	37	10,3
NORTE	3	1,2	-	-	-	-	-	3	0,8
CENTRO-OESTE	2	0,7	2	3,7	1	4,0	-	5	1,5
TOTAL	278	100,0	54	100,0	25	100,0	2	359	100,0

FONTE: MINIST. DA AGRICULTURA & CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO. Cooperativas Brasileiras , Brasília, 1978, pags. 13 a 38.

As Regiões Sudeste e Sul abrigam 87,4% do total de cooperativas de crédito; Nordeste 10,3% e Norte/Centro-Oeste apenas 2,3%. Destaque-se ainda que do total de 359 cooperativas de Crédito, 278 são de Crédito mútuo e, apenas 54 de Crédito Rural.

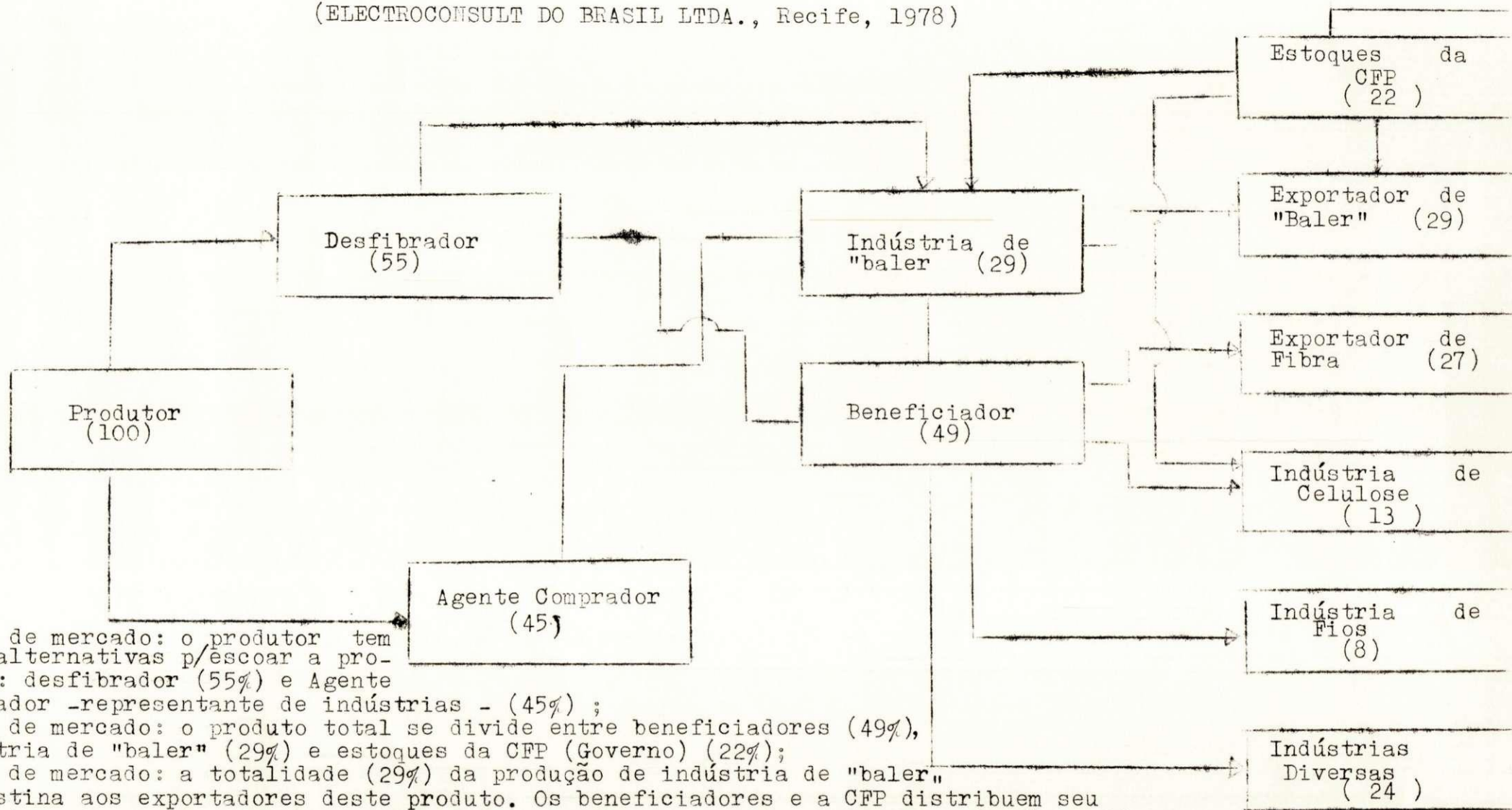
Obs: Crédito Mútuo: cooperativas de crédito constituídas por empregados de grandes empresas.

Luzzatti: cooperativas de crédito popular-urbano.

Raiffeisen: Também chamadas de Caixas Rurais, eram fundadas juntamente com cooperativas de produção agrícola. Este foi o segundo tipo de cooperativa implantado no Brasil.

ANEXO III - Canais de Comercialização de Fibra e Derivados de Sisal,
Brasil, 1977.

(ELECTROCONSULT DO BRASIL LTDA., Recife, 1978)



- o nível de mercado: o produtor tem duas alternativas p/ escoar a produção: desfibrador (55%) e Agente comprador -representante de indústrias - (45%);
- o nível de mercado: o produto total se divide entre beneficiadores (49%), indústria de "baler" (29%) e estoques da CFP (Governo) (22%);
- o nível de mercado: a totalidade (29%) da produção de indústria de "baler" se destina aos exportadores deste produto. Os beneficiadores e a CFP distribuem seu "output" entre quatro destinos principais, a saber: exportadores de fibra (27%), indústria de celulose (13%), indústrias de fios (8%) e indústrias diversas (24%). "

ANEXO IV

ESTADO DA PARAÍBA

FIRMAS EXPORTADORAS DE FIBRA DE SISAL EM 1964

Nº DE ORDEM	F I R M A S	LOCALIDADES
01	Soares de Oliveira Com. e Ind. S/A	JOÃO PESSOA
02	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro ⁺	
03	Deswaan S/A ⁺	
04	Cia. Comércio e Prensagem de Algodão	
05	Soécia S/A ⁺	
06	Cooperativa Mista dos Agavieiros	
07	Cabral Representações Ltda.	
08	Miranda Freire Com. e Ind. Ltda.	
09	Monteiro & Paiva	
10	Alves & Costa	
11	Fibroco Ind. e Com. ⁺	
12	Abílio Dantas Com. e Ind. S/A	
13	Sisal da Paraíba Ltda.	
14	Anderson Clayton & Cia. Ltda. ⁺	
15	Sociedade Algodoeira do Nordeste Bras. ⁺	CAMPINA GRANDE
16	Fibroco Ind. e Com. ⁺	
17	Rogério Martins	
18	Cia. Comércio e Prensagem de Algodão	
19	Anderson Clayton & Cia. Ltda. ⁺	
20	P. Sabino	
21	Geminiano Crispim	
22	Portela S/A	

(+) Empresas de Capital Estrangeiro

(continua)

Nº DE ORDEM	F I R M A S	LOCALIDADE
23	Abílio Dantas Com. e Ind. S/A	ITABAIANA
24	Nascimento & Cia.	AIAGOA GRANDE
25	Anderson Clayton & Cia. +	
26	Soécia S/A +	
27	Galvinctio Primo	
28	Abílio Dantas Com. e Ind. S/A	GUARABIRA
29	Soécia S/A +	
30	A. Ribeiro & Cia.	
31	Cabral Representações Ltda.	
32	Atílio Dantas Com. e Ind. S/A	BANANEIRAS
33	A. Carvalho & Cia.	ARARUNA
34	Benjamin Gomes Maranhão	
35	Soécia S/A	
36	Silveira Dantas	
37	José Tomé & Filho	POCINHOS

FONTE: Serviço de Padronização e Classificação do M.A.
CEPA/Pb - 1971.

FIRMAS EXPORTADORAS DE FIBRA DE SISAL EM DEZEMBRO DE 1971
ESTADO DA PARAÍBA

Nº DE ORDEM	F I R M A S	LOCALIDADE
01	Soares de Oliveira Com.e Ind. S/A	JOÃO PESSOA
02	P. Sabino	CAMPINA GRANDE
03	Geminiano Crispim	
04	Companhia Sisaleira de Cuité	NOVA FLORESTA

FONTE: CEPA/Pb - 1971.

FIRMAS EXPORTADORAS DE FIBRA DE SISAL EM DEZEMBRO DE 1980
ESTADO DA PARAÍBA

Nº DE ORDEM	F I R M A S	LOCALIDADE
01	Soares de Oliveira Com. e Ind. S/A	JOÃO PESSOA
02	P. Sabino	CAMPINA GRANDE
03	Geminiano Crispim	
04	Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal Ltda - COOPERSISAL	
05	Companhia Sisaleira de Cuité	NOVA FLORESTA

ANEXO V

Pelo levantamento realizado através dos Talões de Notas Fiscais, as compras em Alagoa Grande totalizaram 474.389 kg de sisal beneficiado - que tem um preço superior ao apenas desfiado - no valor de Cr\$ 1.619.605,00, o que dá um preço médio de compra de Cr\$ 3,40 por quilo. Todas apenas no ano de 1975. Como os talões de notas fiscais têm numeração contínua, por força da legislação fiscal, não há possibilidade de erro, mas não conseguimos explicar a disparidade entre o montante da produção acima mencionado e o obtido através de estimativa baseada nos valores das vendas, citados no Balanço de 1975 e no de 1976. Para chegarmos à nossa estimativa, acompanhemos primeiro os preços médios de venda interna e externa:

ANO	Preço médio anual/kg sisal - Cr\$	
	Merc. Interno	Merc. Externo
1977	4,5	4,7
1978	5,8	6,3
1979	13,1	13,1

Estimativa de volume de vendas em 1975 - base: valores das vendas citados no Balanço Geral. Considerando que o preço médio de compra do sisal beneficiado foi de Cr\$ 3,40 p/kg, e supondo um ganho de Cr\$ 0,30 por quilo vendido, então o preço de venda fica Cr\$ 3,70, então temos:

vendas internas: $\frac{\text{Cr\$ } 22.347.403,45}{\text{Cr\$ } 3,70} = 6.039.845 \text{ kg vendidos}$

Para calcularmos o volume de vendas externas, nesse mesmo ano, supomos um preço médio igual ao observado em 1976, apesar de sabermos que o preço não se mantém estável por dois anos consecutivos. Assim, tomando o valor das vendas externas indicadas no Balanço, temos:

vendas externas: $\frac{\text{Cr\$ } 1.694.516,50}{p_m \text{ em } 1976 : \text{Cr\$ } 3,50} = 4184.147 \text{ kg}$

Para o ano de 1976, tivemos que calcular apenas o volume das vendas internas. Supondo um preço médio de venda de Cr\$ 3,20 por quilo, já que o preço médio de venda externa foi de Cr\$ 3,50, e que, até 1978, se observa uma tendência a menor preço interno, temos:

$$\text{vendas internas: } \frac{\text{Cr\$ } 9.300.976}{\text{Cr\$ } 3,20} = 2.906.555 \text{ kg}$$

Desse modo detecta-se uma tendência completamente inversa quando a volume de vendas e preço no escoamento da produção para os mercados interno e externo, conforme evidência o Anexo VI a seguir.

ANEXO VI - VENDAS PARA OS MERCADOS INTERNO E EXTERNO - COOPERSISAL

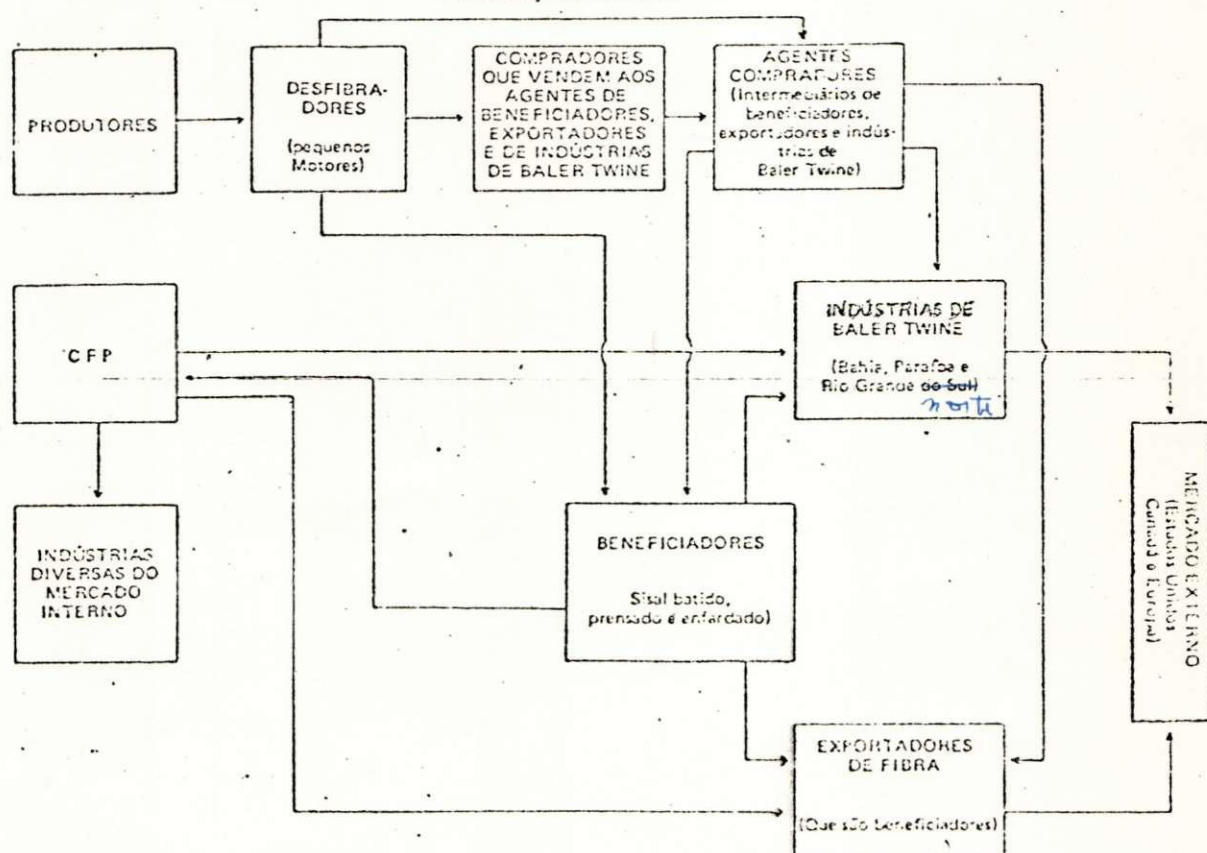
ANO	MERCADO INTERNO		MERCADO EXTERNO		PREÇO MÉDIO DE VENDA	
	Quant kg	Valor Cr\$	Quant. kg	Valor Cr\$	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO
1975	6.039.485 ⁽⁺⁾	22.347.430,45	484.147 ⁽⁺⁾	1.694.516,50	3,70	3,50
1976	2.906.555 ⁽⁺⁾	9.300.976,85	4.424.660	15.772.125,43	3,20	3,56
1977	607.854	2.735.343,51	1.729.502	8.128.663,04	4,50	4,70
1978	1.055.898	6.124.214,33	2.376.143	15.146.705,31	5,80	6,37
1979	1.912.503	25.053.793,77	4.974.921	65.241.122,60	13,10	13,10

FONTE: Balanços Gerais - para valor total das vendas

Faturas de Vendas - para volume total das vendas em 1977/78/79

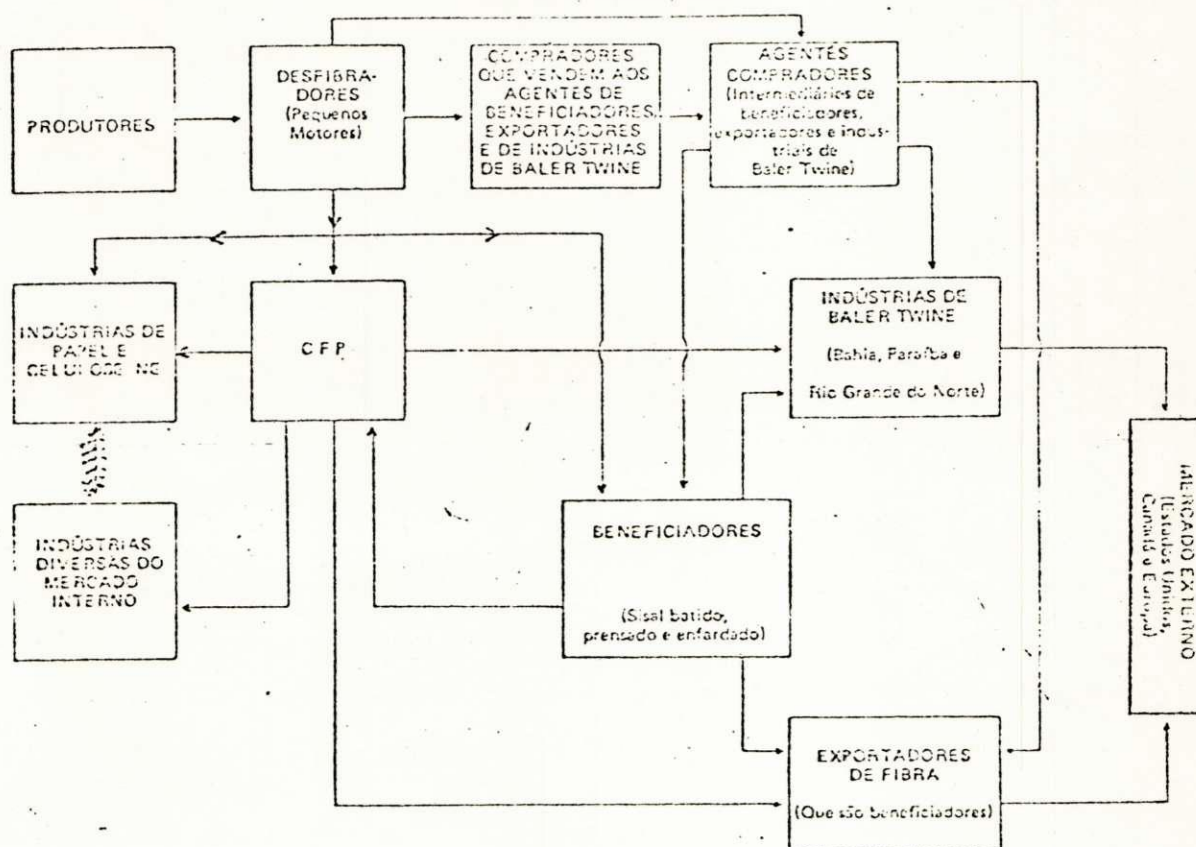
(+) Estimativa.

ANEXO VII

FIBRA DE SISAL
SITUAÇÃO ATUAL

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP. I Encontro Nacional sobre Perspectivas Agrícolas, 1978. (pag.44)

ANEXO VIII

FIBRA DE SISAL
SITUAÇÃO PROPOSTA

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP. I Encontro Nacional sobre Perspectivas Agrícolas, 1978.
(pag. 45)

ANEXO IX - PRÉ-EGF CAPITALIZA COOPERATIVAS

(Comissão de Financiamento da Produção - CFP, Brasília, 1979)

"Com o objetivo de proporcionar capital de giro às cooperativas e às CIDAS (Companhias Integradas de Desenvolvimento Agropecuário) para que elas possam adquirir a produção de agricultores de 'baixa renda', o Governo Federal instituiu, em 1978, uma linha de crédito denominada Pré-EGF.

Em 1979, o Decreto 84.117, de 24 de outubro, incorporou o Pré-EGF à Política de Garantia de Preços Mínimos, tornando sem efeito a limitação de recursos que era imposta a essa linha de crédito. Assim é que, enquanto naquele ano a CFP destinou, a través do Programa de Pré-EGF, um total de Cr\$ 616 milhões pa ra 209 cooperativas em todo o país, em 1980, até o mês de ju lho, haviam sido alocadas verbas da ordem de aproximadamente Cr\$ 1,5 bilhão para 247 cooperativas.

Como Funciona o Pré-EGF

O montante de recursos concedidos a cada cooperativa ou CIDA, através do Pré-EGF, é calculado com base no Preço Mínimo do pro duto, objeto do empréstimo, observados determinados critérios técnicos, entre os quais a capacidade potencial de atendimento a produtores de baixa renda por parte da beneficiária.

As propostas de financiamento são formalizadas através do for mulário apropriado fornecido pelas agências regionais da CFP (v. relação de endereços no final desta Carta), devidamente preenchido e devolvido pelo interessado antes de iniciado o período de colheita. Uma vez aprovada a proposta pela CFP, o empréstimo é depositado na agência do Banco do Brasil que ju risdiciona a região em que se localiza a cooperativa ou CIDA.

O dinheiro é liberado em uma única parcela, mediante a emis são de uma Nota de Crédito Rural (NCR) avalizada por dois di-

rigentes ou associados da entidade, na qualidade de pessoas físicas. O prazo de vigência da NCR é de 90 dias para o guaraná e 120 dias para os demais produtos. Em ambos os casos, este vencimento é prorrogável por mais 60 dias mediante aditivo ao contrato desde que o beneficiário comprove que o prazo foi insuficiente para as aquisições pretendidas e, ainda, apresente uma estimativa de recebimento da produção no período da prorrogação.

Se for conveniente para o interessado, o crédito pode ser liberado em mais de uma parcela. Neste caso, o mutuário tem um prazo máximo de 30 dias, contados da data da liberação da primeira parcela, para sacar o saldo do empréstimo. Se ele não o fizer, considera-se que houve 'desistência' de sua parte pelo valor não utilizado.

Durante o prazo da NCR, o mutuário deve procurar 'girar', ou seja, reaplicar o capital o maior número de vezes possível. Assim, ao adquirir (a preços nunca inferiores ao Preço Mínimo) a produção de agricultores de 'baixa renda', ele deve, em seguida, vendê-la no comércio ou negociá-la com o governo (através de um EGF ou um AGV). Por sua vez, os recursos obtidos nessa operação são empregados em novas compras junto a produtores para posterior venda no comércio ou negociação com o governo. E assim, sucessivamente.

A cooperativa a CIDA é remunerada em 1% sobre o valor do Pré-EGF tão logo seja comprovada a utilização do dinheiro junto aos produtores. Nos 'giros' seguintes, a remuneração é de 2% sobre o capital aplicado.

Como os juros sobre o Pré-EGF são fixos (21% ao ano nas regiões da SUDAM e SUDENE e 24% ao ano nas demais regiões), quanto mais vezes o beneficiário 'girar' o capital dentro do prazo estabelecido pela NCR, menores serão seus custos financeiros.

Uma parcela de até 10% do empréstimo pode ser empregado em serviços de transporte, limpeza, secagem e ensaque do produto, de

forma a adaptá-lo para comercialização no mercado ou junto ao governo.

Um Exemplo

Vamos supor o caso de uma cooperativa que contrate um Pré-EGF no montante de Cr\$ 5 milhões, com prazo de 120 dias. Decorridos 30 dias, o mutuário comprova a utilização dos recursos na aquisição de produto de agricultores de 'baixa renda' fazendo jus à remuneração de 1% sobre aquele valor, ou seja, Cr\$50 mil.

O produto adquirido por Cr\$ 5 milhões, depois de limpo e seco, é vendido no mercado por Cr\$ 7 milhões. Este novo montante é reinvestido, nos dias subsequentes, em novas compras junto aos produtores, completando o 2º 'giro' do capital. Desta vez, a remuneração que cabe à cooperativa é de 2% sobre os Cr\$ 7 milhões, ou seja, Cr\$ 140 mil.

E o processo se repete. A produção adquirida por Cr\$ 7 milhões é negociada no comércio por Cr\$ 10 milhões, que são reaplicados na compra de mais produto. Comprovada a adequada utilização desses recursos, a mutuária é remunerada em Cr\$ 200 mil (2% de Cr\$ 10 milhões).

O último lote de mercadoria é, por sua vez, vendido no comércio por Cr\$ 14 milhões. Nesse ponto do exemplo, encerra-se o prazo de vigência da Nota de Crédito Rural (120 dias), devendo o empréstimo, conseqüentemente, ser quitado junto ao Banco do Brasil. Supondo que a cooperativa esteja localizada no Estado do Paraná, os juros acumulados no período (4 meses) são de Cr\$ 400 mil (24% ao ano sobre Cr\$ 5 milhões). A dívida da entidade junto à CFP é, portanto de Cr\$ 5,4 milhões, enquanto que o seu capital cresceu para Cr\$ 14 milhões. A esse capital devem ser somados os Cr\$ 390 mil relativos à remuneração obtida pelos 'giros' realizados no período".